



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CCAE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANNA GEORGEA FRANCO FEITOSA MAYER DE ARAÚJO LIMA

RITUAIS DA DOR
(uma análise do grupo *Mães na Dor* de João Pessoa – PB)

João Pessoa – Paraíba
2013

ANNA GEORGEA FRANCO FEITOSA MAYER DE ARAÚJO LIMA

RITUAIS DA DOR
(uma análise do grupo *Mães na Dor* de João Pessoa – PB)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury

João Pessoa – Paraíba
2013

L732r Lima, Anna Georgea Franco Feitosa Mayer de Araújo.
Rituais da dor: uma análise do Grupo Mães na Dor de
João Pessoa-PB / Anna Georgea Franco Feitosa
Mayer de Araújo Lima – João Pessoa, 2013.
147f.
Orientador: Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Dissertação (Mestrado) -UFPB/CCHLA/CCA/PPGA
1. Antropologia. 2. Violência Urbana. 3. Luto
Público. 4. Luto Privado. 5. Justiça Legal.

UFPB/BC

CDU: 39(043)

ANNA GEORGEA FRANCO FEITOSA MAYER DE ARAÚJO LIMA

RITUAIS DA DOR
(uma análise do grupo *Mães na Dor* de João Pessoa – PB)

Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury (Orientador)

Profa. Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb (PPGA/UFPB)

Profa. Dra. Simone Magalhães Brito (PPGS/UFPB)

João Pessoa – Paraíba
2013

RESUMO

As sociedades ocidentais têm conhecido um significativo aumento da violência urbana. Na sociedade brasileira, esta tem sido um dos assuntos mais recorrentes nos meios de comunicação, na Academia e, ainda, como objeto de mobilização social. Em resposta a essa violência, a sociedade civil elabora mecanismos, os mais variados, de resolutividade dos seus danos e malefícios, tais como formação de ONGs, grupos terapêuticos, e grupos de pressão, cujo objetivo é direcionar as instituições governamentais, sobretudo as jurídicas, ao pleno cumprimento de suas finalidades. Na cidade de João Pessoa, Paraíba, existe um Grupo, denominado “Mães na Dor”, formado por mães, enlutadas, que perderam seus filhos em virtude da violência. Elas mesmas transformam sua dor, seu pesar, sua saudade, em luta por justiça e pelo fim da violência urbana. O que, inicialmente, chama a atenção no grupo estudado, é que a dor dessas mães que perderam seus filhos constitui o elemento catalisador para transformar o sentimento de perda em forças para sair às ruas em passeatas, clamando por Justiça e Paz. Manifestações são elaboradas e articuladas de formas diversas, pois, conversam com as autoridades, vão ao fórum criminal, ao Tribunal de Justiça, para falar acerca da dura realidade que atingiu a todas elas: a violência. Em seus discursos elas narram como suas vidas foram marcadas pela violência que recaiu sobre seus filhos, vitimando-os. Essa dissertação aborda as relações entre luto, justiça, vergonha, humilhação, no seio do grupo “Mães na Dor”. É uma pesquisa de caráter etnográfico, que faz uso, sobremaneira, do diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Analiso, entre outros, o conceito de violência e sua compreensão. A violência deflagra o processo de perda. Porém, são as emoções daí decorrentes, o luto, a vergonha, a humilhação, o sentimento de injustiça, que constituem as lentes através das quais a existência e a prática do grupo “Mães na Dor” são lidas. De modo que, apresento aqui, o resultado de minhas incursões como pesquisadora participante no referido grupo. Neste sentido, o campo das emoções tem relevância por salientar o quanto é importante à constituição de laços sociais e redes de solidariedade entre mães que compartilham a mesma dor e por ter afetado, também, a mim, enquanto, pesquisadora, mãe e atriz social.

Palavras-chave: violência, luto, justiça

ABSTRACT

Western societies have experienced a significant increase in urban violence. In Brazilian society, this has been one of the most recurrent topics in the media, the academy, and also as an object of social mobilization. In response to this violence, civil society elaborates mechanisms, the most varied, the resoluteness of their damages and harms, such as training of NGOs, therapeutic groups, and pressure groups, whose goal is to direct government institutions, especially legal the full accomplishment of its objectives. In the city of João Pessoa, Paraíba, there is a group called "Mothers in Pain", formed by mothers, bereaved, who have lost their children because of the violence. They transform their pain, their grief, their longing, fighting for justice and an end to urban violence. What initially draws attention in the study group, is that the pain of those mothers who lost their children is the catalyst for transforming the sense of loss in strength to come out to the streets in demonstrations, calling for Justice and Peace Demonstrations are prepared and articulated in different ways, therefore, talk with the authorities, go to the forum criminal, the Court, to talk about the harsh reality that hit all of them: violence. In their speeches they tell how their lives were marked by violence that befell their children, killing them. This dissertation deals with the relationship between grief, justice, shame, humiliation within the group "Mothers in Pain." It is an ethnographic research that makes use greatly in the field diary and semi-structured interviews. Analyze, among others, the concept of violence and understanding. Violence triggers the loss process. But are the resulting emotions, grief, shame, humiliation, feelings of injustice, which are the lenses through which the existence and practice of group "Mothers in Pain" are read. So, I present here the result of my excursions as a research participant in this group. In this sense, the field of emotions is relevant to point out how important the creation of social ties and networks of solidarity between mothers who share the same pain and have also affected me while, researcher, mother and actress social.

Keywords: violence, mourning, justice

*Oh, pedaço de mim
Oh, metade afastada de mim
Leva o teu olhar
Que a saudade é o pior tormento
É pior do que o esquecimento
É pior do que se entrevar*

*Oh, pedaço de mim
Oh, metade exilada de mim
Leva os teus sinais
Que a saudade dói como um barco
Que aos poucos descreve um arco
E evita atracar no cais*

*Oh, pedaço de mim
Oh, metade arrancada de mim
Leva o vulto teu
Que a saudade é o revés de um parto
A saudade é arrumar o quarto
Do filho que já morreu
Oh, pedaço de mim
Oh, metade amputada de mim
Leva o que há de ti
Que a saudade dói latejada
É assim como uma fígada
No membro que já perdi*

*Oh, pedaço de mim
Oh, metade adorada de mim
Leva os olhos meus
Que a saudade é o pior castigo
E eu não quero levar comigo
A mortalha do amor
Adens*

(Pedaço de Mim – Chico Buarque de Holanda)

Agradecimentos

O trabalho científico, embora elaborado na solidão do escritório, é tributário de uma contribuição coletiva. Muitos foram o que me permitiram concluir esta Dissertação. A eles devo agradecer. Todavia, apenas pelos acertos. Os erros são da minha inteira responsabilidade. Agradeço, pois, em primeiro lugar,

A **Deus** que me deu forças para enfrentar a difícil tarefa de estudar a dor;

Aos meus professores do Mestrado em Antropologia, especialmente, Dr^a **Alicia Gonçalves**, Dr^a **Patrícia Goldfarb** e Dr. **Estevão Palitot**, que muito contribuíram para transformar uma advogada em antropóloga;

A Dr^a **Luciana Chianca**, amiga e professora, pelo incentivo e por me fazer interessar-me pela antropologia e a **Pascal**, seu esposo, que me apresentou as carroças de burro, objeto de meu primeiro Projeto de Pesquisa;

Ao Dr. **Rozenval Almeida e Souza**, por me incentivar e fornecer bibliografia, que foram suas chaves do tesouro;

Ao Dr. **Fernando Barroso**, amigo dileto, pelas leituras e indicações bibliográficas;

Ao Dr. **José Rodoval Ramalho**, pelos conselhos, pelo incentivo e pela amizade sincera, sem a ajuda do qual certamente não teria chegado até aqui;

Ao Prof. **Cauby Dantas**, amigo querido, pela paciente leitura e sugestões;

A Profa. Dra. **Ruth Lopes** pela leitura criteriosa do projeto e indicações bibliográficas;

As Profas. Dras. **Patrícia Goldfarb** e **Simone Brito** que, gentilmente, participaram da banca de minha qualificação, contribuindo com ricas sugestões, e por participarem da Banca Examinadora da Dissertação;

A Profa. Dra. **Rosângela de Araujo Lima**, pelas correções e preciosas indicações para a escrita;

A Dr. **Ronald Carvalho**, mais que amigo, que deixou seus muitos afazeres para ler com carinho e corrigir o texto que produzi, fazendo pertinentes sugestões;

Ao Dr. **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, meu professor e orientador, amigo e exemplo, que me ensinou muito, desde antropologia a me tornar uma pessoa melhor. Tenho muito orgulho de poder ter trabalhado sob a sua orientação;

A **Júlia Feitosa**, minha filha e meu tesouro, por entender que “mamãe” tinha um trabalho a realizar e, na sua candura e generosidade infantis, me conceder tempo para realizá-lo e, com essa compreensão, me ensinou que feliz é aquele que faz o seu trabalho seu lazer;

A **Rômulo Araujo**, companheiro, amigo, conselheiro, pai de minha filha, professor, pela presença constante, inclusive como motorista, sem a ajuda de quem a pesquisa e a dissertação seriam bem mais dolorida;

Ao **Grupo Mães na Dor** pela acolhida e pela colaboração em todos os momentos;

A **Hipernestre Carneiro** que esqueceu por instantes a sua dor para me abrir o coração com muito amor;

A **Célia Oliveira**, minha **Cecé**, pelo amor que me dedica;

A **Ana Ramalho** que alcançou com muita luta a Justiça pela sincera amizade;

A **Francisca Santos**, a palhaça **Lu Bilu**, pela alegria, tenacidade e exemplo de força e coragem, pela alegria permanente com que me recebe;

A **Liana Costa Paiva**, amiga e mãe, pela amizade, amor, companheirismo, lealdade, e por, ser em parte, responsável por minha opção por estudar a dor da perda;

A **Nilo Feitosa**, meu pai, e **Renata Feitosa**, minha irmã;

Aos servidores Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA pela atenção de todas as horas;

E aos colegas do PPGA, especialmente **Josilene Coelho** e **Patrícia Oliveira**, amigas irmãs, pelas inúmeras discussões que contribuíram para a minha formação.

Dedico este trabalho

“O saber só se aprende com os mestres.

A sabedoria, só com o corriqueiro da vida”

Cora Coralina

A **Julia Feitosa:** sobretudo a ti filha amada, única, que podes mais que todos nos dar sabedoria. Aquilo que mais posso a partir de hoje é repetir o saber. Tu, inventar e salvar a felicidade humana.

A **Rômulo Araujo,** meu maior amigo, pai de Julia e, comigo, inventor da minha filha na Terra.

A **Rafael,** anjo promovido a arcanjo, que guarda a minha vida.

Velai por nós.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
As mães na dor	13
A violência, a morte, a justiça e a vergonha.....	16
Descobrimdo o objeto.....	19
Desvendando e desvelando o objeto.....	20
A coleta dos dados.....	21
A escuta e a escrita: a etnografia	23
A análise e a exposição.....	28
CAPÍTULO I: AS MARCAS DA DOR.....	30
As sociabilidades da dor.....	33
O grupo “Mães na Dor”.....	42
Histórias de violência	49
Nota Final	66
CAPÍTULO II: A ANATOMIA DA DOR.....	68
A dor da perda	72
O luto	76
A vergonha e a humilhação	80
A culpa.....	86
CAPÍTULO III: AS METAMORFOSES DA DOR	93
A mudança.....	95
O luto e a luta	98
A impunidade	101
A fé.....	106
Nota Final	117
CAPÍTULO IV: AS EXPRESSÕES DA DOR.....	119
O pranto.....	120
A mobilização.....	126
A mídia	131
A fotografia	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	144

INTRODUÇÃO

O presente estudo lança um olhar sobre um grupo de mães que perderam seus filhos vítimas da violência e que se reuniram para lutar pela paz, contra a impunidade e a injustiça, assim como apoiarem umas às outras. Tem o escopo de realizar um relato de como essas mães transformam sua dor, seu luto, em luta por justiça e pelo fim da violência urbana. Em suma, busca detectar os mecanismos através dos quais a dor e o luto dessas mulheres alimentam a sua luta. A preocupação central consiste em procurar compreender de que forma as emoções cimentam e geram sociabilidade.

A análise está centrada em um grupo de mães da cidade de João Pessoa, Paraíba, porém, é conveniente ressaltar que essa realidade de mães que perderam seus filhos vítimas de violência e que se arregimentam para lutar constitui um fenômeno presente em diversas outras cidades e em parte considerável da sociedade brasileira. Isso está evidenciado no fato de que se multiplicaram no Brasil movimentos de mães e familiares de vítimas da violência urbana. São conhecidos os grupos como as “Mães de Acari”, as “Mães da Candelária”, as “Mães de Vigário Geral” e as “Mães da Chacina da Baixada Fluminense”. Em virtude das características comuns, esses grupos reuniram-se em um só, as “Mães do Rio” (BUSSINGER e NOVO, 2008, p. 112). Registro, ainda, a “Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Espírito Santo” (AMFAVV), o movimento “Gabriela Sou da Paz”¹, do Rio de Janeiro, “Justiça é o que se Busca”, de São Paulo, além de inúmeras páginas na internet.

Na Paraíba, surge em 2010 o grupo “Mães na Dor”. Entre os objetivos do grupo está o apoio mútuo, que ajuda conviver com a perda, o compartilhamento de experiências e vitórias. Mas, igualmente, destaca-se como alvo lutar por uma sociedade menos violenta e divulgar a cultura da paz².

¹ O Movimento Gabriela Sou da Paz foi criado pelos pais de Gabriela Prado Maia Ribeiro vítima de uma bala perdida no metrô em 2003, Cleyde Prado Maia Ribeiro e Carlos Santiago Ribeiro. Eles fizeram uma campanha de mobilização nacional, recolhendo assinaturas para uma emenda popular que altere o código penal eliminando as brechas da lei que permitem com que réus confessos estejam livres e possam praticar outros delitos. Informações constantes do site <http://www.gabrielasoudapaz.org/sobre-o-movimento/quem-somos.php>, acessado em 13.02.2013, às 13:18hs.

² As mães entrevistadas, em suas narrativas, entendem por cultura da paz uma forma possível (ou, por elas desejada) de prática livre de preconceitos e discriminação, onde haja o respeito a todas as formas de

Há uma diferença fundamental entre o grupo “Mães na Dor” e as “Mães de Acari”, no Rio de Janeiro, por exemplo, ou o grupo argentino as “Mães da Praça de Maio”. Nesses casos, o elemento agregador do grupo é um evento único: o desaparecimento. No primeiro, provocado, supostamente, por policiais; no segundo, pelos agentes da ditadura militar argentina. Em ambos, há uma responsabilidade explícita do Estado. O grupo “Mães na Dor” não. Aqui o elemento aglutinador é a perda abrupta, o desaparecimento, a violência gratuita, a injustiça.

O que existe em comum entre as mães não é o evento ou a forma como se deu a morte, mas o fato de que seus filhos foram vítimas da violência e os responsáveis precisam ser punidos. Daí a luta pela realização da justiça e contra a impunidade. A dor, o luto e o sentimento de injustiça reúnem em um só corpo essas mulheres assim atingidas pela violência.

Entre as mães não há uma organização formal, mas uma junção de sentimentos.³ O maior instrumento da relação é uma página do Facebook em nome do Grupo das “Mães na Dor”. Essa é a inscrição real que entrelaça a significância simbólica e imaginária do grupo de mulheres, que fazem da perda particular o elo, que dá sentido ao pranto, pela perda coletiva.

As mães na dor

A violência urbana é conhecida em João Pessoa. Vítimas sempre existiram. Do mesmo modo, a existência de familiares enlutados e inconsoláveis constitui uma realidade claramente verificável na cidade. O que existe de novo a ponto de justificar uma pesquisa sobre um grupo surgido em 2010? O fato de se organizarem para lutar. A luta constitui o elemento diferencial. Mas, não exclusivamente esse fato. É importante sublinhar que a matriz que leva à organização é, também, diferente. A emoção e, especificamente uma, a dor da perda, constitui a pedra fundamental do grupo. Essa dor, aliada à indignação moral, conduz à irresignação com o *status quo* da impunidade e à luta.

vida e o comprometimento com a vida e a dignidade da pessoa humana. Elas, em sua narrativa parecem rejeitar todos os modos e tipos de violência, e sonham com o acabar a injustiça e a impunidade.

³ O sentimento é um estado afetivo que se produz por causas que impressionam os sentidos do indivíduo. Estas causas podem ser alegres e felizes, ou dolorosas e tristes. Os sentimentos são responsáveis pela forma como as pessoas reagem a estímulos diversos, e implicam certa avaliação do que seja positivo ou negativo.

As mães de vítimas da violência foram-se juntando. Começaram as caminhadas. Os contatos foram sendo estabelecidos. A referência era o CEAVV (Centro de Apoio às Famílias Vítimas de Violência), um serviço mantido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, que, hoje, não existe mais. Mudou de foco, hoje dedica-se ao atendimento de menores em situação de rua.

De início, o CEAVV oferecia um apoio completo aos familiares de vítimas da violência. Atualmente, todavia, o centro voltou seus olhos para outra população: os adolescentes e os idosos. O grupo inicial era formado por um número pequeno de familiares, que incluía alguns pais.⁴

As reuniões aconteciam toda sexta-feira. Entre as primeiras mães estão Hipernestre Carneiro⁵ e Célia Nascimento⁶. Depois, apareceu Francisca Santos⁷, uma mãe que perdeu seu filho também de repente. O grupo foi se ampliando e mudando de rumo.

Inicialmente, as mães pensavam que iriam reunir-se só para chorar. Certo dia, uma delas, Francisca, que na companhia de seu filho, morto a pedradas, animava festas como palhaço, para aumentar a renda familiar, vestiu sua fantasia e, assim caracterizada de palhaço, passou a realizar o que ela costumava fazer com o filho. Vestida assim, de palhaça, ela foi brincando, dançando e contando piadas. Ela olhava para todo mundo e todas as mães riam, não tinha nenhuma chorando. A partir desse momento, começaram a fazer confraternização de natal, confraternização de final de ano e outros eventos. Esse fato criou outros elos, vínculos, gerou uma sociabilidade que vai além da dor.

Os contatos entre as mães ocorriam, inicialmente, no CEAVV. Depois, o telefone passou a ser usado. Vieram, então, os e-mails. Por fim, o facebook, que se

⁴ Participavam das reuniões, José Pereira de Carvalho, pai de Alessandra de Melo Carvalho, 27 anos, assassinada por seu esposo Luciano Augusto de Sousa, 36 anos, que, na manhã do dia 24 de junho de 2007, atingiu-a com mais de 40 golpes de faca. O assassino foi a júri popular no dia 09/02/2011, sendo condenado a 23 anos e oito meses de prisão; e o pai da adolescente Marcilene Rosendo da Silva, de 17 anos, que faleceu no dia 08 de outubro de 2010, no hospital de Emergência e Trauma, em João Pessoa, vítima de espancamentos sofridos do seu companheiro Jailson Soares dos Santos.

⁵ Hipernestre Ramos Carneiro, 49 anos, enfermeira, viúva, mãe de Aryane Thaís, que foi encontrada morta às margens da BR 230, no dia 15 de abril de 2010. Ela foi assassinada por seu namorado ao descobrir que estava grávida. Aryane Thaís morreu aos 21 anos. Todos no grupo referem-se a Hipernestre como Hiper e é assim que a tratarei doravante.

⁶ Maria Célia de Oliveira Nascimento, 53 anos, funcionária pública, mãe de Elton de Oliveira Nascimento, morto aos 22 anos, em 02.10.2010, doravante tratada simplesmente como Célia.

⁷ Francisca Luzia Pereira dos Santos, 48 anos, agente de serviços gerais, divorciada, mãe de James Pereira dos Santos, assassinado em 15 de junho de 2008, aos 19 anos, daqui por diante tratada como Francisca ou Francisca Santos.

tornou a grande ferramenta utilizada para a mobilização do grupo. Nele e através dele, as mães trocam experiências, contam suas dores, partilham seu estado de espírito e, sobretudo, convocam e acertam mobilizações. Célia é a principal responsável por comunicar as reuniões, os eventos, as audiências e outros acontecimentos relevantes. O facebook serve, também, para que as mães compartilhem seus sentimentos e para que mantenham contato com outros grupos. O facebook ampliou os horizontes do grupo e lhes deu uma dimensão nacional.

Por outro lado, as mães também se indagam sobre a dor de cada uma. Essa troca tem sido importante a fim de que possam aquilatar a semelhança entre os sentimentos. Será que a dor de cada uma delas é diferente? Será que a dor é igual? Nesse movimento relacional, percebem que a dor de cada uma é igual à própria. Uma percebe e diz sentir a mesma dor, uma outra também e assim por diante. Vale salientar, que apesar de sentirem dor semelhante, cada uma tem estratégias particulares de lidar com ela.

A dor, esse sentimento que une cada mãe pertencente ao grupo, que aquilata o sofrimento de cada uma com as expressões de sentimentos dos outros, serve também como ponto de corte. Ela separa os de “dentro” daqueles que estão “fora”. Os que pertencem, verdadeiramente, ao grupo são as mães. Aquelas que perderam seus filhos, que sentem uma dor única e intransferível. Os de “fora”, os que não pertencem ao grupo, porém aceitos como parceiros na luta têm, apenas, para as *Mães na Dor*, uma vaga ideia da dor da perda de um filho ou filha, que, para elas, só as mães possuem.

Nesse em si fazendo, as mães do *Mães na Dor* iniciaram o processo que modificou os rumos do grupo, o fazendo transitar do luto à luta, e nesse caminhar estenderam sua ação para outros Estados do país e no próprio Estado da Paraíba; se fazendo reconhecer como *grupo em dor* e reconhecendo outros esforços grupais ou pessoais semelhantes, levando conforto moral e ampliando o seu olhar para ações de busca por justiça.

Quando aconteceu o caso de Mércia Nakashima⁸, o grupo, que já estava conversando com Glória Perez pela internet, entrou em contato. Foi Glória Perez que

⁸ Mércia Mikie Nakashima, advogada, desapareceu no dia 23 de maio, após participar de um almoço em família em Guarulhos. Ela havia recebido um telefonema, de seu ex-namorado e ex-sócio dela em um escritório de advocacia, Mizael Bispo de Souza. Ele foi considerado como o principal suspeito de matar a advogada. No dia 10 de Junho de 2010, por meio de uma denúncia anônima feita diretamente à família da vítima, o carro da advogada foi encontrado na represa da cidade de Nazaré Paulista. O veículo estava

passou para Hiper o contato com a família Nakashima. O diálogo foi estabelecido com sucesso. Na missa de trigésimo dia de Mércia Nakashima, havia uma representação do grupo “Mães na Dor” em São Paulo.

Hiper conheceu Sandra Domingues⁹ através da internet. Esse contato ampliou os horizontes do grupo “Mães na Dor”, que se fez presente em manifestações em Guarulhos, Brasília, Rio de Janeiro e Espírito Santo. No Estado da Paraíba, o grupo passou a participar de inúmeros eventos. A mídia tomou, então, conhecimento da existência do grupo “Mães na Dor”. Com a exposição na mídia veio o interesse de outras mães em conhecê-lo.

A violência, a morte, a justiça e a vergonha

É uma realidade contemporânea o significativo aumento da violência urbana. No Brasil, esse cenário é agravado pelas grandes desigualdades econômicas do país e, principalmente, pela banalização da violência. No Nordeste, embora as desigualdades sociais tenham diminuído nos últimos anos nota-se um considerável aumento da violência.

Embora a violência em si não seja o propósito desta dissertação, ela se depara, desde o início com este conceito, já que um dos pontos focais do encontro que tornou possível a existência do grupo Mães na Dor tem sua origem nela e através dela. Deste modo, é conveniente deixar claro em que sentido o conceito será aqui utilizado. A violência é uma noção que será, de forma recorrente, repetida ao longo da exposição. Assim, explicitar a que nos referimos quando a aplicamos é dever preliminar.

Violência é o emprego desejado da agressividade, para fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. (COSTA, 2003, p. 39).

Na sociedade brasileira, esse tema tem sido um dos assuntos recursivos nos meios de comunicação, na academia e como objeto de mobilização. É perceptível como

submerso a uma profundidade de aproximadamente 6 metros, tinha o vidro do motorista aberto e estava com os pertences da advogada. No dia seguinte, o corpo de Mércia foi encontrado na mesma represa. Em depoimento à polícia, o vigia Evandro Bezerra da Silva disse que combinou com Mizael de buscá-lo na represa de Nazaré Paulista no dia 23 de maio, o mesmo do dia do desaparecimento de Mércia. Mizael Bispo de Souza foi condenado a 20 anos, em regime fechado, pela morte de Mércia Nakashima.

⁹ Sandra Domingues é uma ativista dos direitos humanos, que mantém um site na internet “Justiça é o que se busca”.

casos de violência são veiculados pelas mídias, em especial a televisiva, que os transforma em espetáculo, tornando-os algo corriqueiro e banal.

De outra parte, é necessário ver a outra face da exposição midiática da violência, que interessa de perto a esta dissertação. O crime que não é noticiado é ainda mais difícil de ser punido. Com todos os seus problemas, porém, a mídia ainda é um instrumento que reforça a ação de organismos como o grupo, objeto de análise, “Mães na Dor”.

Em resposta a essa violência, a sociedade civil elabora mecanismos, os mais variados, de resolutividade dos seus danos e malefícios, tais como formação de ONGs, grupos terapêuticos, e grupos de pressão, cujo objetivo é direcionar as instituições ao pleno cumprimento de suas finalidades. Os mecanismos de resistência ao aumento dos casos de violência e de enfrentamento de suas sequelas encontram expressão em formas de sociabilidade específicas, onde os indivíduos atingidos buscam compartilhar suas experiências e prestarem auxílio uns aos outros.

O que, inicialmente, chama a atenção no grupo estudado é que a dor dessas mulheres enlutadas, que perderam seus filhos, constitui o elemento catalisador para transformar o sentimento de perda em força para sair às ruas em passeatas, clamando por Justiça e Paz. As mães vão às ruas em manifestações as mais diversas, conversam com as autoridades, vão às delegacias, ao fórum criminal, ao Tribunal de Justiça, para falar acerca da dura realidade que atingiu a todas elas: a violência.

Este estudo aborda as relações entre luto, justiça, vergonha e humilhação, no seio do grupo “Mães na Dor”. Para tal, são utilizadas dez entrevistas semiestruturadas realizadas com participantes do grupo¹⁰; as anotações do diário de campo; e os depoimentos constantes do documentário *Por Nossos Filhos*¹¹.

Ao longo da pesquisa e nas inúmeras exposições que fiz dos seus resultados parciais, alguns mal entendidos surgiram. Muitos me cobraram uma abordagem mais

¹⁰ Ao contrário de muitos outros casos, as mães que compõem o grupo estudado fazem questão de que seus nomes sejam citados claramente. Elas querem que os seus nomes verdadeiros sejam usados porque elas são pessoas públicas, que lutam pela realização da Justiça. O anonimato não contribui para essa luta. Para elas, tornar os nomes das mães conhecidos é uma forma de amplificar a voz do grupo. Há, pois, uma solicitação explícita para que os seus nomes sejam utilizados. É por essa razão que os nomes das depoentes e dos seus filhos no documentário analisado e no presente trabalho são os reais.

¹¹ O documentário “Por nossos Filhos” foi produzido pelo Departamento de Comunicação Social – DCS, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em 2011, e dirigido por Flaviano Carvalho e Helton Nóbrega, que assinam, além da Direção, também o Roteiro. O projeto foi orientado pela Prof^a Dr^a Glória Rabay. Doravante, o documentário será citado como “CARVALHO e NÓBREGA, 2011”.

acurada do fenômeno da violência. Todavia, este não é o objeto da pesquisa. A violência deflagra o evento morte que, por sua vez, instaura a situação de perda que leva à dor e ao luto. Foi tratada no estudo, portanto, como elemento importante, mas não fundamental para os resultados da pesquisa.

A morte, por igual, leva à dor. Porém, não se constitui, também, como objeto da pesquisa. Portanto, não há que dedicar-lhe mais atenção do que aquela que requer enquanto evento definitivo que corta os laços que ligam mãe e filho. Mais importante é a *dor* enquanto elemento sociológico de separação, que permite identificar os que compõem o grupo e os que orbitam em torno dele como simpatizantes, mas não como participantes.

No que diz respeito à justiça, ela intervém no processo como um objetivo do grupo e das mães nele envolvidas, para reparar a perda e perpetuar a memória do filho perdido. Esta sim, a memória do filho, é importante. É a base da luta das mães. A realização da justiça é uma resposta que dão a seus filhos de que eles não serão esquecidos. Mesmo que essa justiça seja feita por homens e contenha as falhas que elas lutam para corrigir.

Por último a vergonha¹². Talvez esse seja o conceito menos compreendido de quantos utilizo. De há muito a vergonha vem sendo escondida e escamoteada das relações sociais na contemporaneidade (SCHEFF, 2013); compreendê-la contribui para sua compreensão como conceito antropológico importante para a descrição da realidade estudada. Para Scheff, a vergonha de sentir vergonha na sociedade contemporânea ocidental faz com que aumente a distância entre os indivíduos, que não mais sabem comunicar o seu sentimento e tem medo de ser visto como alguém fora do lugar em um contexto determinado. A perda da face, na linguagem goffmaniana, revela um constrangimento posicional do ator em um contexto específico (GOFFMAN, 2011), o fazendo sentir vergonha de si e dos seus em situações corriqueiras, ou em situações trágicas que revelem ao mundo (social) o estado liminar em que se encontra (ou os seus, ou com os seus) no momento. A vergonha decorre, assim, de todo constrangimento que leva a uma humilhação, a uma avaliação negativa da autoestima: é nesse sentido que o conceito é utilizado no presente trabalho.

¹² A vergonha e a humilhação, no caso do grupo estudado, são encontradas amiúde nas relações com os serventários da justiça, com os policiais, que tratam os processos com desprezo e frieza. Mas, sobretudo, com os defensores dos réus. Esses, como estratégia de defesa, buscam desqualificar a vítima.

Descobrimo o objeto

No dia 15 de dezembro de 2011, quinta-feira, por volta das sete horas da manhã, acordo com o som de meu celular. Era insistente. Quem seria àquela hora? Atendi. Era Liana da Costa Paiva, minha amiga e colega de trabalho¹³. Chorando muito ela me disse: “Anna, meu filho morreu”. Acordei de todo. O filho de minha amiga era um jovem de 27 anos. O que teria ocorrido? Ele era saudável.

Imediatamente, fui ao seu encontro e, a partir daquele instante, passei a acompanhar a trajetória de uma mãe que perdeu seu filho. No primeiro momento, Liana não tinha consciência de que o evento que vitimara Rafael, seu filho, fora mais do que um simples acidente. Durante o velório, iniciaram os rumores de que se tratava de um homicídio. Posteriormente, as informações foram confirmadas pelas gravações das câmaras de vídeo dos prédios da rua onde ocorreu o fato.

No dia 21 de dezembro, foi celebrada a missa de 7º dia em sufrágio das almas de Rafael e Daniel, a outra vítima. Depois da missa aconteceu uma caminhada para clamar por justiça e por paz no trânsito. Estavam presentes familiares, amigos, a imprensa, entre outras pessoas. Permaneci todo o tempo ao lado de Liana.

No final da caminhada, aproxima-se dela uma mulher vestindo uma camisa onde se via a foto de uma jovem e, logo abaixo da foto, a inscrição: ARYANE THAÍS. Ela apresentou-se dizendo que compreendia a dor sentida por Liana. Ela, também, perdera uma filha tragicamente, assassinada pelo pai do filho que ela esperava. Nesse momento, ouvi falar, pela primeira vez, do Grupo “Mães na Dor”. Conversamos um pouco mais e nos despedimos.

Todavia, não parei de pensar no ocorrido, nas mortes violentas de Rafael e Daniel e no uso que o desejo dos violentos atribui aos mais inusitados utensílios, a fim de atingirem seus objetivos. No caso de Rafael e Daniel, uma camionete Hylux transformou-se em uma arma letal para assassinar dois jovens. De algum modo, passei a interessar-me por aquele grupo de mães que perderam seus filhos em virtude da violência.

Busquei inteirar-me mais e durante esse período mantive inúmeros contatos com Hipernestre Carneiro, mãe de Aryane Thaís. Em conversa com Hiper, tomei

¹³ Liana da Costa Paiva, 49 anos, funcionária pública, mãe de Rafael Paiva de Freitas Patriota, morto aos 27 anos. A partir de agora será referida apenas como Liana.

conhecimento do documentário denominado “Por nossos filhos”, anteriormente falado. Assisti ao filme. Os depoimentos me sensibilizaram. Decidi: o grupo merecia uma abordagem em profundidade com o fito de compreender a sociabilidade que lhe deu origem. Tomada a decisão vieram os passos seguintes no sentido de ganhar a confiança do grupo a fim de colher as informações necessárias ao estudo.

Em 12 de junho de 2012, mantive uma conversa bastante demorada com Liana e Hiper na casa da irmã desta última, onde residia na ocasião. Elas me relataram um pouco sobre o grupo. Hiper se referiu, longamente, sobre a história de Aryane Thaís. Na ocasião, falou sobre as mudanças que ocorreram em sua vida.

Naquele momento, o meu interesse pelo grupo já assumira os contornos de uma preocupação de natureza científica. Qual sua relevância no sentido de explicar os mecanismos pelos quais se forma o grupo “Mães na Dor” e como a categoria emoções pode contribuir para a compreensão da sociabilidade que lhe dá causa? A partir desse momento, o grupo passa a ser perquirido no sentido de buscar saber de que forma as emoções cimentam a sociabilidade que o faz surgir.

Nesse primeiro encontro, ficou evidente que as manifestações, a presença pública do grupo, têm o objetivo de preservar a memória dos filhos mortos, como instrumento importante na luta pela efetivação da justiça. Daí a importância da fotografia, das tatuagens, dos banners e outros elementos iconográficos.

Desvendando e desvelando o objeto

Na Paraíba, as estatísticas apontam para um índice de homicídios da ordem de 38 por 100 mil habitantes.¹⁴ Quase todos, são jovens e do sexo masculino. Porém, as mães dessas vítimas não estão reunidas apenas para lutar pela realização da justiça. A especificidade do grupo Mães na Dor está no fato de que, na contracorrente do movimento geral no sentido da aceitação passiva da fatalidade, essas mães buscam na associação trabalhar seu luto. O sentimento da perda, a dor por ela causada, e emoção em suma, parece ser o elemento catalisador dessa sociabilidade.

¹⁴ Dados disponíveis no site do Centro do Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Sumé, acessado em 19.05.2013 às 6:23. Estudo da autoria do Prof. José Maria Nóbrega Júnior, intitulado “Criminalidade violenta na Paraíba”. O endereço do site é o seguinte: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1895:criminalidade-violenta-na-paraiba&catid=92:artigos&Itemid=460.

Os sentimentos, de fato, constituem objeto de reflexão nos encontros das mães enlutadas. Neste sentido, o campo das emoções tem relevância por salientar o quanto é importante a constituição de laços sociais e redes de solidariedade entre mães que compartilham a mesma dor.

Convém salientar, entretanto, que a dor e o luto não constituíam a única pauta das reuniões. Ali eram tratadas, igualmente, questões pertinentes à ação do grupo. Questões de como agir para fazer caminhar um processo que estava emperrado, como chegar a um juiz ou delegado de polícia, o que fazer para chamar a atenção para um caso que se encontrava esquecido. Coisas práticas que requeriam ação para que seguisse o rumo prescrito pela lei. Afinal, elas se reuniam para a luta e não, apenas, para carpirem coletivamente suas dores. Onde há luta o espaço para a autocomiseração é remodelado e reconstituído em ação. Hoje, elas ocupam o espaço virtual. O facebook é a grande ferramenta onde elas partilham seus sentimentos, convocam encontros, marcam caminhadas e comunicam a realização de audiências e a movimentação dos processos.

Por outro lado, embora a violência urbana seja referida, ela não é o principal objeto da presente reflexão. De fato, se a violência deflagra o processo de perda, são as emoções daí decorrentes, o luto, a vergonha, a humilhação, o sentimento de injustiça, que constituem as lentes através das quais a existência e a prática do grupo “Mães na Dor” são lidas. Até porque no grupo não se encontram o relato de um tipo único de violência.

O que une essas mães não é a violência de gênero, homofóbica, ou outra qualquer, por mais relevantes que sejam. Elas se reúnem porque seus filhos foram mortos e os homicidas precisam responder por isso. Eles não podem ficar impunes. Os eventos que resultaram na morte dos filhos são os mais variados. Vão desde o assassinato através de pedradas, até a utilização de automóveis para a prática do delito. Do grupo, sequer aquelas mães cujos filhos faleceram por motivo de doença ou outras causas naturais participam.

A coleta dos dados

Nesse processo foi estabelecido o objeto do estudo, cabia agora traçar a metodologia para a coleta e análise dos dados, e o aparato teórico analítico com que refletir sobre a realidade estudada. Em que pese o fenômeno da morte ser universal, há

certa racionalidade, que é socialmente assimilada. Os filhos, se espera, devem enterrar os seus pais. É assim que, nessa racionalidade, a natureza deveria se comportar. Essa deveria ser a lógica.¹⁵

O grupo “Mães na Dor” reúne mães que, de repente, receberam a notícia de que seus filhos não retornariam para casa. Eles eram jovens e foram vítimas da violência. Como enfrentar de repente a morte de um filho? Por outro lado, essa perda traz consigo consequências gravíssimas. A família, às vezes, é destruída. A mudança ocorrida na vida cotidiana é radical. O sentimento de perda, a dor, assume dimensões inimagináveis. Os familiares, os amigos, as pessoas sensíveis, na ânsia de ajudar, muitas vezes terminam ferindo essas mães. É comum ouvir-se delas que somente aqueles que perderam um filho podem saber a dor que sentem. Assim, a troca de experiências em grupo contribui para amenizar a dor. Quanto mais elas dividem entre si suas dores, mais encontram conforto. Elas não se sentem sozinhas.

Esse sentimento constitui a principal dificuldade existente na aproximação com o grupo. Elas são educadas, atendem a todos, falam até de suas dores. Mas, se resguardam. Não dizem tudo.

Para a realização deste trabalho foi necessário, assim, conviver com elas a fim de poder iniciar, efetivamente, a coleta de dados. Para isso, foi fundamental o entendimento da lógica de sua experiência como grupo e individualmente. Foi o que se deu, principalmente, quando resolvi ter o grupo como objeto de análise. A coleta de dados, deste modo, é também uma imersão nos códigos da experiência que movimenta o grupo em sua expiação da dor e na sua luta por justiça.

Apesar de haver conhecido o grupo no final de 2011 e a aproximação ter ocorrido em virtude de minha amizade com uma mãe que perdera seu filho, esses elementos não foram suficientes para romper a barreira da desconfiança. Passaram-se seis meses para que eu conseguisse sentar e colher as primeiras informações mais consistentes.

Após a prolongada conversa que mantive com Liana e Hiper, no dia 12 de junho de 2012, gravada com suas autorizações, em que elas me relataram um pouco sobre o grupo, de suas vidas e de suas lutas por Justiça, é que eu pude, de fato, começar a pensar a estratégia teórica e metodológica a ser utilizada.

¹⁵ Ver, por exemplo, BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 543.

A escuta e a escrita: a etnografia

Roberto Cardoso de Oliveira (2000) afirma que o cerne do trabalho do antropólogo consiste em olhar, ouvir e escrever. De fato, na tarefa ingente de transformar “o exótico no familiar e/ou o familiar em exótico” (DaMATTA, 1978, p. 28), o olhar e a escuta exercem papel essencial. Estranhar o que se vê e buscar ouvir para entender o visto requer uma atitude de entrega que é quase impossível de acontecer se não se vive próximo do objeto. A interação entre o pesquisador e o grupo pesquisado, implícita na prática do método etnográfico, requer a vivência das situações enfrentadas pelos participantes do grupo a fim de que possam ser aquilatados os sentimentos daí decorrentes. Viver junto ao grupo que se quer conhecer: eis a lição dos clássicos, um conselho que continua atual.

A proximidade do pesquisador com objeto é tão buliçosa que permite que o fenômeno possa sofrer alterações cada vez que se modifique a postura do pesquisador. A relação tem que ser absolutamente interativa. É tal a entrega, que só se encontra paralelo na observação de partículas subatômicas pelas leis da física quântica, onde o fenômeno se transforma todas as vezes que se modificam as situações de observação do objeto.

Para garantir o acesso ao grupo, passei a participar de todos os eventos e a manter contato diário, pessoal, pelo facebook ou por telefone, com quase todas as mães. Dei-me a conhecer como pesquisadora, mas não como uma curiosa. Já aí contava com a confiança de Hiper. A seleção das mães para serem entrevistadas foi feita com a ajuda de Hiper e Célia. Foi feita de dentro para fora. As próprias mães participaram do processo. Quando eu falava: “Eu quero falar do tema justiça”, elas me diziam: “Então você tem que entrevistar a mãe de Rebeca”.

Esse procedimento teve enorme repercussão quando das entrevistas. Ao selecionar, previamente, as mães, Célia e Hiper indicaram, de fato, o caminho a seguir. A seleção prévia permitiu que eu me aproximasse das mães e estabelecesse um elo de intimidade e confiança, que facilitou a realização das entrevistas.

A convivência com o grupo me fez ver, igualmente, que ele não se limita às mães. Pais, irmãos, amigos, simpatizantes, orbitam em torno dele com um grau maior ou menor de integração. São pessoas importantes para o funcionamento do grupo e, até, para as manifestações.

Uma dificuldade, e não de pequena monta, por mim encontrada para a realização deste trabalho, foi o fato de que sou mulher e mãe. A situação toda é muito forte. A carga emocional às vezes é insuportável. Tive que me preparar bem para que as entrevistas não se transformassem em desastres. Em algumas entrevistas, que duraram horas, as mães entrevistadas choraram do princípio ao fim. Confesso que em alguns momentos a vontade era dizer: “Pare. Isso dói tanto em você. Não fale mais”.

Caso a entrevistadora se deixasse envolver e, em descabida manifestação de solidariedade, começasse a chorar, a entrevista, o estudo, a ciência, a dissertação, o seu futuro acadêmico, enfim, poderiam vir a ser comprometidos. No final das entrevistas vinha, quase sempre, a sensação de cansaço extremo. Eu estava extenuada, triste, às vezes revoltada. Portanto, não foi fácil.

Um estudo da natureza do que se propõe o presente trabalho não se limita à coleta de dados empíricos, por mais importantes que eles sejam para descrever a realidade estudada. Não se trata de descrever a realidade, mas de propor uma forma de compreender a sociabilidade que permite a existência do grupo. Isso se faz no seio de um corpus teórico que permite a apreensão do objeto estudado e sua reconstrução do ponto de vista conceitual. Claro está que não se pretende enquadrar a realidade no contexto de uma teoria.

Assume-se aqui que o pesquisador, ou já tenha desenvolvido um referencial teórico ou conceitual que guiará sua investigação e identificado os conceitos centrais e os temas que deverão ser vistos na pesquisa, ou tenha se decidido a trabalhar dentro do referencial da Teoria Fundamentada [...]. De acordo com esta escolha, duas questões centrais devem ser consideradas, antes que qualquer forma de entrevista: o que perguntar (as especificação do tópico guia) e a quem perguntar (como selecionar os entrevistados). (BAUER e GASKEL, 2011, p. 66).

Assim, o passo inicial foi definir o aparato conceitual capaz de dar conta do objeto de estudo. A primeira constatação empírica é a de que se está perante um grupo formado por mães que sofrem. As emoções, pois, afloram de imediato. Para Koury (2003, p. 19),

O conjunto complexo de práticas, usos e costumes sociais que intermediam e orientam o agir individual de quem sofre uma perda é a definição aqui utilizada para o termo ritual do sofrimento. A construção social do sofrimento passa pelo emaranhado de ilusões e expectativas formadoras do sujeito, e por como a sociedade cria e

estabelece os processos integrativos necessários à sobrevivência social a partir dos indivíduos.

Por outro lado, cabe aqui uma breve digressão para se pensar o processo de luto na sociedade brasileira atual. Desde os anos de 1970, as vivências tradicionais observadas quando da morte de um ente querido estão desaparecendo ou se modificando de forma acelerada na sociedade atual brasileira. O costume de vestir preto, o uso do “fumo”¹⁶ e outros hábitos ancestrais de manifestação pública do luto, por exemplo, vêm desaparecendo. Aquilo a que se denomina ritual do sofrimento, ou da dor, parece sumir.

Essas práticas, usos e costumes, a par de serem transmitidos oralmente, são representados pela linguagem. Neste sentido, o processo de sua constituição está refletido no caminho de construção da narrativa que dá conta dele. Com efeito, o real, tal como se apresenta a quem o observa, somente pode ser apropriado mediante a compreensão de sua simbologia, que se encontra povoada pela linguagem. Desta sorte, o observador, constrói relatos e narrativas, para uma reconstrução aproximativa do real, através das simbologias expressas no cotidiano e na sua transmissão através de fala e gestos. No caso em estudo, essa tarefa é cumprida a partir das narrativas das mães, que buscam elaborar a sua perda, o seu luto.

De forma concomitante, porém, a realidade social, como objeto de estudo e pesquisa, é apreendida de forma reflexiva, e conceitual. Integra o corpo de uma teoria cujo fim é fornecer uma explicação para os mecanismos internos das práticas sociais. Muito embora suas raízes possam ser seguidas até os clássicos das ciências sociais, a Antropologia das Emoções é uma disciplina científica recente, nascida do ramo maior da Antropologia Social, nas reformulações críticas no interior das ciências sociais e, especificamente, da Antropologia, nos anos de 1970, nos Estados Unidos. Parte da compreensão de que historicamente os indivíduos expressam sua emotividade no interior das vivências e experiências sociais, e com recursos interacionais propostos pela própria cultura onde se encontra imerso.

Ao pesquisador, - que optou, como eu, pelo campo da Antropologia das Emoções, - cabe compreender, assim, como a perda e o luto são assimilados pelas mães integrantes do grupo estudado. Isso se faz em um nível metalinguístico. A significação desdobra-se. O signo, as narrativas das mães, remete a um significante e a um

¹⁶ O “fumo” era uma pequena fita de tecido maleável preto que os parentes masculinos do morto usavam em sinal de luto. Era usada no braço, na lapela do paletó ou no bolso da camisa. As mulheres, usualmente, vestiam roupas pretas.

significado. Este, por sua vez, aponta para um novo sentido, o da vida transmutada. Nesse nível dá-se a elaboração do luto, pela ressignificação da vida. As narrativas recuperam, simbolicamente, os entes desaparecidos. No caso do pesquisador, a narrativa é orientada por conceitos teóricos que visam à explicação das narrativas das mães, que discorrem sobre sua dor para compreendê-la e suportá-la.

As narrativas das mães tomam sentido socialmente. É na relação com o outro que a sua realidade é construída. Através da comunicação, que socializa o trágico, a narrativa da dor é elaborada, remetendo a um mundo possível, que se pereniza na memória que, por sua vez, se alimenta do mundo interior. Do mesmo modo, o pesquisador, para compreender seu objeto, as mães e sua dor, recorre à teoria a fim de apropriar-se desse fato singular e universalizá-lo. Nesse sentido, o luto é compreendido, como afirma Koury (2005, pp. 92-93), em

Sua singularidade, [...] se expressa no modo como foi construído o lento processo do trabalho de luto na pessoa enlutada. Como ela construiu o seu luto e a recuperação simbólica do seu ente querido morto. O longo trabalho de memória nela elaborado pelos mecanismos específicos do luto, – enquanto reconstrução social onde diversos tempos se tencionam em emaranhados de lembranças, – até o recompor de um tempo de apropriação do ente desaparecido em si. Um tempo de recomposição e apropriação vistos aqui como um tempo recriado ou em permanente recriação que elabora razões que alicerçam os diversos fragmentos da dor, dos por quês, e permitem a pessoa enlutada entender, embora a palavra mais adequada seja aceitar. Como uma simbólica justificação daquela morte que possibilita, o desde então continuar a viver e a conviver com sua perda.

O objeto real, assim, isto é, as narrativas das mães entrevistadas, é desmontado em seus elementos constitutivos e dissecado na narrativa do pesquisador: que confronta a teoria as narrativas das entrevistadas, construindo uma narrativa antropológica. Os dados recolhidos, desta maneira, são estudados em seus mais recônditos escaninhos e intimados a dizerem o que podem. Por fim, a morte e o luto, em sua dimensão social, emergem de ambas as narrativas com as dimensões dos ícones.

A cultura emocional, assim, é analisada como

específica de um tempo e de um espaço determinado, que provê os indivíduos nela inseridos com conceitos simbólicos, linguísticos e comportamentais, com os quais dão sentido às próprias emoções. As situações emocionais são inscritas, deste modo, dentro de modelos relativamente contínuos e duradouros de relações sociais.

As emoções, assim, são sentimentos dirigidos diretamente aos outros e causados pela interação com os outros, em um contexto e situação social e cultural determinados. Até mesmo as chamadas emoções primárias e universais, deste modo, estariam sujeitas a processos relacionais com a estrutura social (KOURY, 2009, p. 8-9).

Desse modo, o ritual do luto em que se misturam, como matéria de memória, as lembranças, remete para um universo significacional a partir do qual a realidade é interpretada e vivida. Esses elementos, por seu turno, encontram na narrativa sempre repetida o modo de eternizar-se.

Com efeito, pode-se sinteticamente dizer que a narrativa do pesquisador, encarada como uma linguagem que se refere à outra, tem como pressuposto uma teoria que ajuda a definir os conceitos de que se utiliza para compreender as narrativas a que se refere. O discurso das mães que sofrem e elaboram a perda de seus entes queridos é compreendido, deste modo, pelo pesquisador e comunicado na forma de discurso antropológico.

A sociologia das emoções assim, em sua fundamentação analítica, procuraria ir além do que um ator social sente em certas circunstâncias ou com relação às histórias de vida estritamente pessoal. Ela parte do subjetivo que movimenta o ator social à ação, mas, não se restringe ao estritamente subjetivo, e sim às formas relacionais que assumem as ações sociais quando direcionadas objetivamente para um outro. Outro que as recebe e as reorganiza em forma de uma nova ação e das alianças possíveis, como resultados da troca entre os parceiros da mesma ou de diferentes situações socioculturais dispostas no movimento interacional (KOURY, 2009, p.9-10).

Trata-se, pois, de reconstruir o universo de relações que se preservam simbolicamente no discurso das protagonistas: no caso, as mães que perderam seus filhos. A existência do grupo busca suprir, desta maneira, os anseios dessas mães a fim de expressarem seus sentimentos, mas, não somente isto. A dor da perda, o sofrimento moral, serve como catalisador, como gatilho para despertar um sentimento de indignação moral, de cidadania, capaz de mobilizá-las para a luta. Perceber, descrever e interpretar esses mecanismos são os objetivos da pesquisa.

O conflito entre as formas instituintes e instituídas culturalmente, que baseariam a memória social das emoções, e as formas subjetivas e singulares da vivência emocional dos parceiros da troca, seria o objeto por excelência da análise sociológica das emoções, tanto quanto da análise da antropologia das emoções, em um contexto cultural e social dado (KOURY, 2009, p. 10).

Desta sorte, foi estabelecido, com a inestimável ajuda de Hiper e Célia, um número razoável de mães a serem entrevistadas, que seriam escolhidas por sua relevância no grupo. A pesquisa, pois, foi qualitativa nos precisos termos em que a definem Bauer e Gaskel (2011, p. 23).

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER e GASKEL, 2011, p. 65).

Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas com as militantes de maior expressividade do grupo. O critério para determinar a relevância dessas mães foi o seu comprometimento com o grupo, a sua história pessoal¹⁷ e a sua clareza no que tange aos objetivos da luta. Seus nomes e as primeiras informações sobre suas histórias particulares, como já dito, foram indicados por Hiper e Célia. As entrevistas buscaram caracterizar a mãe e a família, retratar o episódio da morte, da tragédia, detectar se há vínculos entre os sentimentos de humilhação, vergonha, perda, impotência e, por último, a visão delas da justiça e se, de alguma maneira, implica perdão.

A análise e a exposição

Um último esclarecimento. A realidade vista e vivida pelo pesquisador é apreendida como totalidade. Sua exposição não. A linguagem nunca é analógica. É digital, linear, desdobra-se no tempo. As palavras seguem-se umas às outras. Portanto, expor o que se viu requer um esforço para transformar as partes em um todo. Daí a importância dos títulos.

A presente dissertação gira em torno da dor da perda e dos rituais que a expressam no caso de um grupo específico de mães: o grupo “Mães na Dor”. Desta sorte, procurei, tanto quanto possível, organizar os capítulos para que, no final, o todo pudesse surgir. Início com as marcas da dor, para, depois, estudar sua anatomia e as mudanças que ela provoca nas mães para encerrar com as expressões da dor. Com isso procurei traçar um quadro completo. Espero haver conseguido.

¹⁷ Aqui não se trata de História de Vida, como recurso metodológico. Mas, de pequeno levantamento para saber a trajetória da vida da entrevistada.

A dissertação está estruturada em torno de quatro capítulos, além de uma introdução e considerações finais. O primeiro capítulo trata da violência urbana, como subproduto da urbanização descontrolada, com o aumento de crimes dolosos contra a vida e a constituição de grupos similares ao estudado. Por consequência, aborda as sociabilidades resultantes da dor e uma narrativa do surgimento e desenvolvimento do grupo “Mães na Dor”.

O segundo capítulo contém a narrativa da dor segundo a ótica das mães, a discussão sobre o sentimento da perda e como esse sentimento é trabalhado por elas. Em decorrência, aborda o luto, descrevendo as suas formas e como ele é vivido na contemporaneidade.

O terceiro capítulo trata do luto e da luta ao fazer uma exposição de como as mães se arregimentam, aborda o sentimento de injustiça como um dos fundamentos da sociabilidade que engendra o grupo. Discute, pois, a forma pela qual as mães encaram a impunidade, como reagem a ela e que saídas apontam para solucionar o problema de um lado. E do outro, aborda a justiça legal, seu funcionamento e uma exposição de como as mães se posicionam diante do aparato judicial. Enfim, enfrentam o difícil problema do perdão.

As entrevistas, de forma unânime, evidenciaram a questão da fé. Em todas, a crença em Deus surge no discurso das mães como um recurso para explicar de que forma elas sobreviveram à perda. É uma maneira de trazer à baila a questão da moralidade. A vergonha e a humilhação também apontam para a questão da moral. Por último, aborda o problema da mudança de vida. As repercussões da perda no âmbito familiar

O quarto e último capítulo aborda a forma como as mobilizações do grupo são realizadas, como ocorrem as suas manifestações, a maneira pela qual os familiares reagem ao comprometimento das mães com o movimento contra a violência, a importância da mídia e o papel que a fotografia exerce no universo simbólico do grupo.

Por derradeiro, estão as considerações finais, que apresentam os resultados, necessariamente parciais, a que este estudo chega. Faço um inventário do trabalho realizado e a prospecção dos possíveis desdobramentos futuros.

CAPÍTULO I

AS MARCAS DA DOR

A morte é um evento cujas consequências sobre a existência humana são as mais radicais. Há uma separação definitiva. Desse modo, aquele que perde um ente amado sente os seus efeitos, que têm larga repercussão. Afinal, a perda é única e insubstituível em sua individualidade. Em decorrência, a dor resulta inevitável para aquele que sofre a perda.

No caso, a morte violenta e precoce de um ente querido, sobretudo um filho ou uma filha, resulta de causas ancoradas na realidade social e, por outro lado, implica a impressão de registros indeléveis na memória dos que sofrem a perda¹⁸. Com efeito, a violência constitui o elemento desencadeador de um processo que, passando pela dor da perda, através dos episódios que resultaram na morte dos entes queridos, culminou na constituição do grupo *Mães na Dor*, e na sua luta.

Esses episódios constituem, assim, ao lado da dor causada, os sinetes, que produzem as marcas que acompanham a vida dessas mães e que a organização em grupo e a luta a partir dessa união, constituem uma forma de não esquecer e não deixar seus filhos e filhas esquecidos, e atenuar o sofrimento por elas vividos e revividos na cotidianidade de suas vidas pessoais e de suas vidas em grupo.

A ocorrência de formas associativas em que mães se reúnem para lutar não é estranha à antropologia. As “Mães da Praça de Maio”, na Argentina, recebeu brilhante abordagem de Ludmila Catela (2001) e, do mesmo modo, Cecília Hidalgo (2010) trata com delicadeza o assunto, ambas são exemplos que podem ser citados. No Brasil, existem alguns trabalhos dedicados ao tema. Neste sentido, saliente-se Freitas (2002) e Araújo (2007) ambos refletindo sobre a experiência das Mães de Acari. Anote-se, ainda, o estudo de Bussinger e Novo (2008), sobre um grupo de mães do Espírito Santo. Entretanto, as abordagens ainda são tateantes. Os parâmetros teóricos para o estudo ainda não estão, de todo, estabelecidos.

Roberto DaMatta (1997, *passim*), auxilia no entendimento do fenômeno em análise – a criação e existência de um grupo de mães cujos filhos foram vítimas da

¹⁸ Ver, entre outros, HALBWACHS, 2004, 2008 e 2009; e, principalmente, POLLAK, 1989.

violência urbana – através do conceito elaborado por Victor Turner de drama social, ou seja, um momento acima – além ou aquém – das rotinas e normalidades que governam o mundo cotidiano; uma ação que rompe com uma norma social hegemônica vivida pelo grupo. Nesse sentido, a elaboração do luto dessas mulheres parece passar necessariamente pela luta para alcançar a justiça legal. Nesse caso, metaforicamente, as mães são atrizes de um drama social encenado a partir de suas histórias particulares de vida.

Victor Turner (2008), quando trabalha a noção de metáfora como recurso para a apreensão da realidade social, parte da constatação de que os sistemas teóricos são necessários, porém o campo é que detém a última palavra. A metáfora, pois, constitui um instrumento privilegiado através do qual é possível tornar o real compreensível. Ademais, a percepção é insuficiente para dar conta da realidade social.

A imaginação constitui instrumento fundamental para preencher as lacunas que os dados sensoriais ensejam. Deste modo, a metáfora, ao inserir o dado da realidade em um sistema analógico conhecido, permite pensar a realidade estudada a partir desses elementos, embora tenha que ser subsumida analogicamente em arquétipos previamente construídos.

Assim, as observações que levou a cabo em suas pesquisas entre os *Ndembu* da Zâmbia permitiram que chegasse à constatação de que o processo social, independentemente da sociedade em que ocorra, apresenta uma feição comum.

Comecei então a perceber uma forma no processo do tempo social. E esta forma era essencialmente *dramática*. Aqui, minha metáfora e meu modelo eram uma forma estética humana, um produto da *cultura* e não da natureza. Uma forma cultural era o modelo para um conceito social científico (TURNER, 2008, p. 27).

Desta sorte, mesmo levando-se em consideração o alerta de Victor Turner de que o campo sempre diz a última palavra, não há como se olvidar que o pesquisador achega-se ao objeto de seu estudo a partir de posições teórico-metodológicas que lhes servem de bússola. Não há, pois, como abrir mão de certos conceitos balizadores (referenciais teóricos) do trabalho de campo.

Victor Turner (2008) operacionaliza o conceito de drama social a fim de aclarar as realidades sociais conflituosas. Ele define os dramas sociais como “unidades

de processo anarmônico ou desarmonico que surgem em situações de conflito” (TURNER, 2008, p. 33).

Com efeito, os dramas sociais percorrem quatro fases, a saber: a) a ruptura da relação social, provocada por infração à norma que lhes dá sustento; b) a crise decorrente da ruptura das relações e que tende à recomposição das relações rompidas ou pelo aprofundamento da ruptura; c) a ação corretiva, através da aplicação de mecanismos de ajuste e regeneração do tecido social rompido; e d) a reintegração do grupo social perturbado, ou de seu reconhecimento como entidade cismática (TURNER, 2008, p. 33-37).

No caso do grupo estudado a violência que recaiu sobre a vítima e a família rompe a segurança, que deve ser assegurada pelo Estado às famílias, daí decorre a crise de confiança nos aparelhos coercitivos do Estado, a justiça legal e a polícia. Na maioria dos casos estudados a polícia foi inoperante e a justiça impassível. A luta das mães é uma forma de buscar recompor o tecido social rompido e, por fim, o grupo não se quer reintegrado à sociedade nas mesmas condições de antes. Ele se reconhece com uma identidade própria e pretende continuar influenciando socialmente. É um desenho tosco, porém, mas perceptível na conduta das mães.

DaMatta (1977) considera que o centro desse drama social, no caso do Brasil, reside no fato de que os brasileiros vivem um dilema nos seus espaços de sociabilidade, pois combinam, das mais variadas formas, os princípios hierárquicos das sociedades tradicionais com os princípios igualitaristas das sociedades modernas.

Em outras palavras, é como se convivessem nas mentalidades brasileiras a Pessoa (típica das sociedades hierárquicas) e o Indivíduo (típico das sociedades modernas). (DaMATTA, 1997; 1987). O que remete à problemática simmeliana da socialização no universo da urbe.

Abordar as causas sociais da violência e visualizar as marcas que esta deixou na vida das mães, constituem tarefas prévias para a compreensão da sociabilidade que está no cerne da luta do grupo estudado. É o que pretendo realizar no presente capítulo, apontando a violência urbana na gênese da sociabilidade que gera o grupo “Mães na Dor”. E, igualmente, flagrar a dor sentida e os episódios de violência que povoam a memória das mães. Afinal, é a maternidade e o amor dela decorrente que constitui um dos elementos catalisadores dos liames estabelecidos pelas integrantes do grupo.

As sociabilidades da dor

A maioria dos filhos das mulheres que compõem o grupo “Mães na Dor”, que foram vítimas da violência, era jovem. Essas mães vivem uma dor irreparável: a dor de sepultar seus filhos que teriam, naturalmente, uma maior expectativa de vida. A experiência de enterrar um filho é inominável. Ela coloca às avessas uma ordem informada como natural da vida, onde os filhos sepultam os seus pais. Desordena, pois, a normalidade do curso da vida.¹⁹

A juventude que foi morta, filha dessas mães, teria a capacidade esperada de saber tudo o que os mais velhos sabem e mais ainda do que jamais saberão. Dominariam uma cultura que uma história e um possível futuro lhes reservavam. Em suma, os filhos das “Mães na Dor”, ao serem mortos, foram embora precocemente, apesar de já serem senhores do tempo. É isso que dói mais.

À dor sentida pelas mães em decorrência da perda, alia-se o sentimento de injustiça. Os efeitos da violência cotidiana tornam-se maiores quando atingem um ente querido, e se revela em toda a sua brutalidade na forma insensível como os agentes estatais cuidam desses casos. Os policiais, servidores da Justiça, funcionários dos institutos médico-legais, entre outros, não estão, em regra, preparados para lidar com a dor alheia. Algumas vezes, os responsáveis pelos crimes são os próprios policiais e outros agentes públicos. Nessas hipóteses, o corporativismo revela sua face mais desumana.

Familiares de vítimas de crimes fatais lidam com o descaso e a indiferença quando, em consequência da perda e da dor sentida pelo envolvimento de um familiar em crime fatal, deparam-se com profissionais e técnicos pouco preparados ao devido acolhimento de sua dor, fazendo com que a busca pela justiça legal se torne um processo não só humilhante, mas que envolve também risco, visto que os *algozes*, não raro, circulam impunes pela comunidade, muitas vezes, ameaçando de morte quem prestar denúncia ou lhes fizer oposição (BUSSINGER e NOVO, 2008, p.110).

Há uma queixa generalizada entre as mães ouvidas sobre o comportamento dos profissionais envolvidos com os eventos. As queixas vão do pessoal do IML que realiza as perícias nos locais das tragédias, aos policiais civis e militares encarregados, seja dos primeiros levantamentos, seja das investigações, até os serventuários da justiça e autoridades do Poder Judiciário e Ministério Público.

¹⁹ Neste sentido, ver Elias, (2001).

A violência de que foram, também, vítimas e a dor que sentem levaram-nas à união para a luta²⁰. Elas próprias dizem que somente podem compreendê-las quem perdeu um filho. É o que afirma, por exemplo, Célia, no documentário “*Por nossos filhos*”:

É onde a gente encontra apoio. Às vezes as pessoas ficam criticando, dizendo que... Mas Célia, isso não é viver tudo de novo, não? De uma forma, ou de outra, é. Claro, né? Mas, a gente está com pessoas que viveram a mesma dor. Elas sabem o que a gente tá sentindo. É diferente de uma pessoa que conversa, que num... não, eu imagino como você... Você imagina. Mas, você não sabe! Por mais que você imagine você não sabe a dor do outro. Só quem passou por ela. E a dor é nossa, do Grupo. (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

A dor dessas mães pela forma violenta que tirou a vida dos seus filhos e filhas, aliada à impunidade, revela, nesse momento, a sua face mais injusta. Esse desrespeito contumaz aos direitos instituídos, pela justiça brasileira, enseja os movimentos sociais, como o aqui analisado, os protestos, típicos da contemporaneidade. As famílias, no caso as mães, além de perderem seus entes queridos, assistem ao que consideram como ato

²⁰ Por outro lado, a violência em pleno exercício do Estado de Direito revela a contradição maior vivida pela sociedade brasileira: assiste-se ao seu aumento, acompanhada de todas as suas sequelas. Esse fato vem sendo revelado pelas mais recentes pesquisas em torno do tema. Para Caldeira (2000, p. 55): “Um outro processo que vem marcando profundamente a sociedade brasileira e especialmente suas regiões metropolitanas desde os anos 80 é o aumento do crime violento. Esse aumento obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política que vinha afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo os direitos da cidadania”. Todavia, a democratização da sociedade e o maior acesso da população a instrumentos legais de exercício da cidadania não resultaram na diminuição da violência urbana. Pelo contrário, em alguns casos, aceleraram a sua incidência. Caldeira (2000) registra o fato não deixando, entretanto, de constatar o aspecto paradoxal de tal ocorrência. “De um lado, houve uma expansão real da cidadania política, expressa nas eleições livres e regulares, livre organização de partidos, nova liderança política e funcionamento regular do legislativo em todos os níveis, associados à liberdade de expressão e fim da censura aos meios de comunicação. De outro, no entanto, há o universo do crime e um dos mais intrigantes fatos da consolidação democrática brasileira: o de que a violência, tanto civil quanto de aparatos do Estado, aumentou consideravelmente desde o fim do regime militar. Esse aumento no crime e na violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos” (CALDEIRA, 2000, p. 55-56). Em conclusão, a democracia política, no Brasil, não está aliada ao respeito aos direitos humanos, à valorização da justiça e não tem no resguardo à vida um dos pilares da sociabilidade. Resumindo, “o crime não só expressa e articula outros processos negativos de mudança, mas também representa os limites e desafios da democratização brasileira.” (CALDEIRA, 2000, p. 56). Chamo a atenção, contudo, que essas observações são datadas. Foram realizadas quando o processo inflacionário ainda corroía os salários dos trabalhadores. Com a estabilização da moeda, no entanto, a inflação e o desemprego nunca estiveram tão baixos no Nordeste e a criminalidade nunca esteve tão elevada. O que interessa é a relação entre democracia política e violência. O que caracteriza uma democracia plenamente realizada, no geral, e, aqui, especificamente se tratando do grupo *Mães na Dor* é o respeito aos direitos individuais. A democracia brasileira registra um índice alarmante de desrespeito aos direitos civis e, especificamente, no caso que nos interessa aqui, no tocante à prestação jurisdicional: no caso do grupo trabalhado, a violência que tirou a vida dos filhos dessas mulheres, junto com a impunidade, revela uma face injusta que humilha àqueles/as em dor em busca de justiça, e organiza o sentido de seu luto transformado em luta contra a impunidade dos que vitimaram os seus entes queridos, e de orquestrarem um **não** contra essa impunidade, para que novos casos, como os por elas vivenciados, não sejam possíveis.

de escárnio social, e que provocam nelas um sentimento de humilhação, insatisfação e frustração cotidiana, e de vergonha, ao se sentirem desrespeitadas na sua luta por justiça, e de verem os criminosos desfrutando de ampla liberdade.

Após os anos da ditadura militar, a insatisfação e a frustração aparecem através da percepção de que o regime democrático não trouxe o alívio necessário aos problemas da população. Renova-se a descrença no aparato estatal, registra-se o aumento da criminalidade e, por conseguinte, da insegurança da população (BUSSINGER e NOVO, 2008, p. 109).

A reparação da dor passa, necessariamente, pela realização da justiça. Nesse sentido, o efeito perverso da impunidade é da maior gravidade. Não fazer justiça significa romper com a possibilidade de reparação social. Em realidade, “ato de justiça ‘conserta a ruptura da ordem, confirma a validade da lei e, por conseguinte, a própria ordem social’” (SOUZA, 2005, p. 58).

A sociedade corre o risco de viver a dissolução dos laços e a desagregação social quando um crime ou uma infração não são punidos. A punição tem um efeito fundamental para restaurar o campo do simbólico rompido com a quebra do pacto em defesa da vida. “A punição convoca, portanto, para o necessário reconhecimento do dispositivo legal, de uma forma de regulação social, de um espaço no qual quem julga e quem é julgado possa fazer uso da palavra” (SOUZA, 2005, p. 59).

A violência produz um efeito desagregador para o tecido social, mas ela própria já é a expressão da desestruturação da sociedade, particularmente o homicídio, pois elimina do sujeito a possibilidade de reação. Isto porque, a “violência é um termo de infinitos desdobramentos” (FONSECA, 2000, p. 167).

Isso produz sentimentos que certamente estão presentes em cada mãe que se reúne com as outras para buscar a efetivação da justiça. Há, nesse fato, um inegável elemento significacional: já que não podem mais recuperar a vida dos seus filhos, a realização da justiça funciona como reparação simbólica para a perda²¹.

²¹ A violência deflagra um processo que vai além da lesão à vítima e do sofrimento à família. Ela constitui o sintoma evidente de que a autoridade constituída mediante o contrato social implícito (MOORE JR, 1987) não vem sendo cumprido a contento. Com efeito, uma das consequências do contrato é a atribuição de competências à autoridade governamental para que ela se responsabilize pelo provimento de segurança à cidadania. Como a violência abateu-se, não somente, sobre aquela família, mas sobre muitas outras, já que a violência está generalizada, o contrato social há que sofrer ajustes. Ora, a forma mais elementar de reivindicação em um caso de violência é a de que os responsáveis pelo delito sejam punidos, o que ocorre quando os aparatos policial e judiciário funcionam bem; o primeiro, investigando e identificando os criminosos; o segundo, punindo-os exemplarmente. A fim de que o

A abordagem de um grupo social, cuja existência fundamenta-se, basicamente, em emoções, como é o caso aqui abordado, deve ser realizada de forma tal que os laços de sociabilidade que lhe definem a constituição possam ser determinados de maneira a permitir sua compreensão. Assim, o modo pelo qual os indivíduos solucionam esses problemas deve ser abordado para que os liames sociais tornem-se compreensíveis. Mas, não somente isso.

O ser humano é singular. Nele, a natureza e a sociedade se cruzam de tal sorte que os processos puramente fisiológicos e os culturais chegam a se confundir. Por essa razão, em seus primórdios as ciências sociais, especificamente a sociologia, relegaram à psicologia experimental o estudo das emoções. Todavia, desde meados dos anos de 1970, como já vimos anteriormente e, especificamente, nos anos de 1990, no Brasil, um novo ramo das ciências sociais foi inaugurado: o da sociologia e da antropologia das emoções.

É indispensável que a antropologia tenha esse olhar do afeto humano. Aquilo que distingue o homem de outros indivíduos da escala dos primatas é ele não ser apenas um ente biológico, e sim, essencialmente cultural. Não há como percebê-lo em sociedade como indivíduo, sem sabê-lo portador de emoções trabalhadas culturalmente e capazes de transformá-lo também como indivíduo e como membro de uma sociedade dada.

Para Rezende e Coelho (2010), os sentimentos são tributários das relações sociais. Porém, o senso comum universaliza os sentimentos e, assim fazendo, toma-os como acima da realidade cultural em que vêm à luz. Por essa razão e em virtude dos óbices encontrados para a constituição de uma disciplina que fizesse das emoções uma categoria analítica, foi longo o caminho percorrido até a sua construção como objeto das ciências sociais.

De fato, pode-se afirmar que o início da jornada remonta aos pioneiros das ciências sociais. A tensão permanente entre indivíduo e sociedade para a qual as atenções, sobretudo, de autores como Simmel (1964; 2006), Durkheim (1977; 1983; 1996; 2010), Mauss (2003), estiveram voltadas, resultaram em respostas divergentes.

processo siga seu caminho normal é necessário que as instituições funcionem. Quando isso não ocorre, instala-se o dissenso e, por via de consequência, a luta.

Para Durkheim, através do conceito de fato social, a sociedade molda o indivíduo e sua sensibilidade. Mauss, recorrendo ao conceito de fato social total faz interagir indivíduo e sociedade, tratando os sentimentos como linguagem. De qualquer sorte, ambos remetem as emoções para o campo do simbólico.

Entretanto, o conflito remanesce sem solução. É, todavia, Simmel quem mais decididamente aborda a questão. Para ele o dissenso na sociedade moderna é de tal sorte que o indivíduo recorre à atitude *blazé* e ao segredo para se proteger da tirania do social.

O indivíduo é pressionado de todos os lados, por sentimentos, impulsos e pensamentos contraditórios, e de modo algum ele saberia decidir com segurança interna entre suas diversas possibilidades de comportamento – que dirá com certeza objetiva (SIMMEL, 2006, p. 40).

Os indivíduos, assim, posicionam-se no seio da sociedade de forma a fazer face às suas demandas. Desse modo, a conduta que leva à socição do indivíduo assume uma forma e uma motivação.

Toda interação é composta por uma “forma” e uma “motivação”. A “motivação” é o conteúdo, o interesse ou objetivo do indivíduo que se engaja em uma interação; a “forma” é o modo, um formato por meio do qual aquele conteúdo passa a existir (REZENDE e COELHO, 2010, p. 44).

Porém, esse conflito entre o indivíduo e a sociedade expõe de forma intensa o problema emocional. O ser humano não cuida tão somente de sua sobrevivência física, objetiva. A dimensão subjetiva tem extrema relevância para a constituição do imaginário social. Desta sorte, as emoções não podem ser descartadas e impõem-se como categoria analítica.

Nos anos 1970, a abordagem interpretativa em voga nos Estados Unidos (REZENDE COELHO, 2010, p. 14) confere vigor ao estudo das emoções. Formula-se uma nova noção de cultura que permite ressignificar esses sentimentos. A cultura foi, então, definida como “teia de significados, transmitidos por símbolos e interpretados de maneira específica de sociedade para sociedade” (REZENDE COELHO, 2010, p. 14).

As emoções, pois, como categoria de entendimento capaz de apreender a noção de humanidade e de sociedade, reservando ao indivíduo seu espaço no todo social, discutem as consequências teórico-metodológicas de uma pesquisa sobre o universo dos

sentimentos flagrado nas inter-relações sempre tensas entre indivíduo e sociedade, sobretudo no que tange à morte. Para Koury (2009, p. 9),

A sociologia das emoções partiria do princípio de que as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionais entre os indivíduos e a cultura e sociedade. Estas experiências traduzem as alianças produzidas, levando em conta as normas sociais, os costumes, as tradições e as crenças ou convicções em torno das próprias emoções. Os conteúdos simbólicos e as práticas culturais de contextos sociais específicos promovem, agenciam e permitem ou ponderam, desta maneira, determinadas emoções, ao mesmo tempo em que negam, restringem ou impõem interditos a outras, a partir das interações contínuas e constantes entre os sujeitos relacionais em trocas sociais determinadas.

Neste sentido, a finitude do homem tem singular importância. O fato de constituir-se um *ser-para-a-morte* baliza a conduta humana, seja individual, seja social. A morte é uma realidade sempre presente na sociedade. Todavia, ela é encarada como decorrente da passagem do tempo, no caso a velhice, ou da deterioração da saúde, a doença. As mortes súbitas, violentas, constituem exceção e, como tal, são vistas.

O homem é a única espécie que sabe que vai morrer. Sabe e chora porque vai morrer. Chora porque sabe que a morte é a perda gerada pelo fantasma da castração. Semente ancestral do grande vazio que é o gerador da angústia humana.

Todos nós somos um pouco disso, mas as “Mães na Dor”, são um pouco mais. Tudo isso e um muito mais. Muito mais esse, que se refere e diz respeito ao sentimento, à humilhação, e à angústia de se verem,- e aos seus filhos mortos de forma violenta, - e de se saberem fazer parte do pedaço descartável da sociedade.

O luto tende a ser trabalhado, quase sempre, nos limites da privacidade, cedendo espaços apenas para as manifestações públicas socialmente reguladas. Quando, todavia, a morte violenta decorre de homicídio, outros elementos somam-se para tornar o luto mais doloroso e as estratégias para trabalhá-lo mais rebuscadas.

A partir de uma perspectiva externa, as diferenças são óbvias. Por exemplo, a imortalidade fundamental dos grupos se contrapõe à transitoriedade do indivíduo humano; a possibilidade que os grupos têm de descartar elementos importantes sem contudo se extinguirem, movimento que significaria, de modo correspondente, a extinção para a vida individual, e fenômenos similares.

Essas questões, sempre que vinham à tona, contudo, possuíam uma natureza interna, e pode-se dizer psicológica. No entanto, caso se tome por ficção ou realidade a unidade do grupo que se sustenta sobre os

indivíduos seus componentes – com o fim de interpretar os fatos –, essa unidade precisa ser tratada como se ela fosse um sujeito com vida, leis e características internas próprias. E, para fundamentar com legitimidade o questionamento sociológico, é forçoso esclarecer justamente as diferenças entre essas determinações e aquelas da existência individual (SIMMEL, 2006, p. 39-40)

A morte não se deixa apreender em sua realidade última. Todavia, seu aspecto fático pode ser compreendido simbolicamente. Visto sob este ângulo, o fenômeno constitui um objeto privilegiado das representações coletivas, o que enseja a compreensão das formas estruturais em que se expressam. O ritual fúnebre, com sua liturgia, organiza as emoções individuais e permite que a vida da coletividade, pelo sepultamento, siga seu curso socialmente aceitável. O reconhecimento público do falecimento, pela realização dos rituais prescritos, implica outras consequências: de que forma repercute, simbolicamente, no âmbito familiar e que consequências tem na vida das famílias.

A experiência da perda e do luto é comum ao longo da vida. Diariamente, as pessoas experienciam a perda e o abandono. Muitas vezes, são obrigadas a renunciar a objetos, desejos e sonhos. Embora dolorosa, essa é uma ocorrência a ser enfrentada diuturnamente de vez que é inerente ao viver. Todavia, apesar de corriqueira, é uma experiência sempre dolorosa e seu processo de superação, o luto, lento, difícil e longo.

Apesar de lamentarmos e chorarmos a perda de um ente querido, ou mesmo o rompimento de uma relação, ou a perda de um emprego, ou ainda a uma decepção causada pela mentira entre outros tipos de perdas, existe um fim para isso. Como existe um fim para todas as coisas que amamos: enlutar-se, portanto, é um processo de mudança de esquemas a que todos nós experimentamos.

A morte violenta, extemporânea, súbita, põe a nu a fragilidade a fragilidade das relações sociais, em si, coloca os que a sofrem em um estado de individuação e de culpa a si mesmo e às instituições sociais no geral, a fé, na pergunta *“porque eu, porque meu filho/a”*, e ao Estado, como garantidor da justiça e da segurança. De outra parte, expõe as mazelas dos aparelhos policial e judicial para perseguir o responsável pelo crime e puni-lo.

O cerne da questão é saber como se realizará a justiça. Neste sentido, milita contra a tendência de individualizar a dor, tornando-a singular, ensejando a organização das mães com o objetivo de lutar pela realização da justiça. Com efeito, as emoções

jogam importante papel para a apreensão da realidade e responder aos porquês. Emoções como dor, sofrimento, luto, revolta, indignação, vergonha, humilhação, constituem categorias analíticas que têm muito a dizer sobre essa realidade.

Os estudos das emoções fundamentam um campo de reflexão que tem procurado revigorar a análise sociológica e a análise antropológica introduzindo perspectivas novas e importantes da grande questão interna da antropologia e sociologia geral, como disciplinas, que é a problemática da intersubjetividade (KOURY, 2009, p. 11).

O que dá sentido às vidas das mães que compõem o grupo “Mães na Dor” é a luta, o estarem juntas, o partilharem suas experiências. É a dor que as une: “E o que nos une é isso. Essa dor que nos persegue e que não apaga entendeu? E é o que faz as mães se unirem.”²² Francisca, entende da mesma forma, afirmando que “no Grupo a gente escancara de vez. A gente chora. A gente fala. A gente finge que é forte, quando não é...” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

O grupo “Mães na Dor” não deixa de se fazer presente nos momentos fortes como audiências, manifestações e atos religiosos promovidos por suas integrantes. Quando “tem uma Audiência, uma liga pra outra e diz: vai ter Audiência de fulano. Vai todo mundo. Vai ter uma caminhada, vai todo mundo ali junto.”²³ A união do grupo fornece a medida da sua inserção na sociedade e do alcance de sua voz.

Não importa, não importa se vai dar 100, 200, 300 pessoas. O importante é que quem forma o Grupo, aquela mãe que sente, que sente aquela dor tá ali presente. É aquela corrente que forma o Grupo Mãe na Dor, tá ali de mão dada (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Os posicionamentos das entrevistadas no documentário “Por nossos filhos” são unânimes no sentido de sublinhar o compromisso de todas as mães com o grupo.

Mesmo sabendo que os assassinos do meu filho, eles estão presos e vão continuar presos, porque vai acontecer o julgamento e eles não são réus primários. Isso me deixa tranquila. Porque eu vou alimentar em mim o sentimento de que a justiça foi feita. Que a impunidade acabou. Pelo menos, no caso de James. Mas eu não posso abandonar o Grupo. Foi no Grupo que eu fui acolhida. É no Grupo Mães na Dor que, verdadeiramente, cada uma das mães que participam das nossas reuniões encontra o conforto para continuar lutando. Encontra o abraço amigo, mesmo na hora quando cada uma está fragilizada. Se estiver chorando enxuga as lágrimas e oferece o ombro para a outra se

²² Depoimento de Evanice da Silva Barbosa, 46 anos, casada, autônoma, mãe de Jéssica Laís Barbosa e avó de Luiz Gustavo, *in* CARVALHO e NÓBREGA, op. cit.. A partir de agora será referida como Evanice.

²³ Depoimento de Hipernestre Carneiro, *idem*, *ibidem*.

confortar. Eu não posso sair desse Grupo. Quem está dentro dele não pode abandonar. Porque é uma forma de irmos pra rua, silenciar a nossa dor e gritar por justiça. Porque o que aconteceu com os nossos filhos não pode calar a nossa voz. E cada um que participa, que se confraterniza, que está do nosso lado, que chora junto, busca no outro o apoio pra nunca desistir da justiça por nossos filhos (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

O grupo Mães na Dor mobiliza-se para influir nos rumos dos processos judiciais. Nesse sentido é que é percebido pela sociedade, inclusive por profissionais que se dedicam ao trabalho com grupos dessa natureza.

Quando a gente para pra pensar na questão dos marcos legais, tudo o que se foi conquistando, teve uma história de luta. E eu acredito que, não só essas mães desse Grupo, mas se a gente for associar com as Mães da Sé, todos esses outros grupos que surgiram, surgiram a partir de dar essa visibilidade pra sociedade que: ó, nós estamos aqui e nós temos que nos unir e nós temos que gritar pra todo mundo que a Justiça precisa fazer o papel dela.²⁴

Ana Paula Cavalcanti Ramalho²⁵ resume de forma precisa o aparente conflito vivido pelo grupo Mães na Dor. Afinal, é condição de sobrevivência de qualquer grupo social, o crescimento. Não crescer significa fenecer. Mas, como crescer ao custo de mortes e violência? Esse é o conflito. Todavia, infelizmente, o grupo cresce.

Sempre a gente briga para que os grupos aumentem. Os grupos de amizade, todos os grupos aumentem. Mas, esse é um grupo que eu tenho certeza que todas essas mães querem que ele nunca passe do número que está. Mas, que eu acho que a irresponsabilidade, a impunidade que hoje nós vivemos no país, é tão grande que as coisas começam a acontecer, normalmente, como se fosse simples perder a vida, tirar a vida de outro, fosse uma coisa normal (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Vale ressaltar, ainda, que não se trata de um grupo, ou movimento, que reúne seus membros para lamentar a dor da perda. Nesse diapasão, o luto, como é tratado neste trabalho, deve ser compreendido em duas formas: o *luto objetivo*, que é satisfeito com a punição do acusado e o *luto subjetivo*, que não é satisfeito somente com essa sanção.

Com efeito, o conceito de luto na forma como o utilizo no presente trabalho, conquanto guarde relações com a forma como o termo é utilizado na literatura que trata

²⁴ Depoimento da assistente social Mônica Brandão in CARVALHO e NÓBREGA, idem, ibidem.

²⁵ Ana Paula Cavalcanti Ramalho, 52 anos, contadora, é mãe de Matheus Ramalho, morto em 6 de maio de 2007. Estava indo pra casa quando o carro da família foi atingido por um veículo que cruzou o sinal vermelho. Ele morreu aos 16 anos. No acidente, também morreram Shuka e Antonio Ramalho, pai e tio de Matheus. A partir de agora será referida como Ana Ramalho.

do fenômeno da morte e suas consequências na vida dos que ficam, no processo da morte comum, como um acontecimento cabal das espécies vivas, e de forma específica, da espécie humana, - e do modo como é percebido na linguagem comum, - recebe um sentido bastante preciso e define os processos individuais, subjetivos, junto às manifestações públicas, objetivas, que vêm na sequência de uma perda ocasionada de forma violenta. Esta, por sua vez, é definida como a separação decorrente da morte de um ente querido, como no sentimento de luto qualquer, sim! Mas vai além, como uma morte que não deveria ter ocorrido, que poderia ter sido evitada, o que aumenta a dor de quem fica, no caso para além, na leitura das *Mães na Dor*, da perda em si, arregimentando forças para uma luta pela justiça à morte dos seus filhos vitimados, e a denúncia da impunidade dos seus algozes. Provocando um luto como perpetuação do filho ou da filha, na luta em favor de uma justiça que puna os responsáveis e de uma sociedade vivida utopicamente, que seja, como uma sociedade de paz: onde esse ato de violência não se repita jamais.

O que chama atenção no grupo “Mães na Dor” é o luto vivido diuturnamente, permanentemente. É a experiência extemporânea de uma dor que não cessa: a dor que é sentida em memória do filho perdido de forma violenta e não mais recuperado. É a luta por sua memória. A sociedade precisa lembrar-se dele, da injustiça, da violência que o vitimou. A sociedade precisa punir o assassino. O luto assim, se torna público e é permanentemente exposto. É publicizado para chamar a atenção da sociedade para os seus filhos, as vítimas de um ato violento, para que não haja mais mães em dor, além das que se arregimentam no processo de denúncia dos seus filhos arrancados da vida de forma tão abrupta e trágica.

O grupo *Mães na Dor*

O grupo “Mães na Dor” é formado por mães de vítimas da violência urbana, em todas as suas formas²⁶. Desde o início alguns pais integravam, e ainda integram, o

²⁶ Os pais e familiares fazem parte do apoio ao grupo, mas não diretamente. Em alguns momentos, as mães do grupo reclamam de sua solidão no interior da família, por não sentirem compreendidas em sua luta diuturna, e de não ‘levarem a sua vida adiante’ e viverem e reviverem a sua dor, não deixando, inclusive, os outros (os demais familiares) viverem. A mesma queixa também se estende a vida fora do espaço doméstico: entre amigos, no trabalho, etc.

grupo. Todavia, ele ficou conhecido, e é reforçado pelas mães que o integram, pela expressão que até hoje o identifica. Essas mulheres (e familiares) se reuniam, inicialmente, no Centro de Atendimento às Pessoas Vítimas de Violência – CEAVV.²⁷ Mas, sobretudo as mulheres, as mães, davam, e dão, publicamente, o tom existencial e simbólico de expressão da dor e da dificuldade de superá-la.

As reuniões, em seus primeiros momentos, serviam como forma de encontro pessoas em dor de luto de parentes mortos por violência, e como uma comunidade de compartilhamento. Em conjunto encontravam esclarecimentos e modelos confessionais que agiam no sentido de amenizar a sua perda e definir os seus anseios por justiça. Como as mães eram a maioria e, de fato, eram elas as que iam às ruas, o grupo aceitou o título que tem hoje e nenhum outro sequer foi cogitado.

No CEAVV eram realizadas reuniões todas as sextas-feiras, com a participação de psicólogos e assistentes sociais, onde as mães e familiares compartilhavam suas dores e suas lutas para que a justiça legal viesse a ser realizada. De início, procuravam o CEAVV com o intuito de compartilhar suas dores. Afinal, era um lugar de apoio e um lugar onde se compreendiam mutuamente. A troca de experiências, a permuta de sentimentos e emoções, permite apreender o sofrimento comum e de todas elas. Esse era o objetivo inicial.

Eu só queria ouvir, só queria ouvir. Será que a dor dela era diferente da minha? Será que a dor dela era igual? Aí fui ver que a de dona Gláucia era igual a minha. Aí vim ver que Sônia sentia a mesma dor, que fulana sentia também a mesma dor (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A troca de experiências, porém, era insuficiente para suprir a demanda daquelas mães. Não era somente a permuta e relatos de vida que possibilitaria satisfazer o anseio por justiça.

Toda sexta-feira a gente se reunia, aí apareceu Francisca, uma mãe que perdeu também de repente. Foi mudando o rumo do grupo. Aonde a gente pensava que a gente iria se reunir só para chorar, não. Teve um dia que Francisca foi lá dentro e voltou toda vestida de palhaça para fazer o que ela fazia com o filho dela. Ela foi vestida de palhaço e brincando e dançando e contando piada, e olhava assim para todo mundo e todas as mães rindo, não tinha nenhuma chorando. Aí nós começamos a fazer confraternização de natal, confraternização de ano nesse local. Foi quando por questões políticas acabou (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

²⁷ O CEAVV era um serviço mantido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Essa mudança na orientação do grupo resultou em um problema. O CEAVV integrava a administração municipal. Portanto, não poderia incentivar, nem participar de atividades públicas que implicassem pressão sobre outras instituições, ou que possibilitassem interpretações de natureza política.

Esse fato fez com que o poder público municipal mudasse os objetivos do atendimento prestado. Em 2011, o CEAVV mudou o seu foco e deixou de prestar o atendimento às mães.

Então, foi quando a mídia começou a falar do grupo “Mães na Dor”. Vamos dar um nome a esse grupo? Vamos? “Mães na Dor”, “Mães na Dor”. E éramos sete, oito, nove, quinze, vinte e duas, aí as meninas do CEU (?) ligavam dizendo: Dona Hiper tem mais mães querendo conhecer você, querendo conhecer as outras mães. Vamos lá! Aí tinha as outras mães, mandamos fotos, todo mundo a coisa mais linda, todo mundo simpático, todo mundo sorrindo, todo mundo brincando (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

O fim do atendimento pelo CEAVV implicou uma mudança de rumo. As mães passaram a se reunir nas casas umas das outras e começaram a se organizar para fazer caminhadas, participarem de eventos, irem às audiências e julgamentos. Foi nesse momento que surgiu a denominação “Mães na Dor”.

É, foi aí que se tornou dessa forma, ficamos sem abrigo, ficamos sem psicóloga, ficamos sem assistente social. Aí eu ainda comecei a fazer reunião na casa das mães mesmo, eles tentaram, digo "eles" porque tinham os pais também. Vamos fazer o seguinte, vamos tirar esse final de semana e arrumar sua casa lá em Jaguaribe, a gente pinta, a gente faz uma feijoada, a gente traz refrigerante, a gente faz a sede lá, eu ainda aceitei e depois de um tempo não quero, não quero lá, aí desisti, desisti. Porque ficava assim, vamos à casa de fulana e leva o refrigerante, e na casa de fulano leva a feijoada, e passamos a nos encontrar nos aniversários, e depois passamos a nos reunir só nas audiências, nas missas. Aumentou o grupo, porém, os encontros diminuíram (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

Devido a problemas operacionais, as mães deixaram de se reunir nas casas e hoje mantêm uma rede de relacionamento via internet, telefone e se reúnem sempre nos eventos, passeatas, dia de finados, dia das mães, Natal entre outros e, sobretudo, nos julgamentos dos acusados.

Não existe, ainda, um organismo legalmente constituído, com a denominação “Mães na Dor”. Isso, contudo, é de certa forma irrelevante. Atualmente, tem mais as características de um movimento do que, propriamente, de uma associação estruturada.

Ele constitui uma voz suficientemente audível para influir nas instituições e alcançar seu objetivo principal: a realização da justiça. Mesmo sem existência legal, o grupo “Mães na Dor” exerce uma influência que transcende os limites de João Pessoa.

Oficialmente não existe. Mas, para o Brasil esse grupo existe. Não tem registro, nada, eu até hoje eu e Ana Ramalho já tentamos dar o primeiro passo, eu tentei abrir uma ata das primeiras reuniões que nós tivemos todos, e resgatar as assinaturas. Aí Ana disse tem um amigo nosso que quer dar uma entradinha, pra ver como é que vai fazer. Aí me mandou por e-mail as propostas de como abrir uma ONG essas coisas todas. Mas, sempre eu me vendo sozinha, ela me mandava às propostas, mandava os e-mails todinhos e eu sempre pesquisando (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

A tragédia familiar, pessoal, intransferível, de mães cujos filhos foram vítimas de violência constitui o elemento aglutinador. É o que flui de seus depoimentos. Por outro lado, a referência, a voz que se levanta para coordenar as atividades do grupo, parece ser a de Hiper, embora ela resista em ser considerada líder.

As observações levadas a cabo junto ao grupo “Mães na Dor” permitem perceber que, embora ele surja como resultado da violência que se abateu sobre as suas integrantes, a figura de Hiper se constitui como uma referência importante do grupo. Ela surge entre as protagonistas do drama social que o grupo encena como a figura de proa, como a maestrina, o primeiro violino dessa sinfonia de sofrimento. Como tratar esses elementos do ponto de vista teórico? Que referenciais utilizar, para iluminar os caminhos a serem trilhados para a apreensão do objeto?

O que as entrevistas indicam é que, ao lado do sofrimento decorrente da perda, cujo estudo pode, deve e será realizado com o instrumental teórico fornecido pela antropologia das emoções, existe outro, o elemento individual de uma liderança que se expressa e toma forma na pessoa de Hiper, cujo papel deve ser estudado para se ter uma imagem mais precisa do grupo.

Aqui cabe trazer à discussão o conceito de carisma tão caro a Max Weber (2004). Os elementos da liderança carismática estão presentes nessa mãe cujo sofrimento transcende a órbita da pura dimensão individual. Nela, os membros do grupo reconhecem as qualidades presentes na definição de carisma.

Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma

pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”. O modo objetivamente “correto” como essa qualidade teria de ser avaliada, a partir de algum ponto de vista ético, estético ou outro qualquer, não tem importância alguma para nosso conceito: o que importa é como de fato ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os “adeptos”. (WEBER, 2004, p. 158-159).

Hiper refere-se a essa admiração ao mencionar a forma como Célia, outra mãe em luto, agia com relação à sua pessoa quando travaram conhecimento no CEAVV .

E quando eu chegava Célia... em uma das primeiras reuniões, aí quando eu cheguei Célia olhou para mim parecia que eu era uma deusa, não sei, e falou: "eu queria ser como você". E eu, meu Deus do céu, essa mulher não sabe o que eu estou passando não. Aí eu não sei como foi, eu comecei a passar meio que uma fortaleza para esse povo, sabe? E isso eu fazendo o tratamento com o psiquiatra e com o psicólogo e ele me disse assim: Dona Hiper, a senhora não pode fazer isso com você mesma. A senhora tem que dizer às pessoas também o que está sentindo. Não! Eu só queria ouvir, só queria ouvir. (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

Por outro lado, a noção de guru, como responsável pela reprodução da cultura, de que trata Barth (2000) parece aplicar-se, também, a essa maestrina da dor. A figura do guru, muito embora não encontre em Hiper todas as suas características expressas, pode servir como moldura para a compreensão do papel que exerce essa mãe junto ao grupo “Mães na Dor”.

A tarefa do guru “no relacionamento com o seu público é instruir, esclarecer e educar, de modo que seus discípulos aprendam com ele em uma relação pessoal e duradoura.” (BARTH, 2000: 147). Ora, *mutatis mutandi*, esse é o papel desempenhado por Hiper no seio do grupo “Mães na Dor”. É ela que mantém contatos com os outros grupos e movimentos Brasil afora; é ela que toma a iniciativa de convocar as manifestações; é ela, enfim, que surge como porta-voz do grupo. Desta sorte, não há como separar a personalidade Hiper do surgimento e da continuidade do grupo. Ela é, sem margem para dúvidas, a referência do grupo.

Hiper, em seu depoimento, diz que passou por uma transformação. Há uma diferença entre o que ela é e em que se tornou. Em outras palavras, sua individualidade, sua identidade, transmudou-se ao integrar-se ao grupo. A constituição do grupo “Mães na Dor”, pela soma das dores, transformou o indivíduo Hipernestre Ramos Carneiro na pessoa pública: a mãe de Aryane.

O choque da notícia, a dor da perda, o luto, enfim, tem que ser assimilado. Afinal, a vida continua como dizem muitos dos que se aproximam das mães. Mas, como continuar se a dor dói tanto? As estratégias de enfrentamento são muitas. A busca do divino, do sagrado, é uma delas. A igreja é assimilada como um refúgio. Todavia, foi no grupo e na luta que essas mães encontraram lenitivo.

Eu comecei a frequentar mais a igreja. Foi quando no dia de finados eu encontrei Hiper lá no Parque das Acácias, que é onde também eles estão enterrados. E aí foi onde começou a mudar o rumo da minha história (LIANA PAIVA, entrevista em 12 de junho de 2012).

Assim, é a dor, o pesar, o luto, que une essas mães. O que dá sentido às suas vidas é a luta, o estarem juntas, o partilharem suas experiências. “E o que nos une é isso. Essa dor que nos persegue e que não apaga entendeu? E é o que faz as mães se unirem” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Todavia, a dor somente não explica tudo. A experiência pessoal na luta é um elemento motivador para a participação no grupo. Mesmo uma mãe que já alcançou a realização da justiça legal sente-se compelida à participação com o objetivo de compartilhar sua experiência de luta.

Embora motivado pela dor, o grupo existe porque a enfrenta. A luta e a partilha da dor da perda embasam a sociabilidade do grupo. O sentir coletivo ameniza o sofrimento e infunde forças para o caminhar diuturno. Por outro lado, saliente-se, a pertença ao grupo produz uma metamorfose em cada uma delas. Não são mais individualidades naturais reconhecidas por um nome. São mães em sofrimento. Não são pessoas. São mães de alguém que morreu vítima da violência. A morte, a além da dor da perda, transforma-se em um vínculo de sociabilidade. Essa nova identidade é que aparece publicamente e assume o protagonismo da luta. A própria dor é comunicada como uma dor que dói mais porque é a dor de uma mãe.

Porque eu sabia que o que eu tinha vivido era muito forte. Eu via que ali tinha muita gente junta, muita gente em prol de um só objetivo. Então, se eu sozinha como eu estava, literalmente só, eu tinha vencido aquela batalha, nós juntas fazíamos muito mais barulho. A gente podia ir muito mais a diante. Eu fui testemunhar uma luta vivida por mim de forma solitária. Mas, que eu tinha tido a vitória. Então uma vez que estavam todos juntos, era mais forte o nosso grito e o elo dessa corrente ficava muito mais forte porque todos lutavam em prol de uma mesma causa (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

O grupo, como salienta Hiper, serve para vencer a solidão. As mães sofrem em silêncio. Os amigos, a família, por mais solidários são incapazes de compreender a profundidade da dor dessa perda. Os momentos de solidão se multiplicam. Principalmente, à noite. É aí que a dor dói mais.

É justamente, pronto, eu tiro pela minha noite de ontem, eu saber que tem fulano, fulano, fulano e cito o nome de qualquer uma, que está passando pela a mesma dor que estou e que eu posso ligar para ela e ela se acorda para me dar uma palavra de apoio. Não fiz isso pela hora. Porque talvez aquela mãe, eu pensei que tivesse tomado remédio, tivesse dormido, que não queria acordar. Teve uma mãe que me ligou essa semana e disse: “Hiper, a minha casa era de telha, eu sabia de uma ponta a outra quantas telhas tinha no meu quarto, hoje meu marido mandou colocar gesso, e eu sei quantos riscos tem em cada gesso, porque quantas e quantas vezes eu não conto durante a noite!” ai eu disse: “Aparecida, quando você não quiser mais contar ligue para mim!” Mas, ela disse: “Eu não sei Hiper se você está dormindo!” Então é essa a nossa intenção, o grupo hoje vale a pena por isso, porque se disserem assim: “Vamos para a rua?”, “Vamos!”, “Vamos para o fórum?” “Vamos!”, “Vamos para a missa?” “Vamos!”, “Vamos chorar juntas?” “Vamos!”, “Vamos tomar um café juntas?”, “Vamos!”, são mães que falam a mesma língua, umas que entende a luta da outra, mães que lutam pelo mesmo ideal, é aí que eu vejo; e eu amo muito, muito mesmo, todas elas. (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Percebe-se, pois, que o grupo “Mães na Dor” não deixa de se fazer presente nos momentos fortes como audiências, manifestações e atos religiosos promovidos por suas integrantes. Hiper afirma que se “tem uma Audiência, uma liga pra outra e diz: vai ter Audiência de fulano. Vai todo mundo. Vai ter uma caminhada, vai todo mundo ali junto” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Sua avaliação da importância da união do grupo fornece a medida da inserção do grupo na sociedade e do alcance de sua voz. No mesmo sentido, vai o depoimento de Francisca, ao sublinhar seu compromisso com o grupo. (CARVALHO e NÓBREGA, 2011). Ou, como me relatou em entrevista para o presente estudo.

A importância é o fortalecimento. O fortalecimento que um passa para o outro. Porque é mais fácil a gente vencer os desafios estando junto de alguém, é muito mais fácil, estar sendo fortalecido por alguém. Principalmente, alguém que vivencia a mesma dor, que passou pelo mesmo processo que o outro passou e passa. Essa é a importância. É muito importante. Ao mesmo tempo em que a gente está na rua gritando, mostrando que a gente não aceita a impunidade, que a gente não aceita as leis continuarem frouxas da forma que estão a gente está colocando esperança naquele que está assistindo e que não tem coragem de ir para rua, gritar como a gente. Eles dizem assim: “Pelo

menos alguém está gritando. Eu não tenho coragem de ir. Mas ali tem um monte de gente gritando, dizendo o que eu poderia estar dizendo lá, mas eu não tenho coragem”. Cada um tem as suas limitações. (...) O grupo é a voz desse povo. É uma voz que grita incessantemente por justiça. É assim que eu vejo (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

O grupo, porém, em seu nascedouro, até mesmo pelos objetivos do CEAV, que era atender a todos os vitimados pela violência, o que incluía homens e mulheres, os familiares enfim, incluía alguns pais.

Sônia, Evanice, dona Gláucia, depois que Ana Paula entrou mais, quando foi feito o documentário com o outro menino, que formou o grupo que já tinha nome, e tinham outros familiares de vítimas também, tinha o pai de Macilene lá de Bayeux, o pai de Alessandra que participava das reuniões tinha outras casas lá (CÉLIA NASCIMENTO, entrevista em 09 de abril de 2013).

O grupo “Mães na Dor” mobiliza-se para influir nos rumos dos processos. Nesse sentido é que é percebido pela sociedade, como está no depoimento, por exemplo, da assistente social Mônica Brandão (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

É, igualmente, a avaliação do Dr. Osvaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador Geral de Justiça, do Ministério Público do Estado da Paraíba, que entende ser a mobilização da sociedade civil o caminho privilegiado para alcançar as mudanças necessárias a fim de que a violência diminua e a justiça se faça (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Histórias de violência

A sociabilidade do grupo constrói-se em torno de histórias de violência. São diversas. O liame entre elas é que são histórias cujo desenrolar e desfecho não guardam nenhuma sequência lógica. Ficam no plano da violência gratuita. O que resta às mães e aos familiares é a dor. Uma dor aguda agravada pela surpresa do ocorrido e a sua, aparente, gratuidade.

Essas histórias são importantes em virtude de que são elas que cimentam a existência do grupo. É de sua memória que as mães alimentam sua luta. Porque elas ocorreram, o grupo e a luta existem. É em torno delas que a sociabilidade se estabelece.

São histórias em que, seja pela condição dos acusados, seja pelo teor dos julgamentos, tanto a violência real e concreta que recaiu sobre as vítimas e suas famílias, como a violência decorrente da morosidade com que o aparato policial e

judicial se movimenta para reparar, socialmente, o dano, revelam os limites e as raízes profundas da luta dessas mães.

As entrevistas, de onde resultam os relatos a seguir, foram todas envolvidas em um clima de muita emoção. Durante as entrevistas, todas as mães, com maior ou menor intensidade, choraram do princípio ao fim. Esse clima emocional transferiu-se em certos momentos à entrevistadora, que teve de exercer um controle sobre-humano para concluir. Por outro lado, o carinho da acolhida chegou a ser comovente. Elas são de uma simplicidade muito verdadeira ao falar de suas histórias. Não há rebuscamentos nem teorizações. A dor flui de suas narrativas.

Matheus Cavalcanti Ramalho

A entrevista com Ana Ramalho transcorreu em sua residência, no Altiplano do Cabo Branco. Fui carinhosamente recebida. Ela estava muito sensível em virtude de transcorrer naquela semana o aniversário da morte de Matheus, seu filho, Shuka, seu esposo e de Antonio, seu cunhado. A entrevista iniciou com a narrativa de como foi o dia e o evento que provocou as mortes. Toda a entrevista foi marcada pela emoção. Por diversas vezes, Ana teve que parar a exposição para controlar o pranto.

À noite, voltamos a nos encontrar por ocasião de uma missa dos concluintes do curso de Biologia da Universidade Federal da Paraíba, onde o grupo “Mães na Dor” e as vítimas do incêndio de Santa Maria foram homenageados. Ali estavam presentes Hiper e Célia.

No dia 06 de maio de 2007, o estudante João Paulo Guedes Meira dirigia embriagado um veículo Golf em alta velocidade pela Avenida Epitácio Pessoa, em João Pessoa, após ultrapassar dois cruzamentos avançando o sinal, abalroou o automóvel Pálio conduzido pelo empresário Francisco de Assis Guerra Ramalho, “Shuka”, de 49 anos. Da colisão, resultou a morte do empresário, do seu filho Matheus Cavalcanti Ramalho, de 16 anos, e do seu irmão Antônio de Pádua Guerra Ramalho, de 53 anos.

Sáímos juntos no carro, quando chegamos ao local vi o corpo de Shuka jogado no chão, Antônio também jogado, não via Matheus e Neto estava no carro, preso nas ferragens, com isso me desesperei! Com o Shuka o pessoal estava em cima dele, fazendo massagem. Agarraram-me, me puxaram não me deixaram ficar perto, foi uma loucura! Eu só gritava por Matheus, porque eu não o vi, não deixaram vê-lo, porque ele também ficou preso nas ferragens, tiveram que abrir o carro para poder tirá-lo. Não me deixam ver as fotos no processo, e como ele ficou, mas eu sei como ele ficou: com todas as vísceras do

lado de fora, ficou todo aberto, completamente destruído. Sentaram-me lá, me deram uma injeção, e falaram que eles iam para o Trauma, e eu achando que estava no Trauma, que Matheus tinha ido para o Trauma; “Calma eles estão no Trauma, levaram para o Trauma”, mas ele não estava. Lá no Trauma, para onde Neto tinha sido removido, foi quando eu soube que ele tinha morrido! (...) A gente estava numa sala do Trauma, a sala da psicóloga, quando escutei um barulho no corredor, uma pessoa falando alto era o João Paulo: “Eu quero sair daqui! Eu quero meus documentos, cadê meus documentos?” Então ouvi outra voz: “não, não entre aí”. “Por quê?! É a família desse povo que morreu que está aí? Eu não quero saber desse povo, eu quero meus documentos para ir embora”. Então falei: “Morreu? Quem morreu?”, ele ainda abriu a porta quando me viu fechou a porta. Novamente perguntei: “Quem morreu?”, foi quando me falaram que o Matheus, o Shuka e o Antônio tinham morrido. Eu queria vê-los, mas não deixaram. Levaram-me para a casa de meu pai, e quando foram me pegar já era para ir para o cemitério (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

João Paulo Guedes Meira, imediatamente, após o acidente foragiu-se, apresentando-se somente em 21 de dezembro de 2007. O julgamento do acusado durou 16 horas e ocorreu no dia 30 de dezembro de 2012. O réu foi condenado à pena de 32 anos de reclusão, sendo obrigado a cumprir, pelo menos, 15 anos antes de requerer a progressão da pena para o regime semi-aberto.

James Pereira dos Santos

A entrevista com Francisca aconteceu em sua casa, localizada no bairro Valentina Figueiredo. Ela me recebeu com o sorriso de sempre. Sentei-me a seu convite e iniciamos uma conversa descontraída. Na sala pequena, em um console, está um aparelho de televisão ligado. Várias fotos enfeitam o móvel. Entre elas, duas chamaram a minha atenção. Uma é de James. A outra de Francisca e James caracterizados como palhaços.

Descobri, então, que eles dois compunham uma dupla de palhaços. Ela era a palhaça Lu Bilú. Os espetáculos eram em sua maioria beneficentes. Mas, animavam também festinhas de aniversário. Com isso, reforçavam o caixa da família. Francisca é divorciada há quatorze anos. Ela me conta como começou a representar.

Naturalmente, a conversa converge para a morte de James. Peço permissão para ligar o gravador. As palavras são tensas, o clima parece ter mudado. A história jorra de seus lábios com uma inteireza e vivacidade impressionantes.

Era sábado, véspera do aniversário do pai, James sai com alguns amigos. Para perto de casa. Ali mesmo no Valentina Figueiredo, onde moravam. Ele já havia

comprado por R\$ 90,00 o presente do pai: um conjunto da Natura. Às 10hs da noite, Francisca pede a Rick (o irmão mais novo de James) para telefonar para o irmão a fim de chama-lo para casa. Recebe como resposta que James iria deixar um amigo na casa dele e depois voltaria para a sua. Foi a última vez que tiveram notícias.

No dia seguinte, mais apreensiva ainda, Francisca em companhia de um colega do seu filho James saiu à sua procura. Nada. No início da tarde da segunda feira, um amigo ligou dizendo que vira e ouvira na TV que havia um corpo no IML de um rapaz à espera de ser reconhecido. Francisca brigou com ele. Afinal, seu filho estava vivo. O que ela iria fazer no IML? Mesmo assim, pegou a moto e dirigiu-se para lá. Chovia. Lá chegando, toda encharcada, perguntou sobre o corpo que estava para ser reconhecido. O funcionário que a atendeu, percebendo, talvez sua semelhança o corpo do desconhecido, colocou certa dificuldade para permitir o reconhecimento. Não adiantou. A persistência de Francisca venceu toda resistência. Lá, ela reconheceu seu filho. Ele fora morto a pedradas. Quem fizera isso? Conta ela que, após o reconhecimento, ela saiu do IML e teve um momento de luta com Deus. Por que Ele permitira isto? Ela não recomendar seu filho aos Seus cuidados? Por que Ele não cumprira com sua obrigação de proteger seu filho? Afinal, ela orara e confiara Nele. Voltou para casa e comunicou aos seus familiares.

No dia seguinte, após o enterro. Começou sua luta. Ninguém sabia de nada. A polícia estava inerte. Ela, então, iniciou uma campanha solitária para descobrir pistas. Foram meses de pesquisas. Todos quantos conheciam James e sua família foram constatados. Nesse meio tempo, Francisca, segundo sua narrativa, buscou em Deus e na fé a coragem que lhe faltava. Na Igreja, encontrou o apoio de que necessitava. Uma fé inquebrantável de que chegaria a um desfecho favorável animava seus passos. Um dia, sem ter nem quê, um amigo de James dá carona em sua bicicleta a uma jovem. Passando pelo local onde James fora assassinado, o amigo disse à acompanhante que não gostava de passar por ali porque fora o local em que um grande amigo tinha sido assassinado. A moça, com surpresa, disse que ali havia testemunhado a morte de um rapaz. O jovem pede à moça que converse com Francisca. Ela concorda. O número do celular da garota é passado para Francisca.

Começa então o assédio para que a jovem atenda as ligações. São inúmeras. Ela se arrependera por medo dos assassinos. Não queria mais falar. Até que enfim, uma noite em que estava na Igreja Francisca recebe uma ligação que lhe dá conta de que a

jovem deseja falar. Francisca comunica a polícia que marcara um encontro para falar com uma possível testemunha. É desaconselhada a ir. Pode ser uma cilada. Ela insiste e vai. No encontro, diz à jovem que pensara em gravar secretamente a conversa. Mas, não iria fazer isto. Somente se ela concordasse. Com a concordância, a conversa foi gravada e toda a história, afinal, foi relatada.

Na noite do crime, James passara pela praça do Valentina Figueiredo com seu amigo e, lá, cruzara com um grupo de pessoas no qual encontrava-se uma moça com quem, acidentalmente, seu olhar cruzara. A moça fixou seu olhar nele e o acompanhou. Ele nada percebeu. O ex-amante dela, porém, notou. Na volta, James tornou a encontrar o grupo. Novamente, a moça olhou para ele e o seguiu com o olhar. Seu ex-amante não gostou. Iniciou-se uma discussão. Ela então diz que o rapaz que passara olhou para ela. Seu ex-amante e um amigo saem em perseguição a James. A testemunha, com receio de complicações, sai. Passa pelo local em que James entrara e vê os dois assassinos espancando o rapaz até deixa-lo exangue e moribundo. Ela foge. Foi o que contou a Francisca e consta da gravação.

De posse, do depoimento, Francisca procura a polícia. A delegada responsável pelo caso diz que nada pode fazer. Somente com o depoimento da testemunha seria possível tomar alguma medida. Francisca volta a conversar com a testemunha. Recebe uma negativa. Após meses de conversa, consegue que a testemunha concorde em ir à Polícia. Afinal, consegue. O depoimento é prestado. Os assassinos de James são, afinal, presos. O inquérito é concluído e encaminhado ao Tribunal do Júri. Os assassinos são julgados e condenados. A Justiça foi feita. A luta terminou? Não! Francisca continua a lutar para que a impunidade não seja uma constante em nossa sociedade. O que lhe dá forças? A fé e a dor.

O jovem James Pereira dos Santos, de 19 anos, foi morto a pauladas e pedradas no dia 15 de junho de 2008, no bairro Valentina Figueiredo, em João Pessoa. Os autores do crime, Luis Paulo da Silva Melo e Suelder Soares do Vale, vulgo Pantera, ambos de 21 anos, foram presos quase um ano após o delito. Traficantes, ambos foram julgados e condenados. Luis Paulo, durante o processo, foi apontado como autor de outros homicídios na cidade de Santa Rita. Eles estão cumprindo pena em presídio localizado na capital do Estado.

Quando James dobrou a esquina do Centro de Psicologia lá do Valentina que é colado à Igreja Católica, a rua é escura, esquisita, ele

já sabia, conhecia tudo por ali, um deles era daquela área também, do Valentina. Quando James dobrou, eles apressaram o passo, e James andando inocentemente, sozinho. (...) [O] Pantera foi quem surpreendeu James com a pedrada. Ele apressou os passos e James percebeu que estava sendo seguido e virou-se, quando se virou, tomou a primeira pedrada na cabeça. Na verdade, pegou na face do lado direito. O laudo disse que a causa mortis foi traumatismo craniano gravíssimo. Porque além dessa pedrada, que foi muito violenta, que formou um buraco na face dele, que o sangue espirrou no muro do Centro de Psicologia. Eu vi as marcas do sangue lá na parede. Eu fui lá depois e eu vi. Foi muito triste, mas marcas estavam lá, do rosto dele que jorrou na parede. Quando ele foi acometido por essa pedrada, ele levantou as duas mãos e disse: “calma, calma”, mas aí, provavelmente ele já estava perdendo os sentidos, ainda tentou correr, mas estava desorientado e ele não conseguiu correr muito e ali mesmo, ele caindo, eles usaram de brutalidade, chutavam, esmurravam ele. Tem um pedaço da árvore que foi arrancado, disseram que foram eles que arrancaram para bater na cabeça dele, com um pedaço da árvore (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Assim, no dia 15 de junho de 2008, uma noite de sábado, James Pereira dos Santos saiu de casa para ir a um parque de diversões. Não voltou mais. Desaparecido, sua mãe, desesperada, buscou-o por toda parte, inclusive hospitais e delegacias. Instada por um amigo, foi até o necrotério onde, em circunstâncias dramáticas, encontrou seu filho.

Daí por diante, iniciou-se a luta de uma mãe para obter resposta para o assassinato de seu filho. Sua luta somente cessou parcialmente quando os responsáveis foram presos e condenados. Hoje, ela está integrada ao grupo “Mães na Dor”, como militante.

O que chama atenção nesse caso é que a investigação que resultou na prisão e condenação dos assassinos de James foi conduzida pela mãe da vítima Francisca Luzia Pereira dos Santos.

Everton Barbosa Belmont

Em uma tarde ensolarada de abril, na Vila dos Motoristas, Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, entrevistei D. Ana Gláucia Barbosa Belmont.²⁸ Fui carinhosamente acolhida no portão do chalé e introduzida na sala de visitas, onde a entrevista foi realizada.

²⁸ 65 anos, casada, professora aposentada, mãe de Everton Barbosa Belmont, morto em 14 de março de 2010. Será citada a partir daqui como D. Gláucia.

A conversa foi descontraída, embora marcada pela emoção. Nela, ficou claro que D. Gláucia conduz sua vida, atualmente, oscilando entre dois sentimentos muito fortes: a revolta, raiva, indignação, desilusão, com o Poder Judiciário e a falta de seu filho Everton Belmont.

A dinâmica da casa e da família foi radicalmente transformada com a morte de Everton. Hoje, a maior preocupação de D. Gláucia reside nos cuidados permanentes que tem com o seu marido, que é depressivo, situação agravada com a morte de Everton.

Durante a entrevista, apesar de exercer um autocontrole surpreendente, D. Gláucia chorou inúmeras vezes. Principalmente, no momento em que me mostrou fotos da família, em especial de Everton. Contou-me as histórias por traz de cada uma das fotos.

No dia 14 de março 2010, o gerente de banco, Everton Barbosa Belmont foi assassinado após uma discussão. Ele estava, em companhia de alguns amigos, bebendo em um bar no bairro de Jaguaribe, João Pessoa. O bar ficava próximo de sua casa. O contador Wagner Soares Nóbrega aproximou-se da mesa em que estava a vítima afim de reclamar porque um cheque seu tivera seu pagamento sustado. Iniciou-se uma discussão. A intervenção dos outros clientes do estabelecimento, aparentemente, apaziguou os ânimos. A discussão cessou.

Todavia, Wagner foi até seu carro, armou-se e, retornando ao bar, fez cinco disparos contra Everton. Dois tiros atingiram o tórax e a perna da vítima, que chegou a ser socorrida para um hospital, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu. Os amigos de Everton conseguiram desarmar Wagner, mas ele conseguiu evadir-se do local. Dois dias depois, apresentou-se à polícia e respondeu ao processo em liberdade.

Chegou lá encontrou o cara, e parece que chamou o cara para conversar. (...) [Aí] conversaram cada um foi para sua mesa; então o cara saiu de lá e disse algo a ele, no ouvido dele, levantou-se e disse algo a ele no ouvido, tanto Everton era alto quanto o cara, ai Everton levantou só deu um murro e ele caiu, ai tiraram, apartaram; levaram Everton para um canto e ele para outro (...) [Não] passou dez minutos, ele voltou e procurou por Everton, as palavras dele foram essas: “Cadê o safado do Everton?” ai pessoal que estava lá disseram: “Ele foi para o lado do Bompreço!” quando ele vai saindo com a caminhonete, a dona que estava com ele disse: “Olha o galego ali!”. (...) Everton estava no posto, vinha saindo da conveniência, para ir para o carro (...) [Ele] já desceu atirando, deu três tiros, um pegou num carro que estava estacionado e dois na porta do carro que Everton estava, o terceiro tiro pegou na perna de Everton; Everton caiu e ele deu outro

que transpassou o coração e pulmão, aí Everton ficou no chão e ele continuou atirando só que não tinha mais bala no revólver; aí os amigos de Everton pegaram ele, tomaram a arma e estavam segurando ele, enquanto Everton estava se debatendo para morrer; (...) aí eles soltaram ele e foram socorrer Everton, e nisso ele entrou no carro e passou o flagrante e foi embora (ANA GLÁUCIA BELMONT, entrevista em 03 de abril de 2013).

Após o decurso regular do inquérito policial, o acusado foi processado e pronunciado, sendo submetido a Júri popular no dia 24 de agosto de 2012. O réu foi condenado à pena de 17 anos e seis meses de reclusão. Recorreu e, em virtude de haver respondido em liberdade ao processo, foi-lhe concedido o direito de fazê-lo, igualmente, em liberdade. Nessa condição, continua à espera de que seu recurso seja julgado. O irônico da história é que, após o julgamento, Wagner Soares Nóbrega, mesmo condenado por homicídio doloso, saiu do prédio do Tribunal no mesmo elevador utilizado pela mãe de Everton Belmont.

Aryane Thaís Carneiro de Azevedo

Entrevistei Hipernestre Ramos Carneiro em uma tarde de maio, na residência de sua filha Thalita Carneiro de Azevedo, localizada no bairro José Américo, em João Pessoa. Esta foi a última entrevista que realizei. Tive que esperar pela recuperação de Hiper, que caíra em uma depressão profunda.

Fui recebida de forma efusiva por Hiper, que me tem muito carinho. Ficamos amigas ao longo do último ano. Como sempre, as emoções estavam à flor da pele. A entrevista foi realizada no quarto de Thalita, para onde fui levada pela própria Hiper.

O mais difícil foi conseguir que Hiper fosse espontânea. Ela insistia em conduzir a entrevista para temas e assuntos que ela achava serem de meu interesse. Procurava falar sempre o que, ao seu sentir, consistia no que eu queria ouvir. Quando, afinal, consegui que relaxasse, a entrevista fluiu bem. Pela primeira vez, ela me forneceu dados preciosos sobre o surgimento do grupo.

Embora doloroso, falar da morte de Aryane, ou Thaisinha como a ela se refere, consiste em um exercício de que Hiper saca alguma satisfação. Ao falar da filha ela nos transmite a imagem de uma pessoa feliz, de bem com a vida, boa e que buscava viver. Desse modo, ela nos diz: “Veja que pessoa maravilhosa era minha filha e como foi brutal sua morte”.

Grávida aos 21 anos, a estudante Aryane Thaís Carneiro de Azevedo foi estrangulada e teve seu corpo jogado em um matagal às margens da BR – 230, em João Pessoa, no dia 15 de abril de 2010. O acusado do crime é o pai da criança que Aryane Thaís esperava, o estudante de direito Luiz Paulo de Araújo Neto, cuja paternidade foi confirmada por exame de DNA.

Em uma casa por trás da minha rua que eles se encontravam, com as meninas gêmeas. (...) Então o que aconteceu é que eles se encontravam todas as noites na casa de Larissa e de Luana, mesma idade de Thaís. Thaís trocava de roupa e ia para lá. Aí nesse dia ele não foi para lá, nesse dia estava Thaís e Larissa sentadas na calçada e ele ligou pra ela da esquina, aí ela disse assim venha aqui, e ele disse que não ia, aí ela disse então Larissa fica aí conversando com ele que eu vou lá dentro. Foi ajeitar o cabelo, colocar o perfume e coisa assim. Pegou correndo o telefone e saiu correndo para ir encontrar com ele na esquina. Todas as amigas dela, ela fazia questão, sabiam que ela estava grávida e simplesmente ouviam pelo viva- voz do celular e ela dizia que estava grávida dele e ele alegava que era mentira e dizia que era estéril, e ela dizia que era mentira dele, e ele continuava a falar que se ela estivesse grávida esse filho não era dele, ele dizia que fez vasectomia e falava “quando eu transei com você, você não era mais virgem”. Aí as meninas contaram tudo, todas elas eram testemunhas, e aí fizeram todo mapeamento do celular e viram que ele tinha ido embora daqui, que o celular dele tinha ficado ligado até o Cajá (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

O corpo da jovem foi identificado em virtude de que ela estava com o exame de gravidez no bolso da calça que vestia. No dia 17 de maio de 2011, o juiz que presidia o Processo prolatou Sentença de Pronúncia, determinando que o réu Luis Paes de Araújo Neto seja levado a júri popular. Inconformado o réu recorreu até o Supremo Tribunal Federal, que confirmou a Sentença de Pronúncia. O acusado está em liberdade.

Jéssica Laís da Silva Barbosa e Luis Gustavo de Melo Barbosa

Foi uma das entrevistas mais tranquila e mais cheia de emoção de todas as que realizei. Após vários contratempos, somente consegui chegar à residência de Evanice Barbosa da Silva, no Bairro Valentina Figueiredo, em João Pessoa, à noitinha. Fui efusivamente recebida por Evanice e seu esposo Edvaldo, que também participou da entrevista. Eles sempre estão juntos.

Além de ter perdido a filha, Evanice perdeu igualmente seu neto. Hoje, além da dor da ausência dos dois, o casal enfrenta mais uma dificuldade: o relacionamento com a outra filha. O genro, pai de Luis Gustavo, que faleceu no acidente, culpa Edvaldo pela morte do filho.

A estudante Jéssica Lais da Silva Barbosa, de 18 anos, e Luis Gustavo de Melo Barbosa, de 4 anos, foram vítimas fatais da irresponsabilidade de um motorista alcoolizado, no dia 9 de maio de 2010.

Nas proximidades do povoado denominado Chã de Jardim, no município de Areia, o automóvel Fiat Palio em que as vítimas viajavam foi, violentamente, abalroado por uma ambulância da Prefeitura Municipal de Areia, guiada por Ednaldo Teixeira de Brito Lira conhecido popularmente como Naldo do Muquém. Em uma ultrapassagem indevida, o motorista da ambulância colidiu em alta velocidade na traseira do carro em que estava a família Barbosa, provocando seu capotamento. A criança foi arremessada para fora do carro e Jéssica faleceu presa às ferragens.

[Nós] fomos para Areia, foram dez minutos da casa de mamãe até o caminho, aí nós chegamos na reta. Quando a gente chega que dobra, eu comentei com ele: “Que engraçado, cinco carros aqui parados, o que será?”. Ele disse: “Deve ter acontecido alguma coisa, ou então é jogo que está acontecendo aqui, ou ainda pode ser os alternativos que ficam aqui”. [Aí] eu fiz: “Lá vem uma ambulância”. Achei estranho, essa ambulância porque era para ela ter parado atrás dos carros, mas ela não parou, ela veio, veio com tudo mesmo, aí ele fez isso, puxou para o lado, ficando puxando para o lado para dar mais passagem ainda, mas ela jogou para cima do carro da gente, ele ainda bateu em um gol que era o último carro que estava na fila e puxou para o nosso lado, quando ele puxou para o nosso lado, pronto, o carro já capotou três vezes, nesse momento ele tirou a vida deles dois. E é uma coisa tão rápida que ele capotou três vezes, uns dez metros da pista para dentro de uma mata, na hora, você pensa que foi só uma vez de tão rápida que é. Quando o carro parou, estava todo mundo com o cinto, olhei para ele, ele estava com os olhos fechados segurando a direção, e eu achei que ele estava pensando “Meus Deus, o que foi isso?” Mas quando eu olho melhor, ele estava ensanguentado e desmaiado, quando eu olho para trás, a minha filha, a mãe de Gustavo disse: “Máinha, meu filho!” (EVANICE BARBOSA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Além das vítimas fatais, encontravam-se no automóvel os pais da jovem e suas duas irmãs. A família estava retornando à cidade de João Pessoa, após comemorar o dia das Mães em Areia. O motorista Naldo do Muquém não prestou socorro e fugiu do local. Julgado pelo “acidente”, Ednaldo Teixeira de Brito Lira foi condenado a pagar algumas cestas básicas.

Elton de Oliveira Nascimento

Eram cerca de dez pessoas, aproximadamente, na noite do dia 02 de outubro de 2010, um sábado. Armados e belicosos, espalhavam o terror entre os moradores da rua

Leonel Feitosa, da comunidade Bola na Rede, no Bairro dos Novais, em João Pessoa. O resultado fatal dessa atividade criminosa foi o assassinato do estudante Elton de Oliveira Nascimento, de 22 anos, e ferimentos em seu tio, o policial civil aposentado José Carlos de Oliveira, de 48 anos. Elton de Oliveira Nascimento foi morto com oito tiros de pistola. O tio dele, o policial civil aposentado, José Carlos Oliveira, 48, estava com ele e foi atingido por um tiro, na perna.

Elton recebeu disparos na cabeça, nas costas e no tórax, faleceu no local. As diligências realizadas por policiais militares não resultaram na identificação dos autores do delito. O fato ocorreu quando Elton em companhia do tio, por volta das 18:30h, no Bairro dos Novais, quando se aproximou da avenida Sete de Setembro, próximo da comunidade Bola na Rede, percebeu um tiroteio entre gangues rivais. Ele e o tio pararam o carro e saíram correndo pela rua. O estudante foi alcançado por um dos envolvidos no tiroteio e executado com oito tiros. O tio dele ainda foi atingido.

Policiais civis e militares deslocaram-se para o local, mas não conseguiram informações precisas sobre a ocorrência que resultou na morte de Elton, estudante universitário. Os moradores da comunidade Bola na Rede, oprimidos pela “Lei do Silêncio” imposta pelos bandidos não quiseram dar detalhes temendo represália. Comunidade Bola na Rede é dominada por grupos de traficantes de drogas.

A comunidade Bola na Rede sofre com o medo imposto pelo tráfico de drogas. A Corregedoria da Polícia Militar investiga o envolvimento de policiais militares com traficantes que agem na área. Denúncias repassadas à Corregedoria dão conta do envolvimento de alguns policiais com os traficantes. Eles dariam cobertura às atividades do tráfico de drogas e cobrança de pedágios na região.

Elton de Oliveira Nascimento levou consigo seus sonhos e os de seus pais. Um deles era o de se formar em Administração de Empresas, o que iria acontecer no final do ano.

Eles entraram em uma rua lá, onde esses traficantes dominavam e que nós nem tínhamos conhecimento, assim que era tão perigoso. Nós sabíamos que era, mas não sabíamos que era tanto. Ele passou e foi abordado por esse grupo de traficantes, na média de uns dez traficantes. Foram abordados no carro, por que o carro estava com os faróis altos e os vidros fechados. Eles gritavam pra eles baixarem os faróis e os vidros pra poder ser identificados, mas meu irmão não entendeu e ficaram desesperados os dois. Eu acredito que eles, quando ele viu disse assim: “*Lá vem os bandidos, titio Carlinhos*”. Aí eles

foram abordados, ficaram presos. Meu irmão bateu com o carro e ficou preso lá na rua, no meio do desespero. Aí desceram do carro e um correu pra um lado e o outro correu pro outro. Aí deram um tiro nas costas de Elton e depois o executaram, sem piedade (CÉLIA NASCIMENTO, entrevista em 09 de abril de 2013).

O tio da vítima, o policial civil aposentado José Carlos de Oliveira, de 48 anos, ficou ferido, mas sobreviveu. Dois dos marginais foram presos, mas a conclusão do processo está longe e o caso não fecha. O maior problema é o medo da população, que fica calada. Portanto, faltam testemunhas. Nesse caso, os assassinos têm a impunidade quase certa. A comunidade Bola na Rede é dominada por grupos ligados ao tráfico de drogas.

Rebeca Cristina Alves Simões

A entrevista foi realizada em uma manhã de chuva do mês de abril, na residência de Thereza Christina Gomes Alves²⁹, em Mangabeira, João Pessoa. Nos muros da residência, estão inscrições clamando para que se descubra o assassino de Rebeca. Existem também cartazes sobre o caso colados. Fui recebida na porta por ela. Pareceu-me sob o efeito de medicamentos. Estava muito chorosa, o que, confidenciou-me, é seu estado normal. Disse-me que somente sente alegria em seu trabalho com os moradores de rua, de quem trata. Foi o único momento em que vi seus olhos brilharem. Estavam em casa, apenas, ela e seu filho, que nos interrompeu constantemente.

Observei que havia muitos vasos de plantas no jardim. Ela me disse que ela os traz do cemitério, para onde vai todas as semanas “conversar” com Rebeca. Dali traz os vasos em que as plantas morreram para replantá-las. A casa está cheia de fotos, banners, faixas e outros objetos que lembram Rebeca. Thereza disse-me, ainda, que guarda os perfumes de Rebeca e outros objetos seus.

Falou-me do seu casamento, que está em crise há muito tempo, segundo ela. As causas? As de sempre. Entre elas, o fato de ser maltratada, inclusive fisicamente. O casamento se mantém a duras penas.

Thereza deixa transparecer uma revolta imensa para com a conduta da polícia, que não desvenda o crime, apesar de possuir o DNA do assassino. Rebeca foi abusada sexualmente e o sêmen do assassino foi colhido para o exame. Por outro lado, ela se

²⁹ 43 anos, casada, educadora social, mãe de Rebeca Cristina Alves Simões, morta em 11 de julho de 2011. Será citada doravante como Thereza Christina.

sente usada pela mídia, que somente a procura para fazer sensacionalismo. Sua narrativa sobre a morte de Rebeca é tocante.

A estudante Rebeca Cristina Alves Simões, de 15 anos, foi assassinada com um tiro na cabeça, após haver sido estuprada, no dia 11 de julho de 2011. O corpo da jovem foi abandonado na praia de Jacarapé, em João Pessoa. A vítima era evangélica e cumpria uma rotina bastante simples. Saiu de casa, no conjunto Antonio Mariz, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, por volta das 7 horas da manhã para ir ao Colégio Militar, onde estudava. Foi a última vez que Rebeca foi vista. Na tarde do mesmo dia seu corpo foi encontrado.

Rebeca acordou no dia onze de julho, uma segunda feira, no horário de sempre, cinco e quarenta da manhã. Fez aquele processo todo que tem que fazer e saiu faltando dez minutos para as sete da manhã para o Colégio. Ela foi vista até o final da rua em que a gente mora. Em um pedaço da rua para chegar ao colégio, foi onde ela foi pega. Quando foi meio-dia, eu percebi que passou doze e dez e ela não chegou, então liguei para o celular dela e só estava dando desligado, eu tentei de novo, dei um tempinho, tentei outra vez: desligado. Fiquei tentando. Aí liguei para minha mãe. Pensei que ela poderia ter passado na casa da minha mãe, mas não estava. Liguei para as minhas irmãs, que é o caminho entre a nossa casa e o Colégio, também não estava. Então, comecei a ligar para as amiguinhas dela. (...) [Minha] irmã me puxou e falou que tinham encontrado Rebeca. Mas que a tinham encontrado morta com um tiro na cabeça. Nesse momento o mundo desabou, perdi todas as minhas forças. Eu ainda sacolejei o policial, o peguei e disse: “Me diga que é mentira. Diga que não foi minha filha. Não é minha filha.” Mas, infelizmente, tinha sido Rebeca (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Já são passados quase dois anos do acontecimento e a polícia não apontou nenhum suspeito para o crime. Várias linhas de investigação foram tentadas e resultaram inócuas. A perspectiva dos familiares é de que o autor (ou autores) do delito fiquem impunes.

Tibério Souza de Oliveira

Maria Souza da Silva³⁰, conhecida como D. Edneusa, é uma senhora de 45 anos de idade com as marcas do sofrimento no rosto, envelhecida precocemente. Desde a morte de seu filho, passa as noites em claro. Evangélica pentecostal, frequentava a Assembleia de Deus. Recebeu-me cortesmente em sua residência em uma manhã chuvosa dos princípios do mês de abril. Conversamos na sala de visitas. Eu estava

³⁰ 46 anos, casada, autônoma, mãe de Tibério Souza de Oliveira, morto em 19 de junho de 2011. Será citada de hora em diante como D. Edneusa.

muito nervosa. Afinal, aquela seria minha primeira entrevista. A ansiedade para que desse certo era enorme.

A entrevista foi muito boa. D. Edneusa é uma pessoa humilde, que morava em Mangabeira. Hoje, após a morte de Tibério, mudou-se para o bairro Colinas do Sul, conhecido como Grotão. Antes tinha uma vida econômica mais tranquila, hoje tem algumas dívidas adquiridas após a morte do filho. O marido César é policial militar, o filho Kalleb estuda Teologia e trabalha. A família era constituída por ela, pelo marido, os filhos Kalleb e Tibério. Mas, na época, sua sogra, que sofre de esquizofrenia, também morava com ela. Logo após à morte de Tibério ela foi morar com os outros filhos e como ninguém suportou devido a seu problema de saúde ela foi mandada para um abrigo.

A noção de justiça de D. Edneusa é muito voltada para a fé. Ela é uma mulher dedicada a Deus e à igreja. Na época da perda de Tibério, ela era uma das lideranças da igreja Assembleia de Deus em Mangabeira. Ela, segundo narra, era a mão direita do pastor. Após sua saída, a igreja sofreu uma perda devido aos apoios e aconselhamentos dos quais era encarregada. No dia em que Tibério morreu, ela recebeu a notícia quando estava dirigindo o culto. Ele morreu em um domingo.

No primeiro momento, após avistar o corpo, ela se abateu muito. Naquele momento, desvairada, chegou a surrar um rapaz que estava próximo e que parecia com Tibério. Conforme entendia, seu filho tinha morrido por que, na verdade, o alvo era aquele moço. A agressão durou até que seu filho Calebe e o pastor a interromperam. A única coisa que se passava em sua cabeça era a dúvida do filho ter ido para o inferno. Seu grande medo, no primeiro momento, a grande angústia dela decorria do afastamento de Tibério da igreja devido a um acidente que o impossibilitou de frequentar os cultos e por isso seu medo de ele ter ido para o inferno.

No local, começou a orar a Deus. Quando o corpo foi removido ela não viu. Mas, quando ela chegou ao velório ela narra que o filho estava muito bonito e que exalava um ótimo perfume. Segundo sua fé e sua experiência de igreja, essa é a grande diferença, em uma pessoa quando morre. O reconhecimento de que ela foi para o céu, ou para o inferno, conforme os ensinamentos da igreja é a fisionomia. Portanto, de acordo com ela, a fisionomia de Tibério indicava que ele havia ido para o céu. Daí a maior parte do relato estar voltado para a sua fé, para aquilo em que ela crê, para a salvação do seu filho.

Para ela, pra ela a justiça está muito atrelada à justiça divina. Assim, ela gostaria que o rapaz que matou seu filho fosse preso e julgado. Mas, ela não acredita que isso será possível porque ela não tem nenhuma testemunha de acusação, as testemunhas que ajudaram na prisão do suspeito quando ouvidas em juízo negaram as afirmações anteriores.

Para D. Edneusa, a justiça, no caso de Tibério, seria ver seu assassino preso. Contudo, não gostaria que ele morresse. Não quer vingança. Seu desejo, na verdade, era vê-lo preso, a fim de que arrependesse, pedisse perdão a Deus e se convertesse. Porém, era necessário que ele se arrependesse de todo coração, de toda alma, de todo entendimento, que pedisse perdão e que Deus perdoasse os pecados dele. Gostaria, então, que ele chegasse a ela para pedir perdão. Ela perdoaria, por que se ela não o perdoasse, ela seria igual a ele, por que como ela vai pedir perdão a Deus?

Ela afirma que não sente culpa alguma, pois considera que sempre foi uma mãe muito dura e que sempre ensinou os filhos e isso é o que sempre alivia muito a sua dor. A prisão do assassino não aliviaria a sua dor. Ela espera até que ele saia andando. Mas, o que ela sempre afirma é que ele pode até fugir da justiça. Pois, nos seus depoimentos ela mesma não tem a certeza de quem realmente cometeu o crime.

Ela sempre diz o que as pessoas falaram. Ela acha que foi ele, mas não tem a certeza, uma convicção. É uma mulher guerreira, lutadora, que não chora na frente do marido e do filho, mas não por que é recriminada, mas para não causar sofrimentos a eles, por que eles sempre a tiveram como uma super-heroína, que enfrenta tudo, que vence tudo, encara tudo. O grupo ela conheceu pela televisão e desejou juntar-se a ele pra poder clamar justiça por Tibério, mas também para que isso não aconteça a outras famílias. Ela acha o grupo muito importante, se sente acolhida.

No dia 19 de junho de 2011, Tibério Souza de Oliveira, de 24 anos, foi morto por pessoas desconhecidas. Ele estava caminhando na rua quando os assassinos chegaram atirando. Ele era moto-boy, havia sofrido um acidente e estava andando de muletas, não tinha envolvimento com drogas ou outro tipo de crime.

Só fazia dez minutos que ele tinha saído de casa. Aí dez minutos apenas que ele tinha saído de casa, porque ele tava de muletas. Ai os caras vieram. Não sei se foram uma moto, duas motos. Não sei quantas eram. Eu sei que chegaram atirando, quem correu, correu! Quem não correu, no caso de Tibério, foi executado. Não sei se ele viu os caras, eu não sei. Mas acho que não por que na rua, fora ele,

houveram mais três pessoas na rua que foram baleadas, bala perdida. Foram mais duas mulheres e um homem que também foram atingidos. E até um senhor disse assim: “que eles foram lá e depois voltaram atirando nas casas” (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

Até hoje não se sabe o que motivou sua morte. Há um preso. Porém, não existem testemunhas contra ele. Não se sabe, assim, se foi ele ou não o responsável pela morte.

Rafael Paiva de Freitas Patriota e Daniel Guimarães Ramos

A entrevista foi realizada à noite no terraço da residência da mãe de Liana da Costa Paiva, onde ela mora com seu outro filho, Saulo, no Jardim Luna, em João Pessoa. Fui recebida no portão com as demonstrações do carinho e da amizade que nos une.

Durante toda a entrevista Liana chorou. Porém, era um choro suave, brando, sentido. Na semana em que realizei a entrevista, ela estava em um de seus momentos de baixa. Sei disso porque somos amigas e trabalhamos juntas. Tenho acompanhado o caso de Rafael desde o princípio e sei dessas variações de humor.

Como sempre, Liana foi muito objetiva e racional. Consegue, apesar do sentimento, elaborar um raciocínio claro e percuciente, apesar do momento muito marcado pela saudade. Nela, o processo de luto parece que se completou.

Todavia, revelou que não gosta de lembrar do dia da morte de Rafael. Isso lhe causa muita dor e sofrimento. Pois, quando olhou para o corpo sentiu como se aquele ali estendido não fosse seu filho. Ele estava muito diferente. Ficou uma cor muito escura. Porém, durante todo o velório sentiu muita paz.

Diferentemente, de outras mães, que ficam ao lado do caixão durante todo o velório, ela recusou ficar ao lado do corpo durante o velório. Estive no velório o tempo inteiro. Foi assim. Um dos momentos mais fortes foi, exatamente, quando o féretro chegou e ela arrancou, literalmente, as flores que envolviam o corpo de Rafael. Jogou-as todas no chão.

O professor de geografia da rede estadual de ensino Rafael Paiva de Freitas Patriota, de 27 anos, e o corretor de imóveis Daniel Guimarães Ramos, de 24 anos, no dia 15 de dezembro de 2011, em um bar da orla da praia do Cabo Branco, em João Pessoa, estavam comemorando um excelente negócio que Daniel acabara de fechar. Foi

quando encontraram Victor Souto Rosa, de 34 anos, com quem Daniel teve uma discussão.

[O pai dele] disse que Rafael não tinha sofrido nenhum acidente que ele tinha sido assassinado. Aí piorou a situação. Quem matou meu filho? Por quê? Rafael não brigava com ninguém. Como é que alguém passa por cima dele em uma caminhonete esbagaçando o meu filho e Daniel dessa forma? O meu filho não tinha inimigos, não discutia com ninguém, não brigava com ninguém. (...) Por que alguém mataria meu filho dessa forma? O que foi que ele fez de tão grave para ter que morrer desse jeito? E aí foram chegando às informações de um problema banal com ele e Daniel. Ele simplesmente agiu dessa forma. (...) Depois que eu soube disso pela mãe de Daniel, que esteve lá no local. Que meu filho morreu, mas antes falou e pediu para socorrerem Daniel. Isso prova ainda mais para mim o coração bondoso que ele tinha (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

As testemunhas ouvidas pela polícia narraram que o acusado, após a discussão, deixou o bar antes dos rapazes. Quando estes saíram do bar, foram perseguidos pelo acusado Victor Souto Rosa em uma camioneta Frontier placas MNV 6391, que os atropelou intencionalmente. Daniel faleceu na hora e Rafael chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu.

O acusado afirmou que foi um acidente de trânsito. Porém, as câmeras de segurança dos edifícios fronteiros ao local mostram que o atropelamento foi intencional. Além do mais, o acusado fugiu do local e somente foi identificado porque a placa de seu automóvel ficou entre as ferragens da motocicleta em que trafegavam as vítimas.

A entrevista com Lenyse Amorim Guimarães³¹ foi marcada e desmarcada por diversas vezes. Afinal, consegui entrevista-la no dia 08 de abril à noite, em sua residência no Jardim Luna, João Pessoa. É uma casa ampla de classe média. Fui muito bem recebida no portão por ela que me encaminhou para a sala de visita, onde conversamos.

Foi uma entrevista tranquila. Não fomos interrompidas em momento algum. Porém, marcada pela indignação e pela revolta. Lenyse não poupa ninguém. Diferentemente de Rafael Patriota, que foi socorrido e levado para o hospital, Daniel ficou exposto na rua durante mais de seis horas. As cenas, portanto, que conserva na mente são muito fortes, chocantes mesmo.

³¹ 53 anos, divorciada, farmacêutica, mãe de Daniel Guimarães Ramos, morto em 15 de dezembro de 2011. Será citada doravante como Lenyse Guimarães.

Por outro lado, os funcionários do IML que vieram recolher o corpo demonstraram uma insensibilidade muito grande. Manipularam, em sua visão, o corpo da vítima sem nenhum respeito. Ela assistiu toda a perícia realizada no local. Foi ela, ainda, que reconheceu o corpo oficialmente. O caixão de seu filho teve de ser lacrado. Assim, as lembranças são, particularmente, dolorosas.

De tudo, fica claro que Lenyse é obstinada pela realização da justiça. Tanto que, em alguns momentos, chega a se desgarrar do grupo, tomando atitudes individuais. Às vezes esse comportamento gera conflitos. Para ela, as instituições somente funcionam quando cobradas.

Era cinco e pouca da manhã quando o mais novo acordou e eu o vi batendo na porta do quarto, ele disse: mainha, mainha. Eu disse: eu já tô acordada, o que foi? Ai ele disse: ligaram dizendo que Daniel havia sofrido um acidente e a moto. (...) Nós saímos, quando chegamos perto do cabo branco, entramos numa rua perto do Cabo Branco, foi quando Felipe viu uma movimentação muito grande, pessoal da STTRANS parado, vários carros; ele disse a Letícia: Para, para, para, me deixa ver o que aconteceu aqui. Felipe saiu correndo do carro. E eu saí atrás dele, quando eu o vi correndo, eu corri atrás dele, quando cheguei, nós vimos de longe Daniel estendido no chão, o pessoal da STTRANS dizia: não, não pode ver. Daniel já estava coberto com aquela manta. Eu disse: não, o senhor não pode proibir isso não. Ele já estava morto lá (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

O acusado Victor Souto Rosa foi denunciado pelo Ministério Público, que pede a sua condenação por homicídio doloso. O acusado encontra-se preso no 5º Batalhão da Polícia Militar, onde aguarda a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

Nota Final

O presente capítulo buscou dar conta das marcas que o sinete da dor deixa no corpo social e nas mães. A violência urbana não somente ceifa a vida de seus filhos, leva, igualmente, um pouco de cada uma delas e de suas famílias. A morte deixa um rastro de sofrimento que encontra guarida no coração das mães e se alia a outros sentimentos, que expressam a tentativa de conciliar a dor da perda com a continuidade da vida.

Por outro lado, a uniformidade do sentir aliada à sensação de insegurança e impunidade leva à necessidade de que o luto seja trabalhado na perspectiva de fazer face aos rumos comumente trilhados pela sociedade. Isso implica um tipo de sociabilidade,

cuja consequência é a luta. O grupo “Mães na Dor” e as histórias de violência que lhes deram origem expressam de forma singular esse fato.

CAPÍTULO II

A ANATOMIA DA DOR

De repente, a violência se abate sobre uma família. É um abaloamento, no caso da família Ramalho; um atropelamento, nos casos de Rafael Patriota e Daniel Guimarães; um estupro seguido de assassinato, no caso de Rebeca Simões; um assassinato em uma discussão de bar, no caso de Ewerton Belmont. Os casos são inúmeros, as circunstâncias são distintas, e uma mesma realidade de dor, no entanto, se observa. Mães perderam seus filhos. Em todos os casos, uma singularidade: a violência foi gratuita, a dor, tremenda, a impunidade também.

Essas seriam histórias de violência como tantas outras que ocorrem cotidianamente em João Pessoa. A dor da perda a mesma. O que essas histórias têm de diferentes? Elas resultaram na constituição de um grupo que luta pela realização da justiça. Para estudar esse grupo, é necessário, pois, compreender a dor que lhe serve de embasamento. Estudar essa dor implica descrever sua constituição, sua anatomia, compreender os elementos que a compõem. Só então é possível, por um lado, compreender a própria dor e a sociabilidade que enseja. Mas, ao mesmo tempo, é necessário compreender a sociedade em que se insere. Afinal, essas pessoas convivem em um meio social. Que sociedade é essa? De que forma ela se apresenta? Em um mundo globalizado de que maneira a sociabilidade se apresenta? João Pessoa, a Paraíba, vive uma transição. Em nosso meio urbano mesclam-se o arcaico e o moderno, o velho e o novo. De que forma? Talvez a resposta esteja em um sociólogo alemão pouco lido e pouco usado entre nós: Georg Simmel.

Simmel (1964) atribui à transição da economia natural à economia monetária, do rural para o urbano, do privado para o público, os problemas mais profundos da vida moderna. Seria, pois, o universo das grandes cidades que faria explodir o conflito entre os indivíduos e as instituições sociais, no sentido de que os primeiros buscam preservar a autonomia e a singularidade da existência em face das forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica. O embate com a natureza que produz e reproduz a existência material transmuta-se em antinomia intransponível entre indivíduo e sociedade. (SIMMEL, 1964, p. 409).

Na pequena cidade, o ritmo de vida e o imaginário fluem muito mais habitual e uniformemente, tendendo à homogeneidade. De forma mais precisa, nessa conexão o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana torna-se compreensível quando confrontado com a vida da cidade pequena em que repousam mais profundamente os relacionamentos pessoalizados.

O efeito imediato desse contraste é desnudar a profunda contradição entre o indivíduo com seu psiquismo, suas pulsões, suas necessidades, seus sonhos e a realidade multifacetada de domínio do todo social, mediante o poder do Estado.

A cidade é o centro da paralisia. As relações afetivas estão muito mais presentes no imaginário das pequenas comunidades que nas metrópoles. O corpo da mãe é pequeno, como a casa é pequena, como a cidade é pequena, como a felicidade é pequena para ser grande. A angústia deriva da relação do homem com o mundo frente aos reclamos das pulsões. A preservação de todas as fases anteriores vividas pelo ser humano monta uma teoria que sustenta que o passado está preservado em nós.

O ser humano necessita de um propósito para viver. Sem ele a vida perde o seu valor. Desse modo, a religião consegue assumir esse papel em alguns casos. O Homem busca constantemente a felicidade, a qual pode apresentar duas facetas: uma ausência de desprazer ou um sentimento de prazer.

Destaco a questão da angústia vivida nas grandes cidades e a religiosidade, pois são elementos importantes para percebermos certos aspectos do comportamento das “Mães na Dor”.

Tanto a urbe, quanto o sentimento mítico são vetores constantes que aparecem permanentemente em todo o fenômeno. Não há Mães da Dor sem a violência da cidade que mate seus filhos, assim como elas não seriam um grupo se não carpissem juntas suas perdas.

Dessa maneira, o homem metropolitano reage a essa realidade desenvolvendo mecanismos de autopreservação, que o protegem contra as ameaças do ambiente social, que tende a esmagá-lo. Ele responde racionalmente, construindo uma consciência mais lúcida.

A vida metropolitana propiciaria, assim, o surgimento de uma consciência aguçada e a predominância da inteligência sobre a emoção, no homem metropolitano. Os fenômenos da vida urbana são percebidos e analisados a partir da razão. A vida

intelectual é, então, a forma que assume a vida individual para preservar a subjetividade contra o poder opressivo da vida nas grandes cidades.

Todavia, a sociabilidade que enseja o surgimento do grupo estudado parece caminhar em sentido diverso. Apesar de João Pessoa não ser, propriamente, uma metrópole, embora tenha dimensões semelhantes às da Berlim de Simmel, é, por seu turno, uma cidade moderna. Essa tensão estaria presente e seria explicada pelo caráter híbrido da sociedade brasileira e nordestina, de modo particular, onde se mesclam o tradicional e o moderno.

Do mesmo modo, as maneiras de sentir e, sobretudo, a maneira de encarar a morte. Como evento (fenômeno) a morte permite que se construa sobre ela um discurso. Ela é permeável e enseja representações. Pode ser apropriada, simbolicamente, pela coletividade. O morrer não. Esta é uma experiência individual e, até o momento, incomunicável. Não se sabe como é morrer até que isso venha a acontecer. O mesmo pode-se dizer de ter um filho morto inesperadamente.

Essa forma de encarar a morte e o morrer são próprios da vida metropolitana e embasa as concepções dela decorrentes. No discurso das mães ouvidas, a violência urbana surge como um fantasma que a todos persegue e de quem ninguém escapa. Isso torna as famílias reféns da violência, impotentes diante desse mal característico da urbe.

Entretanto, as sociedades têm, em certo sentido, a sua organização pautada pela morte e pelo morrer. A perda representada pela morte de um ente querido, o luto, é trabalhada de forma a trazer tranquilidade e paz. “O luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, a perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante.” (FREUD, 1974, p. 275).

O luto, pois, é um processo subjetivo de uma dor pela perda de algo ou alguém, que pode ser objetivado de diversas formas, uma delas é a forma pública, expressa através de instâncias especializadas de apoio como a psiquiatria e a psicanálise, por exemplo, que ajudam o enlutado a vencer a sua dor e retornar inteiro ao social.³²

Contudo, o luto não envolve somente uma dimensão racional, moderna, desse indivíduo metropolitano. Envolve, igualmente, uma dimensão emotiva, “tradicional”, como rituais e liturgias religiosas, vivência coletiva de uma mesma dor, etc., típica das

³² Ver sobre essa discussão Giddens (1991).

sociabilidades brasileiras, que se encontram quebradas na modernidade (KOURY, 2003). Em outras palavras, exibe dimensões modernas e tradicionais, racionais e emotivas.

Por outro lado, o luto público pede, dialeticamente, uma dimensão privada. Quer dizer, o luto público, que envolve a discussão pública, os ritos funerários, a busca de justiça, tem como contrapartida no nível do indivíduo o luto privado, representado pela dor e pela emoção. Não se pode esquecer, porém, que esses tipos quase sempre se apresentam misturados.

Essa forma pública de luto encontra-se com dificuldades de expressão na sociedade ocidental contemporânea e no Brasil, especificamente, onde a dor pessoal foi colocada para dentro do sujeito que a sofre, tornando-a não social, mas psicológica: como um processo da individualidade e do individualismo. Esta é outra tensão que a sociabilidade brasileira nos impõe. Enquanto a individualidade ocupa uma dimensão psicológica, o individualismo é uma construção social que povoa o cerne das sociedades modernas. É o que conclui Koury (2003) de suas pesquisas.

A individualização crescente das relações sociais no Brasil atual parece tender a refrear o processo de individuação do sujeito que sofre a perda, através do mascaramento da dor do sofrimento e da morte. Essa tendência social de escamoteamento da expressão pública dos sentimentos (Mauss, 1980) e a valorização da interiorização, enquanto subjetividade ou espaço da intimidade ou do privado e, nesse caso, não social por definição, cria uma predisposição permanente no indivíduo à desconfiança no outro, e por extensão, no social (KOURY, 2003, p. 37).

Uma forma de tornar público o luto é pela denúncia: o luto deixa de ser apenas um problema individual, mas transforma-se em social, como ação política. Essa transformação é política, já que coloca àquele em dor como um agente social direto, buscando transformar uma dor pessoal em dor social e buscando no reparo social de sua perda, (que deixa de ser só individual, mas se junta a outras iguais, virando um movimento) a constituição interior do seu luto.

Nesse diapasão, é pertinente trazer para consideração o conceito de luta social, como um processo no qual os experimentos individuais de desrespeito são interpretados como experiências de uma coletividade ou grupamento, ousando influir na busca coletiva por reconhecimento³³. É esse o sentido de luta que as mães, integrantes do

³³ Ver, a esse respeito Honneth (2003, p. 257).

grupo estudado, enfrentam as suas perdas. Em sua luta, elas, como que, buscam o reconhecimento da sociedade para seus dramas respectivos, transformando-os em questão social, em luta pela justiça. Os depoimentos nessa direção, - como já vistos anteriormente, e como devem ser visualizados durante toda a dissertação, - são sintomáticos.

A dor da perda

A violência que se abate sobre as famílias das vítimas tem repercussão no modo de vida. Tudo muda. É o que flui dos depoimentos. Célia, indagada sobre o significado da morte do seu filho, afirma que a sensação remanescente é a de um

“vazio muito grande. Ele foi arrancado, tiraram ele da gente de uma forma muito cruel. Entendeu? E de repente aconteceu um negócio desse. A gente fica sem chão” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Dois fatos tornam singular o grupo “Mães na Dor”. Em primeiro lugar, o aparecimento dessas mães na esfera pública e, em segundo lugar, esse aparecimento estar vinculado à publicização da dor. No primeiro caso, a condição de mãe que é vinculada tradicionalmente à imagem do feminino assume a dimensão de categoria analítica; no segundo, a dor tornada pública vai à contracorrente do movimento que tende à sua privatização (KOURY, 2003). Neste sentido, a maternidade, ao lado da violência e da dor, emerge como liame entre essas mães. Assim, a dor e a maternidade, unidas, têm o condão de mobilizar o grupo. Mas, que dor é essa?

Eu não consigo descrever para você a dor que eu senti naquele momento. A única coisa que eu consigo diferenciar hoje, é que a dor do desaparecimento, ela chega a ser mais intensa do que a dor da morte, e eu pude saborear essa coisa, essa dor é mais amarga que o próprio amargo porque foram dois dias e meio de desespero, de espera, de angústia, de perguntas, chovendo muito e a caminha dele lá. Eu dizia: “Será que o meu filho está na chuva? O que aconteceu com o meu filho? O que fizeram com ele? Meu Deus, onde é que o meu filho está agora? Será que ele comeu a essa hora?” (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Outra mãe define a dor sentida como lancinante. Uma dor que não encontra similar. Que não tem remédio nem lenitivo. É radical. Não tem similar. Ou, como define Hiper: “É essa dor que... Se um dia, essa dor passar... Mas é uma dor que hoje não tem remédio para curar” (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio 2013). Os acompanhamentos médico e psicológico não são suficientes.

A dor. Era uma dor tão grande que parecia que eu iria morrer também, naquele momento. É uma dor muito grande. Não tem como dizer. É algo que você quer encontrar uma palavra adequada, mas não consegue dizer a palavra adequada. É uma dor que remédio nenhum passa. Remédio nenhum (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Porém, casos há que mesmo a medicação mostra-se ineficaz para contornar o sofrimento. Este se impõe de forma tão completa que todo o ser da pessoa fica tomado. Os mecanismos normais de enfrentamento são insuficientes para trazer um lenitivo para amenizar tanto sofrer.

É. Não durmo. Eu não durmo! Eu não sei como não perco os cabelos e fico carequinha, os cabelos caem todos. Que primeiro eu sou diabética também e eu passei dez dias sem comer nada e sem beber nada, quando aconteceu. Eu digo assim Jesus, só Jesus na minha vida mesmo por que, sei que uma pessoa diabética não pode passar 2 horas ou 3 horas sem se alimentar e eu passei 10 dias, sem comer e sem beber, por que a dor era tão grande, tão grande, tão grande que era a dor que eu nem conseguia, eu não conseguia abrir a boca por conta da dor (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

Os acompanhamentos médico e psicológico são uma necessidade de todas elas, mesmo após meses da perda. Todavia, como fica evidente nos depoimentos, constitui somente um paliativo.

Nada vai aliviar a ausência do meu filho. Não tem preço, não tem motivo, nada vai mudar. Se você me perguntasse agora o que eu queria da vida em troca disso. Eu diria: não quero nada. Eu queria meu filho de volta. Aliás, eu queria cinco minutos para olhar para ele, abraçá-lo muito, beijá-lo muito, sentir o seu cheiro, e dizer: meu filho como eu te amo, como eu sinto sua falta, meu amor. Então nada, nada vai aliviar a minha dor. Para conviver com a dor e com a falta da minha filha eu faço tratamento psiquiátrico há um ano e oito meses. Faço tratamento com psicólogo também, toda semana, uma vez por semana, para poder me acostumar com a ausência de Rebeca, com a falta de Rebeca. Tomo medicações fortes. São duas qualidades de remédios depois de isso ter acontecido: pra dormir e pra depressão (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Caruso (1986) registra que uma das mais dolorosas experiências do ser humano consiste no afastamento definitivo, na separação, daqueles a quem se ama. A repercussão da perda resulta em sentimentos tão díspares quanto a revolta e a resignação. Pode-se acrescentar que a violência incorpora-se ao sentimento de surpresa, que leva à dor da perda.

Eu acho assim, o fato de ela ter sido assassinada não interfere na dor de perder um filho. Sabe? Eu acho que o fato de ter sido assassinada

causa revolta, mas a dor de perder um filho pode ter sido de qualquer forma que for, seja por doença, estava em coma e morreu, foi atropelado, perdeu em um acidente, não importa como foi perder um filho pra mim eu aprendi que é a pior dor que existe no mundo que uma mulher pode passar. Hoje eu digo a você de coração que se eu soubesse que um dia eu iria gerar um filho pra depois perder, eu preferia hoje não ter sido mãe, eu optaria hoje por não ser. Eu estou com oito meses que perdi a minha mãe, sinto saudades da minha mãe, mas não é a saudade de revolta (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Por seu turno, Pincus (1989) anota que são quatro as respostas à morte de um ente querido: o choque, a fase controlada, a busca e a descoberta. No primeiro caso, o choque “será particularmente acentuado no caso de morte súbita e inesperada” (PINCUS, 1989, 102).

As tentativas da pessoa que sofreu uma perda de enfrentar essa primeira fase de choque e confusão variarão de acordo com seu temperamento e situação. Ela pode ficar completamente entorpecida e apática ou, ao contrário, superativa (PINCUS, 1989, p. 103).

Ao choque segue-se uma fase controlada em que a presença dos amigos e parentes provê o conforto necessário para que o infausto acontecimento seja suportado. Entretanto, as mães têm uma visão muito particular e crítica sobre essa “ajuda”.

Teve um dia também que eu estava tão indignada com a situação, que chegou uma mulher perto de mim e falou “Oh dona Hiper, fica assim não, Thaís hoje é um anjo”. E quem disse a você que eu queria minha filha sendo um anjo? Eu queria minha filha sendo minha filha, não anjo. Depois eu fui pedir desculpa a ela pela minha reação. Ninguém sabe como eu vou acordar amanhã. Ninguém sabe. É por isso que eu digo, aqui é assim. Aqui nessa casa, do jeito que elas são, elas me respeitam do jeito que eu sou. Se eu der um bom dia, eu dei. Também se eu não dou é porque eu estou fechada no meu canto. Eu não queria minha filha um anjo. Tem dia que eu digo, ela está um anjo (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

As mães, na verdade, consideram sua dor como única, diferente. É por isso que as pessoas não podem, de fato, ajudar. Por mais que se tente, segundo elas, ninguém, a não ser uma delas, pode entender o que elas sentem. A forma da dor. Isto tem a ver com a maternidade, que é supervalorizada no imaginário delas.

O pessoal fica, assim, tentando dar força, mas não serve, não adianta. Querer ajudar com palavras, com atitudes, com força, mas não servem não. É o tempo, que eu acho que esse tempo nunca vai terminar (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

Essa singularidade da dor sofrida e a impossibilidade de comunicação com as outras pessoas são os principais obstáculos a fim de que as mães encontrem lenitivo para seu sofrimento. Por outro lado, parece que essa mesma singularidade serve de suporte para a sociabilidade decorrente da dor. O grupo assume importância exatamente porque seus integrantes conseguem ultrapassar a barreira da incomunicabilidade do sofrimento e estabelecer contato.

É muito importante, porque naquele momento primeiro você está perdida, você está sozinha, está um monte de gente ao seu redor, mas você se sente só, porque ninguém sabe a dor que você está sentindo, ninguém consegue chegar ao seu coração. Mas, uma mãe que perdeu um filho sabe exatamente a dor que você está passando. Por isso esse grupo é muito importante. Aquele abraço é diferente de todos os abraços, das pessoas que você ama, pessoas da sua família. Mas, ele ainda é mais. É uma coisa que não tem explicação sobre isso, mas foi assim que eu me senti muito acolhida, eu acho importantíssimo esse grupo (LIANA PAIVA, entrevista em 03 abril de 2013).

À dor da perda súbita e violenta e a aflição daí decorrente sucedem a fase controlada do sofrimento. É o momento em que a pessoa tem que conviver consigo mesma e enfrentar a ausência do ente querido. A realidade impõe-se de forma absoluta. Este é o momento da solidão, do abandono. É o momento em que o morto é buscado de forma compulsiva.

Hoje eu me isolo muito, não tenho mais com quem conversar, fico muito triste com isso porque não tenho com quem conversar. Na minha família, às vezes eu me abro, é porque cansa, o assunto cansa, você ouvindo de primeira tudo bem, mas ouvir duas, três, quatro vezes cansa, ouvir isso tudo de novo você não teria paciência. Aí é que está a história! A vida continua para vocês. Mas, a dor é nossa. Na hora de você dormir, você vai lembrar: Poxa, Hiper passou por tudo isso, Liana também. Aí você adormece, mas se eu não tiver o meu “amiguinho” aqui o *Rivotril*³⁴ (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

Por último, vem a descoberta de um sentido para a existência sem o morto. Esse é um momento crucial. No caso do grupo “Mães na Dor”, as mães encontram sentido na luta. É a forma que elas encontraram para contornar a dor.

³⁴ O Rivotril (clonazepan) é um benzodiazepínico, fabricado pelo laboratório Roche, que tem como principais efeitos uma leve inibição de várias funções do sistema nervoso, permitindo o relaxamento muscular, alguma ação anticonvulsivante e efeito tranquilizante. O medicamento é indicado para o tratamento de crises epiléticas, de crises de ausência, de ausências atípicas, além de estar indicado no tratamento da síndrome do pânico e na fobia social. É utilizado também no tratamento da depressão.

O luto

Koury (2003) observa que o luto é um processo subjetivo de uma dor pela perda de algo ou alguém, que pode se objetivar de diversas formas, inclusive a pública. Outro modo de tornar público o luto, é pela denúncia: o luto deixa de ser apenas um problema do indivíduo que o sofre, para transformar-se em um problema social, abrindo, assim, espaço para a ação política. Essa transformação é política, sim. Ela coloca àquele que sofre como um agente social direto, que busca transmudar uma dor pessoal em dor social. Procura-se o reparo social da perda, que deixa de ser somente de uma mãe, juntando-se a outras iguais. Torna coletiva a constituição interior do luto, favorecendo a procura do outro.

A morte sempre nos surpreende. Tem algo de fantástico. É misteriosa. Face a face com o morto nossa atitude assume características singulares. A tendência é transformar o falecido em um ser mítico. As qualidades do morto são superdimensionadas, apagando-se os traços negativos. A lembrança daquele que se foi tende à uniformidade de um padrão arquetípico em que as qualidades são ressaltadas e os defeitos escamoteados. Isso, de certo modo, tem a ver com a culpa do enlutado por não ter sido capaz de prever o evento, nem de evita-lo. Mas, igualmente, está correlacionado com a busca de realização da justiça, pela satanização do responsável pela morte.

A atitude do homem civilizado diante da morte vem acompanhada de tristeza, às vezes desespero, principalmente quando a perda é de algum parente. Com o ser amado morto vão as esperanças e aspirações dos que lhe sobrevivem. A morte de quem se ama leva junto os que ficam.

O luto é hoje, saber que você está sozinha, que não existem mais aqueles amigos e não existe mais aquela família ali unida. Olhando agora todo mundo chorando, aqui e ali, aqui e ali, e você se sentir sozinha acordar de madrugada. (...) Eu não durmo Thais dormia na cama comigo, quantas vezes, aquele travesseiro, aonde eu for de madrugada aqui, deitada aqui e mordendo o travesseiro para ninguém me ouvir chorando. Está entendendo? Então o luto é hoje, o tempo não ajuda. O tempo vai mandando a gente botar o pé no chão, tentar erguer a cabeça e conviver com aquela dor, né verdade? Levanta a cabeça você tem que trabalhar, tem que vencer, você tem que se manter, é o que eu escuto você tem outros filhos, olha aí outra neta, Deus te abençoou (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

A dor e a tristeza que os enlutados sentem são provocadas pela perda. No luto por morte de um ente querido muito próximo, filho ou irmão, o indivíduo tem de eliminar os seus afetos das diversas representações intrapsíquicas do objeto perdido. Em virtude disso e da resistência natural do psiquismo em desfazer-se da carga libidinal, o trabalho de luto é muito doloroso. O esquecimento de alguém muito amado é, portanto, muito penoso.

Eu nunca o deixei não morrer dentro de mim. Sabe, ele para mim, eu vivo, no meu dia-a-dia ele está sempre presente, eu não tirei nada dele para esquecer, eu procuro me lembrar de cada vez mais, eu me lembro dele em tudo, eu tenho foto dele em todo canto, o nome dele é falado, a única coisa que eu ocupei foi a minha cabeça, porque eu não deixei, em um só momento, ela ficar pensando no que eu tinha perdido. Não procurei não, eu procurei viver o que a vida me deixou que foi: as boas lembranças dele; eu cultivo ainda hoje, eu não deixei nada tirar a vida que ele vivia, muito presente junto de mim, eu sinto isso, porque eu não me deixo esquecer, nem ninguém esquecer (ANA GLÁUCIA BELMONT, entrevista em 03 de abril de 2013)

O indivíduo em trabalho de luto tende a encarar o mundo que o rodeia como algo vazio e árido diante da perda sofrida. Às vezes o luto está eivado pelo sentimento de culpa. O estar enlutado constitui um processo complexo em que o indivíduo processa uma verdadeira revisão de vida, onde o papel que o ente querido representava na vida pessoal é reavaliado.

Um vazio muito grande. Eu tenho muita pena de quem não tem Deus. É o que me segura. É a fé em Deus. Ele é a força maior. O sentimento se transforma. É tão bom sentir a certeza que Deus está com você apesar de toda a tragédia. Porque foi uma tragédia a forma como meu filho foi assassinado. Apesar de tudo isso. E essa foi a pior parte. Porque a principio tinha sido um acidente. No velório, fiquei sabendo que ele tinha sido assassinado (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

O luto consiste em um processo de mudança de paradigmas que todos nós sentimos em algum momento da vida. Um evento estressante, como o luto, implica uma perda: o medo e a dor fazem as pessoas se sentirem impotentes. O medo, a impotência, a culpa e outros sentimentos podem ocorrer como uma preocupação que passa, após a perda, durante o luto.

Lamentar a morte de um ente querido envolve uma revisão dos modelos de orientação, que constituem os protótipos de outras mudanças induzidas pela experiência

traumática da perda. O luto é, concomitantemente, um processo de abandono e de aprendizagem. Ao longo do luto, deixam-se alguns modelos e aprendem-se outros.

Mudou a minha percepção de tudo. Logo depois da briga que eu peguei com Deus, eu pedi perdão a Ele e agradeci a Ele por Ele ter me feito achar meu filho. Eu lembro que foi um momento ímpar da minha vida. Foi um momento extraordinário (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013)

No curso da vida nos deparamos com muitas perdas: físicas, materiais, financeiras, profissionais, sociais, entre outras. A perda de uma pessoa com quem se tem laços emocionais é uma experiência dolorosa que relega o ser humano à sua própria impotência. A morte de um ente querido provoca a dor. A perda leva ao luto e este à dor física e emocional. Todavia, essa dor tem suas peculiaridades e suas implicações. O luto decorrente da morte de um filho é, normalmente, o mais intenso. Consiste em um corte no desenrolar natural da vida. Afinal, a morte é uma perda irreparável. Daí porque a morte de um filho é um fato dos mais difíceis de aceitar.

A morte de um filho é como se destruísse você, é algo que não dá para explicar. Quem já sentiu e tem essa dor sabe como é. É arrancado de você, é uma coisa tão forte; você continua vivendo, essa dor passa a fazer parte da sua vida, como se fosse seu braço, sua mão, que você sente a toda hora, mas é preciso continuar, mesmo lembrando todos os dias, todas as horas, porque é um detalhe; um suco que você faz e lembra que ele gostava; você fica querendo entender porque as pessoas se pegam as coisas tão pequenas para não viver, para sofrer (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

A perda de um filho traz a sensação de entorpecimento, de incapacidade. É como se uma parte do indivíduo fosse violentamente arrancada. A solidão, o vazio e o sofrimento intenso caracterizam os sentimentos que brotam na mãe que perde um filho.

Olhe, é uma sensação de impotência. É uma sensação que você se sente como se estivesse com as mãos amarradas, amordaçada... O mundo parece que vai acabar, ali, naquele momento. A sensação de ter perdido algo que você tanto amava é uma sensação que não tem como descrever detalhadamente, no momento. A sensação de ouvir uma notícia dessas não tem como descrever, detalhadamente. Sei que é uma sensação muito triste. Eu não desejo isso para mãe nenhuma. É uma dor terrível (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

A mãe se pergunta o que fazer sem o filho. Ele foi muito esperado e desejado. Sonhos e expectativas acalentaram as fantasias sobre seu futuro. Agora... Após sua morte, a questão é como lidar com a perda, especialmente com a solidão e o vazio.

Eu acho que a gente fica muito exigente quanto ao sofrimento; o sofrimento é tão grande; é como se você – por exemplo – perdesse um braço, e na outra mão você está prestes a perder sua unha ou seu dedo, é tão insignificante perder esse dedo, porque você já perdeu um braço, você já sabe o que é perder um braço; a dor de perder um braço, as modificações na vida pela perda desse braço são tão grandes, que a perda de um dedo se torna sem valor; sabe, porque eu vou-me desesperar pela perda de uma mão ou de um dedo, se eu já perdi um braço, já sei a dor que é perder um braço. Então a dor pela perda de um filho é tão grande que você sente as coisas da vida mais fáceis, os obstáculos começam a ser mais fracos mais fáceis de serem vencidos, porque você já venceu a dor da perda de um filho, porque é uma dor que você não consegue dimensionar; a dor é tão grande que você não consegue expressar seu tamanho; pronto, quando eu corto meu dedo, uma besteira, mas eu fico sentindo, fazendo exame de sangue, você fura e fica sentindo aquela dor pequena; agora se você fizer um corte grande, você sente a dor maior. Então, aquela pequena coisa fica tão insignificante (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

A morte de um filho afeta o equilíbrio familiar, alterando-o. As reações diante da perda são as mais diversas entre os diferentes membros da família. As mães enlutadas muitas vezes enaltecem as qualidades dos filhos falecidos e os seus defeitos são como que apagados.

A tragédia da morte é a cobrança de justificativa para o sentimento de injustiça frente à perda de uma pessoa querida.

A demanda pela explicação da causa, pela nomeação da responsabilidade, pelo desejo de que justiça seja feita, é uma forma de aplacar a angústia que surge da confrontação com o horror.

Essa demanda por explicações dirime a queixa de "vítima do destino" – há uma cadeia de fatos que levaram ao incidente, “poderia ter sido evitado” – e renova a esperança – a punição dos responsáveis trará mudanças, “isso não vai acontecer nunca mais”.

Como pode o bom Deus deixar acontecer o Mal? Como podem os homens ter deixado acontecer isso? Do lado de Deus, uma das respostas convoca os desígnios impenetráveis da vontade divina. Do lado dos homens, a lei determina as responsabilidades.

Mas permanece o horror – ainda mais dilacerante quando se trata da perda de um filho. Para a dor de cada um, não há resposta.

A vergonha e a humilhação

O grupo Mães na Dor deixa evidente, seja por seus objetivos, seja por suas manifestações públicas, que as emoções constituem a amálgama que permite sua união e existência. Que emoções? A dor, a revolta, o amor, o ódio (por que não?), a ira moral, o sentido de injustiça são emoções presentes nas práticas do grupo.

Todavia, há outra emoção que, às vezes, é escamoteada e reprimida: a vergonha. Como? A vergonha? Sim. Mas, onde ela se apresenta? Como se manifesta? Alguns depoimentos são sintomáticos.

Eu fiquei sabendo da noticia através da mídia. Então foi onde veio a minha revolta, a minha decepção porque ela tava no IML como indigente e Gerlane tinha família. Gerlane tinha mãe, Gerlane tinha irmão, Gerlane tem parente e ela tava como indigente. Então pra mim quando eu fiquei sabendo foi quando ninguém mais queria foi que chegou a notícia a mim. Então pra mim foi um fundo de poço, eu entrei em loucura, eu entrei em loucura. Eu nem acreditei quando eu vi na mídia, eu não acreditei. Jamais ia passar pela minha mente que ia acontecer um caso desse, que não deu tempo ela dizer nada (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

O sentimento de vergonha manifesta-se em virtude de a vítima se encontrar na condição de indigente. Afinal, ela não era uma qualquer “*tinha familia*”. De onde vem a humilhação, a vergonha? Parece que do fato evidente de o crime chamar a atenção da sociedade para os familiares. Afinal, todos os olhares estão voltados para eles. Estar na condição de indigente traz a sensação na depoente de uma diminuição social, de perda posicional junto à sociedade e aos seus pares. Essa atitude é compatível com a definição dada por Norbert Elias.

O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social, ou em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. (ELIAS, 1993, p. 242).

No mesmo sentido, outro depoimento de mãe deixa evidente que o sentimento de vergonha está, intimamente, ligado à indignação moral pela injustiça cometida, pelo receio de que o delito fique impune e pelo descaso com que as autoridades encaram a

investigação. A indignação moral, conforme Barrington Moore Jr (1987) vem a ser o sentimento que identifica e se opõe à injustiça, individual ou coletiva.

A vergonha a que as mães são submetidas decorre do descumprimento de cláusulas do contrato social implícito. Ora, a autoridade foi constituída para assegurar segurança e providenciar a punição dos infratores. Se uma e outra condições são descumpridas em virtude da alta condição social do infrator, ou da baixa condição da vítima, o sentimento de vergonha, humilhação, implica a indignação moral pela dupla injustiça cometida. A violência e a leniência na determinação da culpabilidade.

Eu me senti pequena porque quando eu cheguei para levar coisas que eu estava tentando investigar por conta própria, estava tentando fazer, fui levar o Delegado nem sabia onde estava o inquérito. Procurou, procurou e encontrou no chão, embaixo A indignado birô. Ali foi quando eu me senti pequena. Quer dizer que a minha filha se resumia em um amontoado de papéis jogados no chão debaixo de um birô. Foi aí que eu me revoltei e disse: “Não. Eu vou sair daqui e vou procurar os meus direitos. Os direitos de cidadã que eu tenho, como paraibana e brasileira” (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Mas, a dor da humilhação pode vir, igualmente, do sentimento de desamparo da própria divindade, que parece negar o fundamento das crenças, longamente, cultivadas. Afinal, Deus falhou em protegê-la da dor.

Porque através da morte de James, lá mesmo no IML, na hora que eu reconheci o corpo dele. Que peguei uma briga feia com Deus. Porque naquele momento eu não entendia porque tinha encontrado meu filho daquele jeito (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Entretanto, a vergonha não se limita à simples relação da mãe com o crime, com o fato de que seu filho está morto. É um sentimento mais complexo. Confunde-se com a culpa. Como ter vergonha da morte de seu filho, sendo ele vítima de um crime? O sentimento que flui é o de vergonha de sentir vergonha. Ele é inconfessado e inconfessável. Deixa-se entrever com dificuldade.

O estudo de Elias sugere [...] um modo de compreensão sobre a transmissão social do tabu sobre a vergonha. O adulto [...] se encontra não só envergonhado sobre a questão sexual, mas se encontra, principalmente, envergonhado de se encontrar envergonhado e, provavelmente, envergonhado da vergonha [...] (SCHEFF, 2001, p. 120).

A vergonha, contudo, não constitui um sentimento inato. Ela é socialmente construída, conforme o entendimento de Elias (1993). Por outro lado, o sentimento de

vergonha e de seus similares: constrangimento, embaraço, humilhação, baixa autoestima, militam no sentido de situar o indivíduo em um conflito que pode ser resolvido positiva ou negativamente.

A vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma. O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito com a parte de si mesmo que representa essa opinião. É um conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior. Teme perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo. E é isso que o torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma forma, deflagram nele esse automatismo (ELIAS, 1993, p. 242).

Estaria posto, desta sorte, um elemento novo que deve ser levado em consideração. Ao lado da dor, do pesar, da perda, a vergonha situa-se como uma emoção com efeitos estruturantes da sociabilidade. Os momentos em que o sentimento aflora são variados. Vão da vergonha de manifestar a dor em público, mediante o choro, à forma como se deu a morte. A percepção de que a dor sentida não é estranha a outras pessoas leva à socialização do sentimento e ao estabelecimento de relações mais permanentes entre aqueles que sentem o mesmo. Daí à formação do grupo, vai um passo.

Segundo Scheff (2007), as emoções podem servir para distinguir o que é importante para o indivíduo em face de inúmeras outras cognições que não o são. Muitos problemas básicos surgem porque as sociedades modernas dão às emoções pouca atenção. As sociedades modernas exigem que todos saibam um número colossal de regras, palavras, frases, fatos e factoides. Porém, na maioria das vezes, relegam a um segundo plano as obrigações decorrentes do ajuste de sociabilidade.

A única humilhação que eu senti foi na Delegacia quando a delegada menosprezou a minha luta de mãe, dizendo assim: “A senhora está pensando que só existe James? Só o caso do seu filho para ser investigado? É uma agulha no palheiro. Todos os dias eu lido com não sei nem quantas mães de James”. Aí eu me senti humilhada, sim. Aquilo me deu mais força para dizer, eu não vou desistir, eu vou mostrar para a senhora que os assassinos do meu filho vão ser presos, custe o que custar. Só me deu mais força (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Para além do que é necessário cada pessoa carrega, igualmente, a sua própria massa pessoal de pensamentos e lembranças. As vivências pessoais, os momentos passados com o ente querido, servem de parâmetro para comparar a realidade da ausência vivida e das referências públicas à sua intimidade. O arquétipo formado sobre o falecido, como um ser perfeito, sem defeitos, é confrontado com a que surge após a exposição de traços da sua personalidade, ou da sua vida, que não se desejava conhecida: no caso, uma gravidez, ou a condição social, ou outro detalhe qualquer.

Emoções e sentimentos, mesmo as mais fracas, podem servir como etiquetas para sublinhar o que é significativo. Na maioria das vezes, porém, é necessário sufocar o sentimento de humilhação.

É porque eu finjo não ver. Eu finjo não ver. Eu digo que acredito descreditando. Eu finjo não ver. Eu digo a você, quantas pessoas querem abraçar a causa da minha filha? Quantos e quantos não querem estar ali para estar na acusação apenas para ganhar nome? Pensam que eu não sei disso. É para ganhar nome, porque sabem que a causa da minha filha é uma causa ganha. Mas ali é: “É por piedade daquela mãe”, não é não. É para ganhar nome. Mas eu te digo uma coisa, se esse homem for condenado, e não for preso. Eu não quero nem imaginar esse homem saindo pelo mesmo elevador que eu. Saindo para casa, da mesma forma que eu. A diferença é que ele vai poder abraçar a mãe, o pai... E eu volto para casa sozinha sem a minha filha (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Entretanto, em que pese todo o universo de elementos cognitivos, o domínio da emoção e do sentimento ainda é muito pequeno. Sem emoções estaríamos todos à deriva em um oceano interminável de pensamentos e lembranças, a maioria deles ancorando pouco ou nenhum significado.

Outro momento que eu passei também foi quando o advogado dele, dando uma entrevista, na minha frente, na televisão disse assim: “Estão dizendo que a moça foi levada para lá no carro do acusado, no carro do meu cliente. Ela poderia ter sido levada até numa carrocinha de mão!” Até hoje esse advogado diz às outras mães, às mães com quem ele tem amizade: “Eu não entendo porque dona Hipernestre não fala comigo.” Mas, ele sabe o show que eu dei lá dentro do fórum quando ele disse isso. Ele não esqueceu não, porque se fosse com um filho dele eu não sei o que ele seria capaz de fazer quando ouvisse um negócio desses, se alguém tivesse dito algo assim (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A intolerância quanto às manifestações públicas de emoções autênticas pode ser uma das razões dos desajustes sociais. Muitas vezes, as mães são criticadas por

exibirem a sua dor. As críticas, em certas circunstâncias, são veladas e vêm na forma de reparos à própria luta: “Isso não é necessário”; “é muito barulho por nada”; “as coisas se resolvem por si.” Por outro lado, a injustiça e a impunidade chamam a atenção para o pouco caso que as instituições fazem da dor dessas mães. Tudo isso serve de terreno para vicejar a indignação moral. A vergonha ocupa um lugar importante no universo moral. São, quase sempre, experiências involuntárias de vergonha, ou a antecipação da vergonha, que resultam na ira moral, na indignação moral. Uma sociedade que reprime a maioria das emoções, particularmente a vergonha, sofreria, portanto, um grave risco de ficar moralmente à deriva (SCHEFF, 2007, *passim*).

Do mesmo modo, a reação das famílias inibe a manifestação das emoções. Embora, quase todas elas relatem que não se sentem envergonhadas a maioria delas confessa que não chora diante de seus familiares. Entre as razões para esse comportamento, está o fato de que “*eles não entendem*” a dor.

A sociedade brasileira tem desenvolvido uma atitude repressiva no que tange às emoções, especialmente no que respeita às manifestações públicas do pesar (KOURY, 2003, p. 37). Esse fato é percebido pelas mães. No grupo, elas podem “escancarar” suas emoções, como diz uma delas. O grupo, pois, seria o espaço da troca de sentimentos, um espaço de liberdade.

Os indivíduos e a coletividade envolvidos e submetidos à catarse das emoções, por um lado, exporiam a si mesmos a um conjunto de práticas reintegrativas e reorganizativas através de rituais integradores, purificadores e de expurgação das ações ou atitudes que causaram o sofrimento ou o excesso de prazer. Por outro lado, seriam simultaneamente expostos aos limites de um embate, a um limite agonístico, sempre encoberto nas experiências repetitivas do cotidiano, onde a pessoa, enquanto noção e enquanto representação social se colocaria acima e além da coletividade, vendo nela e através dela a configuração do seu próprio viver (KOURY, 2009, p. 21).

A vergonha também se manifesta no sentimento de impotência e desamparo resultante da inoperância do aparato de segurança do Estado. É o que sentiu, por exemplo, Francisca Santos ao ouvir de uma delegada que ela deveria buscar a vingança. Barrington Moore Jr (1987) comenta que, pelo contrato social, a autoridade obriga-se a fornecer aos cidadãos, entre outras coisas, segurança. A omissão do Estado enseja o sentimento de indignação moral, que leva à demanda para rediscutir os fundamentos do pacto sociativo. A indignação resulta, também, da forma pela qual os serventuários da justiça tratam os caso.

Ai você fica em cima, para dizer que na brechinha que tiver você encaixa o meu. Porque são tantos que acontecem que você fica assim, eles ficam sem dar valor, “ah, já vai resolver! Já está morto mesmo!”, eu ouvi muito isso: “para que você quer isso? Já morreram mesmo, não vai trazer seu filho de volta!”; Poxa, não é trazer meu filho de volta! (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Nesse caso, as bases da indignação moral parecem resultar do sentimento de humilhação pelo fato de que a falha do aparelho estatal redundou em um sofrimento desnecessário. Por que eu? Por que meu filho? Como o Estado, pelo contrato, deve prover o cidadão de segurança e não o faz. Esse descumprimento pode ser devido à condição social daquele a quem o serviço deveria ser prestado. A falta de uma ação eficaz de quem está obrigado institucionalmente impõe um sentimento suplementar, a impotência, e exige que a parte mais fraca, as mães, assuma a tarefa de lutar para que se faça justiça.

Os dados empíricos disponíveis parecem indicar que a humilhação e a indignação dela decorrentes estão entre as emoções que cimentam a existência do “Grupo Mães na Dor”. Ao verem suas reivindicações por justiça não resultarem em ações efetivas do aparelho estatal, as mães sentem o quanto seus sentimentos são desimportantes para aqueles obrigados a lhes prestar assistência. Os serventuários da justiça, os juízes e promotores tratam com elas como se seus casos nada representassem. Um depoimento é sintomático do que as mães enfrentam nos órgãos do Estado.

Quando você entra naquele tribunal do júri, você é um lixo, você se sente uma formiguinha, tratando com o pessoal da justiça. Promotores e esse pessoal te tratam como se você fosse um ninguém. Parece que estão lhe fazendo um favor. Em todos os lugares dessa área que você for é dessa forma. No IML eu fui falar com o pessoal e só depois de muito tempo foi que eu consegui que fossem liberados os laudos dos meninos, porque a tia dele é farmacêutica, trabalha no IML, eu tenho colegas meus que trabalham no IML que são da área de farmácia. Em pleno carnaval eu estava dentro do IML conversando com a perita, porque quando íamos pegar uma informação, o pessoal não queria fornecer. Para você ter ideia, no dia da morte de Daniel, com todos esses problemas, esse delegado, esse safado, do Gonzaga, simplesmente preencheu todo o atestado de óbito de Daniel errado, eu cheguei à delegacia, naquela quinta distrital de Tambaú, eu fui com minha irmã para concertar o atestado de óbito, porque não podíamos enterrar Daniel com o atestado de óbito errado (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

Há, ainda, outra razão que faz a vergonha ser socialmente importante. Ela se presta ao papel de regular todas as outras emoções. Os homens não choram por vergonha de serem vistos como fracos. Do mesmo modo, não demonstram medo, porque

eles têm de aprender a equacioná-lo. Similarmente, as mães, muitas vezes, choram em silêncio e escondidas para não serem recriminadas, principalmente, por seus familiares. O comportamento exigido dos homens é, *mutatis mutandi*, exigido das mães. Elas devem seguir a conduta de todos. Exibir a dor passa a ser humilhante, porque criticado. Elas devem ser fortes. Esse sentimento é tão arraigado que uma mãe chega a verbalizá-lo como qualidade.

Não. Eu me questionei porque isso aconteceu com ele. Já que ele era uma pessoa avessa à violência. Porque com ele, sim eu me questionei. Em relação à família não. E a mim eu sempre acho que as mães que passam por essa dor que eu estou passando, eu acho que nós somos escolhidas por Deus, Ele sabe exatamente quem tem força para suportar (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

O rito da morte é parte do cerimonial da dor na cultura do ocidente. A mitologia judaico-cristã assimilou pela culpa o sentimento de perda, que torna obrigatório os indivíduos sofrerem muito diante da morte. A castração é revivida pela ritualização que todas as religiões ocidentais, mesmo as africanas e indígenas, fazem da ausência da pessoa amada. A saudade é sentida antecipadamente, porque assim a cultura determina. A lágrima se impõe à falta sentimental verdadeira, porque desta forma ordenou a sociedade com suas normais morais e deveres legais. Sobre os desvalidos, a carga é maior ainda. Caso não cumpram as lei da Lei, a cultura as rotulará como marginais do sentimento.

A culpa

Pincus (1989) relata que a reação à morte de um ente querido é marcada pela ambivalência. Os sentimentos no que respeita ao desaparecido são contraditórios. Há uma mistura de amor e ódio. Há uma luta por tornar racional, a um só tempo, a perda, o desaparecimento, do ente querido e o silêncio, o que deixou de ser dito, antes da partida. Essa partida, entretanto, é definitiva. É a morte. Não há como remediar.

Esses sentimentos expressam a ambivalência do enlutado contra essa pessoa e, mais articular e dolorosamente, em relação à pessoa do desaparecido que lhe causa tanta aflição por seu abandono. Um dos aspectos dessa aflição é que nem o amor pela pessoa perdida nem a própria pessoa eram perfeitos. (PINCUS, 1989, p. 107).

Esse conflito encontra expressão no sentimento de culpa, que, por sua vez, assume uma feição também ambivalente: por um lado, culpa-se o ente amado por haver

partido sem prévio aviso e por não se ter conduzido de forma a evitar a partida, por outro, culpa-se a si mesmo por não haver contribuído para evitar o desfecho fatal.

A verdade sai do erro. Esta consciência expurga a culpa, pois habilita o indivíduo a experimentar os riscos de errar sucessivamente, com o objetivo do acerto.

A ambivalência é inseparável da culpa, sentimento sempre presente quando da morte de uma pessoa importante — culpa quanto ao que foi ou não dito, ao que foi ou não feito, culpa justificada e culpa que não tem justificativa racional. (...) Contudo, assim como ocorre com os sentimentos conflitantes, a culpa também pode estar baseada no arrependimento real por ter tido pouco cuidado e preocupação com o morto. Em geral, é uma mistura de sentimentos justificados e injustificados, e é esta mistura que torna difícil viver a culpa. (PINCUS, 1989, p. 107-108).

As entrevistas revelaram que a culpa é um sentimento presente nas mães do grupo estudado e constitui um dos elementos condicionantes da sociabilidade decorrente da dor da perda. Quando confrontadas com o sentimento, a primeira reação é a da negativa. Praticamente, todas as mães ouvidas negaram que sintam culpa. Todavia, o desenrolar da entrevista demonstra que é o oposto que, efetivamente, ocorre.

Não, em momento algum. Porque eu sempre ensinei pra ele, eu sempre disse tudo. Inclusive no primeiro momento que eu tive raiva dele, achando que ele tinha me desobedecido porque ele saiu de moto. Ele saiu de moto nesse dia e realmente desobedeceu porque o carro de Daniel estava na oficina, e eles combinaram e saíram e aí na hora eu tive raiva e depois eu entendi que foi uma fatalidade, que aquilo iria acontecer naquele dia de todo jeito (LIANA PAIVA, entrevista e 03 de abril de 2013).

No momento seguinte, a culpa é reconhecida e atribuída à má interpretação do ocorrido. O ente querido é, inicialmente, responsabilizado pela própria morte por haver descumprido algum dever a que estava compelido.

Revoltei-me. A revolta foi no primeiro momento. Mas, revolta porque eu estava com raiva de Rafael porque ele tinha me desobedecido. E ele estava me fazendo passar por aquilo. Eu pedia muito a ele para não me deixar vê-lo em situações assim. Então o primeiro momento de revolta foi esse. Depois que eu soube que ele tinha sido assassinado. Aí me veio um pouco de culpa por ter sentido isso com meu filho. Poxa vida, eu com raiva do meu filho, enquanto meu filho estava sendo perseguido. Mas aí eu também não tive culpa de sentir isso por que eu não sabia. A princípio, eu sabia que tinha sido acidente (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Diante da pergunta sobre o sentimento de culpa a negativa é a primeira reação. Justifica-se a ausência de culpa pelo primeiro argumento que vem à mente. Porém, a história pessoal revela o que é, na realidade, sentido. Durante o campo, a mesma mãe relatou-me que se sentia culpada por não haver proporcionado ao filho uma família estruturada. Em outras palavras, de forma retrospectiva considera que o seu divórcio, caso evitado, poderia ter feito seu filho mais feliz. Afinal, ele sofrera muito com a separação.

No mesmo diapasão, outra mãe culpa-se por não ter evitado a morte da filha, como se fosse possível a ela prever o futuro, ou reparar o passado. Todavia, sua primeira resposta à pergunta sobre a culpa foi negativa.

Não. É por que sempre falta alguma coisa, sempre falta alguma coisa. Dia das mães está chegando e digamos que meus filhos façam um banquete pra mim, deem-me os melhores presentes. Está preenchido? Não está preenchido, então é isso. (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A negativa, no entanto, não impede que a culpa aflore em toda sua inteireza quando os episódios, imediatamente, anteriores à morte são narrados. O sentimento de culpa, nesse caso, parece ligado à compreensão do amor materno como onipotente, que deve proteger a cria de todo perigo.

Na terça-feira eu teria que viajar de cinco horas da manhã. Ela disse a mim: “Mainha, me deixa ir?”. Eu disse que não e ela insistiu, mas eu disse que não, que na terça, quarta, na quinta-feira pela manhã eu estou de volta e quando eu fui saindo ainda lembro aquele rostinho dela, por que todas as vezes que eu ia sair ela ia para o portão, ela subis no muro e dava pra aparecer um pouco o rosto ela dizia: “Tchau mãe”. Ela quem sempre abria o portão. Ninguém se levantava era difícil até mesmo mamãe não levantava. Ela dormia comigo, então ela se levantava e organizava, puxava minha mala e lavava pra sala, então quando eu ia saindo ela fechava tudo direitinho e depois entrava. Pronto foi quando ela pôs a cabeça no muro e disse: “Mainha, me deixa ir?” Talvez a pergunta que eu tenho feito até agora: Por que Thais não abriu o jogo comigo? Eu acho que essa viagem era justamente o momento que ela queria abrir o jogo comigo, então foi o momento que eu disse não e esse não me dói muito quando eu digo não, talvez se eu tivesse dito VAMOS. Que ela disse: “Mainha eu não desfiz nem minha mala”. Deixa-me ir? Eu disse que não. Eu poderia ter dito tudo bem, vamos embora e poderia ter evitado (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Todavia, a realidade não deixa margem para a dúvida: não estava ao alcance da mãe. O código binário em que a escolha deveria ser expressa possibilitava chances iguais para o desfecho.

Por outro lado, a culpa, também, se impõe a partir da imputação de terceiros. Ao sentimento de culpa descrito pela literatura especializada e já referida, soma-se a acusação de outras pessoas que, em seu próprio trabalho de luto, buscam pela inculpação de outros, livrar-se da própria culpa. É o caso da mãe que perdeu a filha e um neto. O genro, pai do neto falecido, culpa os avós pela morte.

Fomos nós dois que nos dedicamos Não teve ela. Não teve Priscila que fosse atrás de justiça, nem o pai da criança, que até hoje nos culpa da morte do filho, eu ainda carrego essa cruz comigo, nós dois fomos atrás da justiça, quando tinha reunião no meio das mães, que era lá no CEAVV, as mães todas revoltadas querendo matar os réus, querendo se suicidar e eu dizia: “Gente, eu estou no meio errado”. Eu já estava participando na Igreja e você sabe que quando a gente vai tendo o discernimento de Deus, a gente vai tendo outro ângulo, outra visão. E eu disse: “Olhe, eu estou no lugar errado porque eu não tenho sede de vingança, eu tenho sede de justiça porque foi um erro que aquele homem cometeu”. Irresponsabilidade dele e deixou o cara entre a vida e a morte dentro da ambulância, veio uma ambulância de Remígio socorrer o cara. Ou seja, era para serem três mortos. Mas também, se ele não tem puxado, teria sido todo mundo. É como eu digo: Nós só vamos quando chega o dia. Porque senão, teriam ido todos. O meu genro fala assim: “Vocês tiveram culpa”. Eu digo: “Não” (EVANICE BARBOSA, entrevista em 00 de abril de 2013).

Todavia, a situação está longe de ser resolvida. O genro mantém a esposa sob um regime de ameaça. Ela é obrigada a manter o casamento por medo de que o marido venha a atentar contra seus pais.

Teve que voltar. Teve que voltar no mesmo dia que nós enterramos os dois. Ele disse: “Você vai voltar para casa ou eu vou matar um por um da sua família”. Até hoje ele fala isso. Ele não fala mais com a gente. Continua porque se ela sair, ele mata a gente, todo mundo junto ou mata ela sozinha. Eu tenho mensagens dele aqui dizendo que ambos os motoristas são culpados e que ambos tem que pagar, e eu lutei por essa justiça para mostrar para ele que o erro total foi do motorista da ambulância e nós fomos em busca e tudo o que o advogado dele falava era que Jéssica vinha sem o cinto de segurança. Ana, eu corri, eu aprendi muito com essas mães. Francisca foi aquela mãe que dizia: “Evanice, vamos a luta. Se ninguém for, eu vou com você, mas vamos” (EVANICE BARBOSA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Em outro caso, a culpa poderia advir de uma cobrança da sociedade. Nessa hipótese, a mãe seria levada a sentir-se culpada por não haver educado bem seu filho, o que lhe ocasionara a morte. Todavia, não é esse o caso. A culpa é afastada.

Eu criei meus filhos, acho que se tivesse tido uma criação tão rígida com meus filhos, acho que hoje eu seria revoltada de ter perdido um dos meus filhos em situação dessas. Se eu não tivesse criado eles como criei eu me sentiria até culpada pela morte dele. Não, por que eu ensinei o caminho certo eu ensinei a verdade e se eu não tivesse ensinado eu me sentia culpada. Então eu não tive culpa, eu não me sinto culpada. Eu acredito que uma coisa que lhe ajuda muito é que você teve a graça de Deus de ouvir dizendo que Tibério não era errado, não era maconheiro. Aquela história, lugar errado, hora errado, pra gente ser humano. Às vezes as pessoas me dizem. “Edileusa eu não consigo entender, eu não consigo engolir, eu não consigo aceitar, com foi que aconteceu isso com Tibério”. Os mistérios de Deus não se explicam (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

Somente uma mãe assume que se sentiu culpada. Em suas razões, deixa bastante claro o que remanesce sob o discurso das outras mães sem ser revelado. A onipotência do amor materno, o reconhecimento das próprias falhas, a clareza sobre os limites da condição humana. É um depoimento transparente em virtude de que a primeira reação dessa mãe foi inculpar aquele que, em princípio, seria o responsável por toda a realidade: Deus.

Briguei. Muito. Talvez eu quisesse colocar a culpa nele. Não sei. Eu não podia entender porque alguém poderia fazer uma atrocidade daquela com o meu filho. Eu Jamais imaginaria que alguém pudesse fazer aquilo. Talvez eu quisesse naquele momento, bater em alguém, jogar a culpa em alguém (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Mas, a frieza da realidade revela quem poderia ser inculcado. Nada, nem ninguém pode ser responsabilizado por escolhas alheias. Após as consequências a única coisa possível é colher lições. Essa mãe confessa o que, para as outras, permanece inconfessado. A culpa.

Sim, senti. Porque se eu tivesse prendido ele em casa, se soubesse que iam fazer aquilo com ele, eu o deixava preso dentro de casa. Eu podia até amarrar ele, mas deixar ele sair de casa, nunca. Para ninguém judiar do meu filho. Meu filho que era a essência do amor vivo. Senti. Talvez, naquele momento. Se eu tivesse ido atrás dele como eu fazia todas às vezes... Uma vez Rick disse: “A senhora só tem um filho. Mainha, mainha a senhora só tem um filho e é James.” Eu confesso que aquilo doeu. Porque ele também era meu filho e é meu filho, claro. “Mainha, a senhora está vivendo a vida de James. Deixa ele viver a vida dele, volta para a realidade e viva mais a sua vida. James

sai e a senhora vai atrás dele. James diz: ‘eu estou aqui’, e a senhora tem que ir lá para confirmar onde ele está. James diz que vai se encontrar com os amigos e a senhora vai também”. Desse jeito (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Entretanto, o que é viver, afinal? Escolher. A liberdade, o livre arbítrio que, parece, todas elas admitem como princípio, implica escolha e, portanto, responsabilidade. Mas, sobre as próprias escolhas. Nunca em virtude da escolha alheia.

Mas quando é uma morte assim como foi a dos meninos, praticada por outra pessoa, para mim não é porque chegou a hora; estava na hora daquela pessoa fazer uma escolha. De Aryane, o rapaz se controlava ou não da raiva dele? Ele tinha duas opções: potencializar a raiva que o levou a matar Aryane ou se acalmar, ser mais sereno e levar a situação! Você tem uma escolha na vida, então quando você está de frente para uma coisa você tem escolha, e você faz. As consequências dessa escolha que pode atingir uma pessoa, ou pode não lhe atingir. A vida é feita de escolhas, sua e das outras pessoas, que pode haver consequências só para você ou ter consequências para outras pessoas, e quando acontece assim um crime, é escolha do criminoso, não da vítima (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Por outro lado, o depoimento de outra mãe, que teve parte de sua família morta em um acidente automobilístico, deixa evidente que o acaso governa o mundo e que não há lugar para culpa nem própria, nem de um ser superior, quando os eventos são fruto de escolhas individuais.

Nunca me perguntei, nunca questionei Deus! Nunca... Porque para mim foi uma escolha feita por João Paulo, então o porquê está aí, foi uma escolha feita por ele, de atravessar aquele sinal vermelho em alta velocidade, o porquê foi esse. Muitas vezes eu ficava assim: e se eu tivesse ido buscar Neto de 19h quando ele me ligou?! Ninguém tinha saído de casa, a gente tinha ido a pé, porque são pertinho as casas, tinha ido a pé! Não tinha acontecido! Porque nessa hora, João Paulo ainda estava bebendo, ou não, poderia ter acontecido, nunca vou saber. Não adianta, não adianta ficar questionando (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

O que parece evidente é que a sociabilidade provocada pela dor da perda e a luta dela decorrente encontra muitos suportes em que se apoiar. O sentimento de culpa é um deles. A luta das mães visaria, talvez, aplacar a culpa pela perda prematura, alcançando a punição dos culpados diretos pela morte de seus filhos.

Nota Final

A violência de que foram vítimas os filhos das mães em dor produziu marcas sociais em seus corpos. Essas marcas têm características próprias. A dor, o luto, a

vergonha e a humilhação, além da culpa, são os sentimentos suscitados. Ao longo do presente capítulo, busquei delinear essas características da forma como percebidas pelo grupo.

A narrativa das mães baliza o emprego da teoria, traça seus limites, expõe seu alcance. A dor da perda implica um movimento em direção à subjetividade, à interiorização da dor, ao luto subjetivo, à individualização, enfim, nos termos definidos por Simmel, mas, ao mesmo tempo, enseja um outro tropismo no sentido de expressá-la publicamente, ao luto objetivo, o luto público, que implica um processo de socialização da dor e, pela via da humilhação e da vergonha a que são submetidas pelos agentes públicos, expressa o conflito inamovível entre o indivíduo e a sociedade, na expressão simmeliana.

Por fim, a culpa tão estranhamente presente nas entrevistas. Culpa advinda da tragédia que poderia não ter ocorrido, da impotência, da impossibilidade de conduzir o fio da vida e, assim, ter evitado a morte do filho. Porém são outras determinantes, que dominam o transcorrer da vida. Sentem culpa, também, diante das cobranças da sociedade que lhes pede um papel, o de mãe dolorosa, que não é fácil de cumprir e é incômodo à própria sociedade. Como consequência, a vida das mães em dor sofre mudanças que refletem as várias faces da dor.

CAPÍTULO III

AS METAMORFOSES DA DOR

A dor da perda, a necessidade de trabalhar o luto, enseja uma mudança radical na vida das mães. Por um lado, tem-se o fato da separação radical entre a mãe e o filho amado. Do outro, a percepção de que a perda foi ocasionada pela ação violenta de um terceiro. A reação percebida pela observação e nas entrevistas é a da busca de reparação do dano causado. É necessário punir o responsável pela morte. Essa reparação implica um caminho a ser percorrido: a investigação policial, a identificação do responsável, ou responsáveis, e sua inculpação mediante julgamento. Ora, todos esses passos remetem para a órbita da institucionalidade jurídica.

Para que seja trilhado o caminho até o julgamento, é necessário que as instituições funcionem, o que não ocorre com frequência. Daí a sensação de impunidade, de descaso das autoridades, o que leva à luta, que, por sua vez, resulta em mudanças no comportamento dos envolvidos. Os dias de campo demonstraram que a atitude das mães diante das autoridades é de uma hostilidade latente. Há como que uma desconfiança de que se não forem provocadas elas não cumprirão seu dever.

Essa postura revela aquilo a que Barrington Moore Jr (1987) chama de indignação moral, ou consciência da injustiça social. Esse sentido de injustiça encontraria fundamento na existência de “imperativos sociais e, através destes, à ira moral e a um sentido de injustiça social.” (MOORE JR, 1987, p, 27). A sociedade constitui uma exigência para a preservação da espécie humana. Para tanto, houve que ser criada. É que “sem a invenção da sociedade humana, o Homo sapiens bem poderia ter sido extinto há muito tempo.” (MOORE JR, 1987, p. 27).

Simmel (2006) aponta o direito como o princípio que possibilita o surgimento da sociedade. Por sua vez, o fenômeno jurídico, define-se pelo que denomina de “mínimo ético”.

Corretamente definiu-se o direito, isto é, as primeiras e essenciais condições de vida de conjuntos grandes e pequenos, como o “mínimo ético”. As normas, embora bastem escassamente para a existência do todo, são o mínimo para o indivíduo, a condição sob a qual ele pode existir externamente como ser social; caso se limitasse a essas normas, caso não se ligasse a partir delas a uma grande quantidade de outras

leis,, essa existência individual seria uma anomalia ética, uma existência impossível (SIMMEL, 2006, p. 42-42).

A sociedade, entretanto, não constitui um mero resultado do jurídico. Embora possibilite a existência do todo social, o direito, apenas, expressa a sociabilidade. Esta, por sua vez, de forma autônoma, encontra seus próprios fundamentos, que se expressam na dialética da oposição entre o semelhante e o diferente.

Com isso insinua-se uma diferença de nível entre a massa e o indivíduo que só pode surgir e ser concebida desde que, no indivíduo, as mesmas qualidades e modos de comportamento com os quais ele “forma a massa” – com o qual ele se introduz no espírito comum – sejam separadas das demais, que simultaneamente constituem sua propriedade privada e com as quais ele, como indivíduo, se separa do contexto partilhado com todos os demais (SIMMEL, 2006, p. 42).

A criação da sociedade se dá mediante a celebração de um contrato social, onde semelhanças e diferenças são, devidamente, equacionadas para que o organismo social possa sobreviver. Mediante esse pacto, constitui-se a autoridade, que deve ser aceita por todos. Nesse sentido, a vida em sociedade implica a negociação permanente dos termos do contrato. Em outras palavras, “o que ocorre é uma contínua sondagem entre governantes e súditos, a fim de descobrir o que eles podem efetuar impunemente, a fim de testar e descobrir os limites da obediência e da desobediência.” (MOORE JR, 1987, p. 39). Os termos do pacto devem permanecer equilibrados de forma tal que governantes e súditos obedeçam às obrigações que lhes são impostas por ele.

Há em geral certas obrigações mútuas que vinculam governantes e governados, os detentores da autoridade e os que estão sujeitos a ela. Elas constituem obrigações no sentido de que: 1) cada uma das partes está sujeita a um dever moral de efetivar certas tarefas como sua parte no contrato social implícito; 2) o fracasso de qualquer uma das partes no desempenho de tais deveres constitui fundamento para que a outra se recuse a executar a sua tarefa. Cada parte encontra alegada incapacidade da outra para desempenhar adequadamente sua função, a justificação e o suporte morais para seu próprio senso de indignação (MOORE JR, 1987, p. 42).

Está entre as obrigações das autoridades, suprir a sociedade de segurança e punir as transgressões. Essa atividade, que é exigida dos agentes estatais, constitui uma obrigação decorrente do pacto social. Ora, quando a segurança é negligenciada e a prestação jurisdicional é precária e não implica a punição dos transgressores manifesta-se a ira moral e a sociedade civil mobiliza-se para exigir o cumprimento da obrigação.

Embora o contrato social inerente às relações de autoridade esteja sempre passando por provas e renegociações e possa entrar em colapso completo em caso de revolução, [...] há certas formas de violação desse contrato que comumente despertam a ira moral e um sentido de injustiça entre os que estão sujeitos à autoridade. (MOORE JR, 1987, p. 46).

Quando a autoridade constituída mediante o contrato social deixa de cumprir alguma de suas obrigações para com os súditos, abre-se espaço para a indignação moral, que encontra suporte seja no próprio contrato, seja em seu fundamento que é o “mínimo ético” pretendido por Simmel (2006). É o que fundamenta a luta do grupo “Mães na Dor” e lastreia a sociabilidade que lhe permite a existência.

A mudança

A violência que se abate sobre as famílias das vítimas tem repercussão no modo de vida. Tudo muda. Neste sentido, os depoimentos são contundentes. Hiper exclama: “O que mudou? Tudo, tudo” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011). E Francisca arremata:

Pode ter certeza que mudou tudo. Mudou. Acredito que pra melhor, em partes. Porque através da morte de James, lá mesmo no IML, na hora que eu reconheci o corpo dele. Que peguei uma briga feia com Deus. Porque naquele momento eu não entendia porque tinha encontrado meu filho daquele jeito. Eu... mesmo sabendo que todos os meus órgãos estavam fragmentados, como aquelas imagens dos planetas quando se chocam. Eu acho que dentro de mim foi a mesma coisa. Foi naquele momento que eu, brigando com Deus, eu disse pra mim mesma que eu não teria... Eu não teria força pra cumprir com a minha promessa que eu tava fazendo se não buscasse a Ele de alma e coração e espírito, em forma definitiva. Que viria sim a justiça. Mas, através da minha fé, da minha entrega a Ele. Porque eu tava trocando a vida do meu filho pela vida que eu ia ter do lado de Deus. E eu disse a Ele naquele momento: o Senhor vai me fazer essa justiça (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

A mudança é radical. É o que se pode depreender do depoimento de Sônia Regina Nascimento da Silva, mãe de Gerlane Nascimento, que, à pergunta sobre o que mudou na sua vida, respondeu sem titubear:

Tudo. Porque hoje eu procuro preencher, primeiramente só é eu e meu esposo, só nós dois, em casa né? Meu filho tem a vida dele com a esposa dele e a outra, minha neta mais nova, mas mudou tudo. Eu não tenho alegria como eu tinha antes. Eu não tenho vontade de sair como eu saía antes. Eu não tenho assim... Eu tenho aquele momento de alegria, aquele momento de alegria eu tenho. Às vezes até esqueço. Acho até que não é comigo o que tá passando. Mas, mudou tudo. Na nossa rotina mudou tudo (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

As histórias são praticamente repetitivas. O trauma da perda, o sofrimento, o choque da morte repentina e violenta têm um efeito desestruturante sobre a vida familiar. A repercussão do evento no cotidiano das famílias redimensiona o próprio dia a dia.

Tudo mudou. Mudou a rotina dentro da minha casa. Quando eu ia trabalhar e chegava em casa, as coisas estavam todas prontinhas, até a minha roupa e a minha toalha estavam em cima da cama me esperando. Não tinha trabalho para fazer, até a água do meu café já estava fervida na garrafa. Depois que ela ganhou o irmãozinho, ela deixava o mingau feito e tinha o maior cuidado com o irmão. A rotina dentro de casa mudou. Agora eu sou só para fazer tudo e muita das vezes, tem dia que eu levanto com aquela coragem de limpar, de arrumar, de ouvir hinos, de cantar, de ler a bíblia, de sorrir... Mas, também tem dias que acordo e não tenho vontade nem de sair da cama (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Mas, quem sintetiza com precisão o sentimento dessas mães é Ana Paula Cavalcanti Ramalho, mãe de Matheus Ramalho para quem

É difícil passar pras pessoas o tamanho da nossa dor. É difícil que as pessoas vejam como nós choramos todos os dias, constantemente. Nossas almas, eu tenho certeza a minha e eu acredito que das outras mães, sempre estão chorando. Se alguém olhar bem fundo nos nossos olhos, olhar bem no coração da gente, vai ver que o coração tá ali, pingando, chorando (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Quando entrevistei Ana Ramalho em 06 de abril de 2013, ela me disse algo semelhante. Mas, foi mais incisiva e conseguiu delimitar a geografia da mudança. Ela vai mais adiante, consegue refletir sobre o novo significado que a vida assumiu.

Mudou tudo! Muda tudo na vida da pessoa! Eu mudei completamente, acho que a pressa de viver, até Mateus tinha essa pressa, o pensar que a vida era muito rápida, as coisas mudavam muito rapidamente. Eu tive um cunhado assassinado em casa por ladrões, estávamos numa reunião de família, foi quando me despertou a vulnerabilidade da vida! Então, nós estávamos reunidos quando chegou o ladrão e começou a atirar e meu cunhado morreu. Percebi que a vida pode mudar em cinco minutos; eu falei com Mateus meia hora antes de sua morte, falei com meu marido quinze minutos antes, porque eu liguei para saber o porquê da demora deles, então em quinze minutos minha vida mudou completamente (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Por outro lado, como contraponto a essa visão que busca um significado positivo nas mudanças, os depoimentos contêm declarações em sentido diverso, onde o pessimismo constitui a tônica.

Mudou total! Minha vida hoje não tem mais sentido. Minha vida acabou-se, eu vivia, eu e ele, a gente passeava, a gente dançava, agora não tem mais meu mundo, pronto. Mudou tudo na minha vida (ANA GLÁUCIA BELMONT, entrevista 03 de abril de 2013).

Mas, essa maneira de apropriar-se da nova realidade sem o ente amado, que constitui o núcleo do trabalho de luto, encontra na imagem idealizada do filho o seu fundamento.

Por incrível que pareça, eu hoje sou uma pessoa melhor do que eu era. Assim, eu tento ser mais paciente, eu tento amar mais e perdoar mais, eu não sei porque. O meu filho ele era muito bom e uma coisa que eu tento aprender com ele é de não falar das pessoas. Ele não gostava que ninguém falasse de ninguém mesmo que fosse uma pessoa desprezível, ou que fosse considerada assim para qualquer pessoa. Mas, ele não gostava, ele não fazia parte de uma conversa negativa sobre ninguém, e eu tento me espelhar nele porque eu fico pensando que o mundo perdeu essa pessoa. Está difícil. Porque ele nasceu assim. Já eu, tenho que me transformar. É difícil ser como ele (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Ou, como diz Lenyse a propósito das mudanças que a morte de seu filho provocou em seu modo de viver.

Minha vida eu acho que comecei a analisar mais a vida das pessoas, a analisar mais o sofrimento das pessoas e o comportamento, eu lido diretamente com o público e chegam pessoas totalmente estressadas, preocupadas, diretamente assim mostra que tem coisas muito mais difíceis, às vezes a pessoas está revoltada com o filho e não tem aquela expectativa que os pais esperam, e eu procuro viver, olhe procure sempre ter seu filho que no dia que você perder ele você valoriza, muita gente só valoriza as pessoas quando perdem então como eu já passei por muitas perdas perdi minha mãe que eu gostava muito, eu era muito apegada a minha mãe, meu pai, essa minha irmã também (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

De todo modo, esses depoimentos são corroborados pela psicóloga Maria dos Remédios de Almeida Matos para quem

Quando uma mãe perde um filho de forma bruta, muda totalmente a vida. Ela dá uma virada. Então, assim, o processo do vivenciar esse luto não existe uma forma única. Existem várias formas e elas, cada uma, tem uma forma bem peculiar de desenvolver esse luto, de vivenciar esse luto (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Convém, por último, sublinhar que as mudanças ocorridas no cotidiano das mães aliadas à dor da perda parecem constituir o ponto de partida do seu engajamento

na luta pela realização da justiça e enseja a sociabilidade que cimenta a existência do grupo “Mães na Dor”.

O luto e a luta

As mães a *una voce* afirmam que a sua dor somente pode ser compreendida por quem sente o mesmo. Em outras palavras, somente entende a dor sentida por uma mãe que perdeu o seu filho, outra mãe que tenha passado pelo mesmo transe. A dor constitui a fronteira do grupo. Define quem pertence, ou não, a ele. É, precisamente, a dor da perda que enseja a sociabilidade que cria o grupo. Portanto, o grupo, pela semelhança, se constitui para as mães que trocam experiências e, pela diferença, torna-se perceptível no nível social.

Acima de tudo o significado prático do ser humano é determinado por meio da semelhança e da diferença. Seja como fato ou como tendência, a semelhança com os outros não tem menos importância que a diferença com relação aos demais; semelhança e diferença são, de múltiplas maneiras, os grandes princípios de todo desenvolvimento externo e interno (SIMMEL, 2006, p. 45).

A sobrevivência do grupo encontra seu fundamento na forma pela qual semelhança e diferença se articulam para configurá-lo. Para afirmar a sua identidade, que se dá mediante o reconhecimento de suas semelhanças, o grupo precisa buscar sua diferenciação do todo social. Precisa ser reconhecido em sua identidade, o que o torna diferente. Esse processo encontra expressão na luta, através da publicização da dor.

Eu só queria ouvir, só queria ouvir. Será que a dor dela era diferente da minha? Será que a dor dela era igual? Aí fui ver que a de dona Gláucia era igual à minha. Aí vim ver que Sônia sentia a mesma dor, que fulana sentia também a mesma dor. E aí a gente foi do luto à luta (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

A consciência da identidade aglutina, a percepção da injustiça leva à luta. Essa dialética do dentro e fora, do privado e do público, da dor e da sua expressão, funciona como um pêndulo. Ora, leva as mães aos embates públicos, à luta, ora recolhe-as à meditação e à troca de experiências.

Aí foi quando eu me revoltei, por que quem fez aquilo com a minha filha era para estar atrás das grades não em liberdade, aí foi que eu me revoltei, rasguei a blusa de saudades e botei o nome do luto à luta, aí foi quando fui para a rua fazer o movimento, minha primeira parada foi ali na Lagoa, no sol quente, eu e minha família (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

Essa imagem da blusa de saudades sendo rasgada que Hiper utiliza, reflete o impacto inicial que a morte causa. O momento de paralisia até que a realidade da ausência do ente amado se imponha. Mas, em que momento a semelhança na dor demonstra que há uma diferença a ser estabelecida? O rompimento com a autocomiseração que a sociedade exige, porque constrói a imagem da mãe que perde seu filho como uma *mater dolorosa* vem pela compreensão de que é possível rir. O riso traz a consciência de que é necessário lutar.

No momento em que eu despertei dessa angústia, dessa depressão que estava querendo entrar. No momento em que as minhas companheiras da dor, vieram em meu socorro, vieram me ajudar, no momento em que eu vi que não era apenas eu Christina, a mãe de Rebeca que chorava sozinha por ter perdido uma filha brutalmente. Porque tinha várias outras mães que choravam a perda de seus filhos. No momento em que eu as conheci, foi quando eu comecei a despertar para a minha luta. Costumo dizer que eu não tive direito a luto, porque meses depois que eu comecei a lutar. Eu ainda não parei para dizer assim: “Perdi a minha filha, vou entrar naquele luto que todo mundo tem que entrar”. Não. Eu pulei a fase de luto por luta. Passei uns dias chorando, dois para três meses, um tempo. Mas quando as meninas chegaram lá, as minhas companheiras chegaram, foi quando eu comecei a correr atrás e a lutar por Justiça (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

A dor é comum a todas elas. Mas, a luta também o é. O sentimento comum ao grupo, a semelhança, implica uma afirmação pública de identidade, a diferença. Ser único, expressar a identidade, implica sublinhar a diferença. A dor sofrida em solidão é mais sentida. O grupo implica socialização. Como todas as mães passaram pela mesma experiência traumática, a troca de sentimentos implica lenitivo.

Agora claro que você está dando um apoio. Você não deixa a pessoa só, você mostra, você a incentiva a lutar. Foi o que me aconteceu, foi o que aconteceu. O grupo em si é mais um incentivo para a luta contra a impunidade. (...) Claro que você ajuda com companhia. É muito importante você não se sentir só numa luta dessa. Mas, seus sentimentos não mudam. (ANA GLÁUCIA BELMONT, entrevista em 03 de abril de 2013).

A transição entre a semelhança e a diferença, entre o luto e a luta, entre a individualidade solitária e a afirmação pública de identidade, entre o que é ser átomo e o que é ser corpo, fica nítida. É no espaço do grupo, na constituição do grupo, afirmando a semelhança que se faz a diferença e constitui-se a identidade coletiva, o grupo “Mães na Dor”.

Aonde a gente pensava que a gente iria se reunir só para chorar, não, aí teve um dia que Francisca foi lá dentro e voltou toda vestida de palhaça para fazer o que ela fazia com o filho dela. Aí ela foi vestida de palhaço e brincando e dançando e contando piada, e olhava assim para todo mundo e todas as mães rindo, não tinha nenhuma chorando. (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

O silêncio do pranto é o sinal de que o bulício da luta se inicia. O reconhecimento da dor comum aponta para a injustiça que se abateu sobre todas elas.

Tirar de dentro do meu coração a dor do luto e colocar dentro dele a sede de fazer justiça. De dizer assim: “Eu não tenho medo de colocar atrás das grades quem matou o meu filho”. (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Essa decisão de ultrapassar o umbral do, socialmente, exigido da imagem de *mater dolorosa* é crucial. Surge, a um tempo da consciência da dor e da percepção de que há algo a fazer. Vem da partilha da experiência e do trauma profundo causado pela dor.

Porque a gente via que você não estava sozinha. O sentimento ali é de você estar com alguém que conhece a sua dor, porque chegar perto de mim e dizer: “*é isso mesmo, se conforme Deus quis assim!*” São tudo palavras. Você não conhece a dor do que é perder um filho. Você não sabe qual é o sentimento que a gente tem. E não é bom não de ter! Então elas conhecem tanto quanto eu e é importante a gente conversava (ANA GLÁUCIA BELMONT, entrevista em 03 de abril de 2013)

O espaço de troca das vivências pessoais de enfrentamento da dor da perda, da ausência, serve, do mesmo modo, como terreno para absorção de conhecimentos alcançados na luta pela realização da justiça. Algumas mães, que tiveram a ocasião de obter sucesso nesses embates, transmitem suas experiências. Têm mesmo a consciência de que estão compelidas a passá-las adiante.

Porque eu sabia que o que eu tinha vivido era muito forte. Eu via que ali tinha muita gente junta, muita gente em prol de um só objetivo. Então, se eu sozinha como eu estava, literalmente só, eu tinha vencido aquela batalha, nós juntas fazíamos muito mais barulho. A gente podia ir muito mais a diante. Eu fui testemunhar uma luta vivida por mim de forma solitária. Mas, que eu tinha tido a vitória. Então uma vez que estavam todos juntos, era mais forte o nosso grito e o elo dessa corrente ficava muito mais forte porque todos lutavam em prol de uma mesma causa (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Porque, afinal, o que importa é fortalecer o grupo e levar a luta a bom termo. A vitória de uma é a vitória de todas. Assim, é possível transformar e levar a sociedade a trilhar o caminho de sua mudança.

A importância é o fortalecimento. O fortalecimento que um passa para o outro. Porque é mais fácil a gente vencer os desafios estando junto de alguém, é muito mais fácil, estar sendo fortalecido por alguém. Principalmente, alguém que vivencia a mesma dor, que passou pelo mesmo processo que o outro passou e passa. Essa é a importância. É muito importante (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Afirmando a identidade do grupo pelo reconhecimento da semelhança das dores individuais, as mães estabelecem um diálogo com a sociedade mediante a luta, corporificada na denúncia das injustiças, da morosidade dos processos, da leniência dos poderes públicos, da impunidade e outras mazelas que tornam a sociedade violenta e injusta.

A impunidade

Convém sublinhar que é necessário indagar de que forma o grupo estudado encara a noção de justiça. Afinal, o que significa justiça para essas mães? Ao fim e ao cabo, parece que seu ideal de justiça não se resume à punição, seguindo as normas legais em vigor, dos culpados pela morte de seus filhos. Pelo contrário, são partes integrantes de seu combate o aperfeiçoamento do aparato jurídico vigorante e a transformação dos costumes que levam à violência, além da luta pela paz.

Justiça? Justiça poderia até ser feita se existisse lei. Justiça pra mim até tem, pode até querer fazer justiça, mas sem lei se as leis só beneficiam esses fora da lei. Acredito na justiça, mas não acredito como a justiça vai ser feita sem lei? (CÉLIA NASCIMENTO, entrevista em 09 de maio de 2013).

A noção de justiça internalizada pelas mães parece ser o de uma justiça retributiva, no sentido de que a cada ato individual desviante seja aplicada uma pena proporcional à transgressão. Como a vida é o bem maior protegido pelo sistema legal, os crimes contra ela devem ser punidos com rigor. A falta de rigor da lei é o principal óbice à realização da justiça apontado pelas mães.

Justiça. Toda ação tem uma reação. Então, tudo que eu faço eu tenho que responder pelos meus atos. Eu espero que o Vitor, assassino do meu filho, responda pelos atos dele. Eu não quero vingança. Eu não tenho sentimento de me vingar, de querer que ele sofra, nada disso. Eu

quero que ele vá para o Júri. Quero que ele seja condenado, por que ele cometeu um delito e tem que ser punido por isso (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Moore JR (1987) atribui à sociabilidade um caráter contratual. Em outras palavras, os homens agem em sociedade como se vivessem sob a égide de um pacto social. É a noção de contrato social implícito. Assim, as normas de conduta sob as quais vivem decorrem do pacto e, por via de consequência, da sociedade. Entre as normas de conduta está a moral e seu corolário a noção de justiça. “Neste sentido, é legítimo falar de imperativos sociais que conduzem a imperativos morais e, através destes, à ira moral e a um sentido de injustiça social” (MOORE JR, 1987, p. 27).

Buscando explicação para o fato de os intocáveis, na sociedade hindu, aceitarem na ausência de coação física ou policial uma situação opressiva, Moore Jr (1987, p. 92) chega à conclusão de que esse fato deve-se à internalização dos padrões morais da sociedade em que vivem. Romper com essa situação requer, de alguma forma, um comportamento de contestação à ordem reinante. Em outras palavras, o contrato social tem que ser rediscutido e o papel da autoridade redimensionado.

... superar a autoridade moral do sofrimento e da opressão significa persuadir a si próprio e aos outros de que é tempo de mudar o contrato social. Mais especificamente, as pessoas passam a acreditar que um novo e diferente conjunto de critérios deve entrar em vigor, para que a escolha dos detentores da autoridade, a maneira como eles a exercem, a divisão do trabalho e a alocação de bens e serviços (MOORE JR., p. 123).

No caso das mães estudadas, fica evidente que o aparato jurídico-político do Estado não satisfaz seu anseio de justiça. Por um lado, o conjunto normativo existente não supre a necessidade de punição dos infratores e, por outro, os aparelhos policial e judiciário são permeáveis à influência do poder político e econômico.

Na realidade, essas leis são ridículas. São leis que não se adaptam mais à nossa realidade. Nunca que nenhum desses bandidos que estão aí vão realmente pagar pelo que merecem, porque a lei concede direitos e regalias a todos (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

A sociedade brasileira é cheia de exemplos de impunidade. A impunidade se expressa como privilégio, que decorre da posição social. Constitui uma herança do autoritarismo que permeia historicamente o corpo social brasileiro. Os tempos são outros, porém. Embora, como dito acima, a redemocratização tenha assistido ao

aumento da violência, por outro lado, a sociedade tem-se mobilizado para resistir a esse recrudescimento de práticas violentas.

Porque, essas pessoas não podem estar vivendo como nós na sociedade. Nós não! Porque nós não vivemos. Nós temos nosso limite e esse povo não tem limite. Esse povo vive, quem não vive somos nós (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Ora, é exatamente o que ocorre quando o Estado deixa de punir aqueles que infringiram a lei, o que significa realizar a justiça. Principalmente, quando o comportamento desviante investiu contra o bem maior de toda sociedade: a vida. Há uma ruptura do pacto social implícito. O cidadão que paga seus impostos, cumpre seus deveres, que vive segundo as regras do pacto vê-se inopinadamente diante da injustiça mais flagrante e da ineficiência do Estado.

Enquanto nos estávamos no velório, o meu menino Breno juntamente com o advogado, descobriram quem era o proprietário do carro, quem estava dirigindo e a polícia não fez nenhuma diligência para prender esse rapaz, porque ele era filho de uma ex-delegada e o pai também era um ex-delegado, então eu imagino que justiça é essa que temos nesse país, onde pagamos impostos, mantemos o salário deste bandido, filho dela, para nos dar cobertura e nos é que somos transformados em bandidos, porque nos temos que ir atrás, procurar forças, onde eu nem sabia que existia, eu nem imaginava que eu tinha essa força de lutar de sair atrás, de procurar, porque eu mesma iria denunciar ele na corregedoria ao delegado, as pessoas diziam: você é louca, você vai ser ameaçada (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

Esse clamor por justiça é unânime entre as mães do grupo. A mãe de Aryane Thaís, afirma que o criminoso tem “que pagar, porque tem que existir justiça. Porque se não existir justiça quantas Aryanes irão embora? Quantos James? Quantos Eltons terão de ir embora?” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011). Porém, a Justiça é lenta. O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba, Dr. Osvaldo Trigueiro do Valle Filho tenta explicar a morosidade do Estado em ofertar à sociedade a prestação jurisdicional com rapidez.

A lentidão vem porque o processo como um todo ele não gera na velocidade em que há a necessidade de resposta social. É preciso que você aprimore o sistema. Na questão do processo, para que você tenha celeridade e puna mais rápido. E, da data do evento, do acontecimento, da morte, ou do incidente criminal, até o resultado, da condenação com trânsito em julgado, você tenha um espaço menor. Por quê? Porque a sensação de que foi punido, ela é mais persistente. Ao passo que você passa 10, 20 anos, às vezes aquela ideia se perdeu no tempo. (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

As mães têm a mesma percepção. Mas, vão mais adiante. Denunciam a morosidade como convivência com os poderosos em detrimento dos mais humildes. Não é somente a demora é a forma como os processos tramitam e o tratamento dado aos acusados que, em última instância, humilham e envergonham os familiares.

E eu não vou sossegar, não tenho medo, mas que a justiça brasileira é uma vergonha é, porque você vê, o rapaz mata, faz e acontece e na primeira audiência ele ficou sorrindo, nos fomos reclamar e disseram: é porque os direitos humanos o apoiam, ele está dentro do direito dele. O rapaz abraçando, beijando, fazendo reunião de família, dentro de um tribunal, na nossa frente, a irmã dele nos ameaçando, passando e fazendo pouco a mim e de Liana. Há coisas que você não sabe até que ponto essa justiça vai, que justiça é essa que temos? E é essa justiça que eu espero um dia ver nesse país, talvez eu não chegue a ver, mas eu quero que um neto ou um bisneto consiga um dia ver essa justiça (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 09 de abril de 2013).

Contudo, a noção de justiça operacionalizada por essas mães, em que pese a combatividade do grupo “Mães na Dor”, não é dirigida para a contestação do *status quo*. Ao contrário, às vezes, há uma crença quase ingênua na justiça legal.

Eu vou clamar por Justiça até o último dia da minha vida. E de uma coisa eu tenho certeza: eu nunca vou dizer na minha vida que não eu não acredito na Justiça. Porque a justiça será feita. Eu não vou sair de mãos abertas como se não fizeram nada. Eu não vou sair. Eu vou sair, nós vamos sair vitoriosos nos casos dos nossos filhos. (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

Entretanto, o poder judiciário tal qual existe deve ser aperfeiçoado. Apesar dos problemas, da morosidade da prestação jurisdicional, as mães entendem que a mudança deve ocorrer na lei para que o poder judiciário possa cumprir o seu papel. A mãe de Elton Nascimento acredita nisso.

A justiça dos homens perante a lei vai ser, se ele for preso e cumprir a pena integral, mas se for para soltar para mim isso não é justiça é só paliativo isso é uma palhaçada, a gente busca é o que eu estou buscando hoje em dia é que ocorra a mudança do Código Penal Brasileiro, para que tenha mais severidade que esse pessoal fique na prisão e cumpra durante todo o tempo matou vai para prisão, eu acho que deveria instituir prisão perpétua e deveria deixar de existir prisão de dois anos, por que mata você tira duas vidas de duas pessoas na flor da idade e acha que vai ficar e pega 20 anos (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

Apesar de perceberem que existem entraves que levam as instituições a não funcionarem a contento, continuam a crer que é possível a realização da justiça. De certa forma, consideram que o aperfeiçoamento do aparato legal pode tornar mais célere

e eficaz a punição dos culpados e o cumprimento da pena. A mãe de James Pereira, para ver os assassinos de seu filho presos, teve que, pessoalmente, realizar o trabalho da polícia. Constata a morosidade da justiça, o que leva, na maioria das vezes, à impunidade. Todavia atribui essas mazelas ao aparato legal que é falho.

Nós sabemos que a morosidade é doentia. Dói dentro da alma a morosidade na Justiça. Mas, também, nós sabemos que a Justiça efetua o que as leis criaram. O que a lei manda. A lei é que tem que mudar. A lei tem que mudar pra que a Justiça obedeça e faça. Eu fiz um trabalho lado a lado com polícia. A polícia tava lá no gabinete mas eu tava me escondendo andando dentro de táxi com vidro fumé, buscando informações de suspeitos. Eu tava com a minha vida em risco, recebendo ameaça de assassinos. Mas, destemida. Por que? Porque a polícia precisava de provas contundentes pra encerrar o inquérito, entregar à Justiça. Pra Justiça fazer a avaliação e saber se ele ia prender, ou não. (...) Agora, também, tem uma coisa muito essencial: é a gente não desistir de estar lá; de cobrar; porque o próprio juiz encarregado pelo caso de James ele disse a mim. Os próprios policiais encarregados das investigações eles dizem até hoje: Dona Francisca nós prendemos esses homens por sua causa; foi a senhora que ajudou a colocá-los na cadeia. Se não fosse talvez eles não fossem pegos ou ninguém nem soubesse que tinha sido eles. (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

A indignação moral, o sentido de injustiça, serve de combustível à luta dessas mães. O conceito de justiça que operacionalizam tem duas dimensões: 1) entendem a justiça como retributiva, no sentido de que uma vez infringida a lei a sanção deve ser aplicada; 2) a sanção deve ser buscada dentro dos marcos legais, através do poder judiciário.

Nesse sentido, sua luta destina-se a fazer funcionar o aparato estatal. Não tem, pois, um conteúdo contestatório. Mas, essa noção de justiça transcende os limites da justiça legal porque elas têm a consciência de que a sua situação atual não se resolve nos estritos limites da lei. É necessário todo um conjunto de ações, que vão desde um melhor aparato de segurança pública até a difusão de uma cultura de paz.

Essa justiça dos homens é cruel, ultimamente nessa eu não tenho muita crença, já faz um ano e três meses que o processo está correndo e vemos o rapaz, com varias mordomias, uma vergonha. Por todo processo que já vivi, delegacia, tribunal do júri, promotor, você tem que “andar pisando em ovos”, você sofre com a perda e ainda tem que falar com essas pessoas como se eles fossem deuses (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

Por outro lado, têm plena consciência, também, de que sua luta é essencial para que a lei seja cumprida e a justiça se faça.

Até hoje a minha luta fez diferença em tudo. Não só no caso da minha filha. A minha luta fez diferença em tantos e tantos casos. Porque não é todo mundo que tem o direito de ter um grupo de mães ali de mãos dadas vendo um réu ser condenado e naquele momento de acusação, o nosso nome ser citado. Ninguém nunca viu isso. Felizmente não era para esse grupo crescer, mas infelizmente está crescendo. Está se organizando e que fique cada vez mais forte porque a impunidade tem que acabar (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A luta funda-se no compromisso tácito estabelecido entre a mãe e o filho morto. A justiça será feita. A luta será constante. Não lutar seria uma espécie de traição à memória do filho, que todas elas fazem questão de trazer no peito, através da fotografia. Esse fato alimenta a vontade e renova as forças para continuar o combate. Francisca sintetiza o sentido da luta: “Mas, esqueceram que eu fiz uma promessa. E quando uma mãe promete, ela cumpre.” (CARVALHO e NÓBREGA, 2011).

A fé

Freud (1974) ao comparar melancolia e luto, afirma que, embora existam semelhanças entre um e outra, o indivíduo melancólico tende a rebaixar seu próprio ego, envilecendo-o. A culpa inerente ao luto é superdimensionada ao ponto de ser buscada uma descabida punição. De alguma forma, a reação das mães estudadas à perda de seus filhos fica no limite entre uma categoria e outra. É o que se caracteriza como luto profundo.

O luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra o mesmo estado de espírito penoso, a mesma perda de interesse pelo mundo externo — na medida em que este não evoca esse alguém —, a mesma perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significaria substituí-lo) e o mesmo afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele. É fácil constatar que essa inibição e circunscrição do ego é expressão de uma exclusiva devoção ao luto, devoção que nada deixa a outros propósitos ou a outros interesses. E, realmente, só porque sabemos explica-la tão bem é que essa atitude não nos parece patológica. (FREUD, 1974, p. 276).

O fato de que a perda tenha sido provocada por um ato de violência gratuita repercute no trabalho de luto. A consciência de que se não fora a atitude de alguém seu filho continuaria vivo tem influência direta no modo como o ser amado é interiorizado. Há evidente, no trabalho de luto, uma dificuldade para quem sofre a perda. Essa dificuldade é representada pela subtaneidade com que o ente amado foi retirado do convívio.

O processo de luto implica a cura de um ferimento. Uma vez que o ferimento físico é recoberto sem danos por um tecido sadio, o processo se completa e o paciente pode esquecer completamente o traumatismo. No luto, contudo, a causa do trauma, a perda de uma pessoa importante, não deve ser esquecida. Apenas quando a pessoa perdida é interiorizada e torna-se parte daquela que sofre a perda, uma parte que pode ser integrada à sua própria personalidade, enriquecendo-a, é que o processo de luto se completa, e é agora que tem de ser efetivado o ajustamento a uma nova vida. Aquele que sofre uma perda e nunca foi capaz de enfrentar sua própria morte não pode ter êxito nesse ajustamento. (PINCUS, 1989, p. 112-113).

A pessoa querida é então mitificada. Transforma-se em um ser quase perfeito. Assim, os outros são excluídos do processo, e no caso da perda por violência, como o que mobiliza o grupo estudado, a demonização do assassino torna-se mais simples. Em suas lembranças, as mães retêm seus filhos mortos.

O orgulho da mãe que retém em si o amor do filho, embora na narrativa também deixe claro que “a gente sabe que um dia todos eles vão embora. Eu fui”. Mas no roteiro sentimental traçado em decupagem nas evocações solitárias do ritual da dor, do processo de luto que viveu e ainda de certa maneira vive, a personagem-mãe retira qualquer mácula do relacionamento amoroso e inteiro do seu filho agora morto, com ela. (KOURY, 2005, p. 115-116).

Os depoimentos revelam esse processo.

Eu sei que toda mãe defende o filho, toda mãe diz que o filho é maravilhoso, é isso, é aquilo, isso é normal. Agora no meu caso específico (...), ele nunca, nem quando era criança, ele nunca brigou com outra criança, tanto que eu dizia assim: Pegue um pau, e meta na cabeça de menino ruim que dava nele. E ele dizia: Mainha, se eu fizer isso ele vai chorar. E eu digo, então chore você, agora chore longe de mim, que eu não quero ouvir, eu acho que ele devia se defender então ele era dessa forma e foi até ficar homem, e aí de repente eu fico sabendo que meu filho foi assassinado dessa forma, então, eu, como é que pode uma pessoa avessa à violência, uma pessoa que não podia se quer ouvir alguém falar mal de alguém que se retirava e não ficava no mesmo lugar, ele nunca falou mal de ninguém. Aí eu dizia o que foi que meu filho fez para passar por isso? Que foi que houve? Então isso aí me torturava mais, me deixava mais do que a própria falta dele, a própria ausência dele é o que eu sinto hoje, é a ausência, é a saudade, essa ausência, essa coisa que a cada dia que se passa aumenta, aumenta, aumenta. (LIANA PAIVA, entrevista em 12 de junho de 2012).

Como enfrentar, então, a realidade que, de repente, arranca do convívio familiar uma pessoa tão boa? De que forma lutar, quando a ausência é tão dolorida? É preciso, pois, afastar, por um lado, a culpa, e, por outro, punir o verdadeiro culpado. Qual o mecanismo utilizado para esse enfrentamento? Nas conversas com as mães, a fé

surgiu como o mecanismo por excelência para lidar com a perda e explicar a conduta, às vezes tresloucada que assumem em defesa de que se faça justiça em seus respectivos casos.

Liana, por ocasião da missa que mandou celebrar em memória de Rafael após um ano do evento, elaborou um texto, que foi lido durante a cerimônia por um amigo da família, que expressa de forma conspícua a questão.

Certa vez ouvi dizer que na adversidade Jesus toma conta de todo o nosso ser. De fato, isso aconteceu comigo no dia 15 de dezembro de 2011. Nesse dia, recebi uma notícia que nenhuma mãe gostaria de ouvir. Alguém me disse que meu filho acabara de falecer em um acidente de moto. Naquele momento, senti meu coração esfriar e ao, ao mesmo tempo, medo, insegurança, dúvidas e, por fim, muita tristeza. A dor de não poder mais ver meu filho falar, sorrir, abraçar-me... Tudo muito confuso. Porém, a preocupação com Saulo (meu outro filho), mamãe, e o resto da família me colocava de pé. Mas, como o Senhor não nos abandona nunca, no velório de Rafael senti uma paz muito grande me invadir o coração. Era tamanha a sensação de paz que eu chegava a não sentir a dor. Não entendia bem o que estava acontecendo. Meu filho inerte, sem vida, as pessoas chorando. Mas, eu sabia que meu filho já se encontrava nos braços do Pai. Agradeço a Jesus por ter me enviado uma pessoa para ficar ao meu lado durante todo o tempo. Pois, o Senhor quis utilizar-se dela para amenizar a minha dor. Toda aquela paz que, hoje sei, foi-me dada pelo Espírito Santo para que eu ficasse de pé, como estou até hoje. Meu filho foi sepultado e nossa separação foi consumada. Apenas fisicamente, entretanto. Sei que ele permanece vivo para sempre em meu coração. Sinto isto. Na manhã seguinte, ao contemplar um novo dia que surgia, perguntei ao Espírito Santo se meu filho Rafael estava feliz em sua nova morada. Queria uma resposta concreta através de algo que pudesse ver. No mesmo instante, próximo à janela de meu quarto, pousou um pássaro que ficou olhando em minha direção por alguns momentos. Foi o tempo suficiente para que eu sentisse novamente aquela paz. Tive, então, a certeza de que a minha pergunta recebera resposta. (LIANA PAIVA, em 15 de dezembro de 2012).

A morte violenta de um ente querido, a par de significar uma lesão ao ordenamento jurídico, implica um comportamento de natureza moral exigido dos familiares, especialmente das mães. A essas, a sociedade impõe o papel de *mater dolorosa*. A mãe da vítima é aquela que sofre. Esse papel é exigido até para que a sociedade — nela compreendidos os amigos e familiares — manifeste seu pesar e sua solidariedade à mãe enlutada. Qualquer desvio desse papel é cobrado.

Isso é muito, essa é uma coisa que facilita a gente conversar, a gente botar para fora, porque as pessoas ficam assim: “Você ainda está chorando?”, e outras chegam e dizem: “Você já está rindo?”, as

peessoas não sabem o que querem. E quando me viam num canto, por exemplo, numa boate eu num negócio desses: “Poxa, tu já estás aqui?”, ninguém sabe o que você passa; ou então: “Tu ainda estás nesse estágio de choro?”; então as pessoas não entendem, quando a gente precisa sorrir, quando a gente precisa lidar com os outros filhos, e a outra mãe que sentiu sabe, entende você, entende quando você quer passar horas falando do seu filho, lembrando quando era pequenininho, o que fazia, chorar quando lembrar, então ela entende cada lágrima daquela, e não vai ficar sofrendo, porque ela já tem o sofrimento dela, ela não sofre por mim, ela sofre pelo sofrimento dela. Então é muito mais fácil (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

O problema reside no fato de que o pesar, o luto, tem que ocupar um espaço que é socialmente ratificado. Fora desse espaço, vêm as críticas, os reparos. É necessário observar as conveniências. Assim, ao mesmo tempo em que impõe um padrão de comportamento às mães, que corresponde ao de mãe sofredora, a sociedade exige delas, ainda, que se resguardem nas manifestações de tristeza.

Como fuga à censura, as entrevistas revelaram, as mães recorrem à fé. O transcendente funciona como fuga à dor da perda e ao sentimento de culpa que acompanha o luto.

É, ajudou, eu sou católica e me criei e casei na Igreja católica, mas procurei algumas vezes já tentei ir ao espiritismo, eu acho que me ajudou algumas coisas me ajudou a me mostrar, meu pai mesmo tentou me libertar disso, da sensação de culpa que eu achava que era minha culpa por ele ter morrido, ter acontecido e eu não ter visto na hora. Então através disso aí eu consegui, que é uma coisa que eu teria que passar eu acredito nisso, que hoje em dia tudo que aconteceu comigo eu tinha que passar, e tudo que aconteceu na minha vida é eu vim para o mundo para essa missão, e se eu vim com essa missão eu vim com força para aguentar o tombo que eu aguentei, essas perdas que eu já tive as superações de separação foi tudo em cima da outra, que até meus colegas me enviaram anjos, verdadeiros anjos que estão no meu caminho para me ajudar nessa trajetória, e daqui pra frente eu não sei qual é os caminhos que eu tenho que percorrer até o final, mas eu tenho fé que a morte de Daniel é uma coisa que enquanto eu não vi aquela criatura que aquilo a gente não pode nem chamar de criatura, pra mim é um monstro, atrás das grades pelo menos se faça justiça, sei que não vai voltar nem ter a vida dele de volta, mas pelo menos vai aliviar um pouco, vai aliviar e até servir de lição para que outras pessoas não passem; hoje em dia eu tento passar para maioria dos pais que amem seus filhos, procurem estar perto deles, cheguem mais perto, conversem, não deixem para demonstrar o que sente só depois que ele morre por que aí já passou, eu sempre dizia e digo a eles: Olhe quem quiser fazer alguma coisa por mim, faça em vida, por que depois que eu morrer não tem mais nada a ser feito (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

Desta sorte, a fé afasta a culpa da mãe e, ao mesmo tempo, justifica e explica a luta empreendida. A exposição pública que resulta da participação em um grupo como o “Mães na Dor” traz à lume práticas nem sempre ratificadas socialmente, nem esperadas de uma “dona de casa”. É o caso da participação em manifestações de rua. Mas, por outro lado, afasta também a censura para o envolvimento permanente que a luta e o grupo implicam.

Eu não me culpo por isso por que por mais que eu queira. Você me vê sorrindo, você já me conhece um pouco, você me vê sorrindo, você me vê chorando, você já me viu dando gargalhada, eu acho que sim, mas há momento em que eu caio e tento me levantar e não consigo, é lá de dentro. É um vaso quebrado, que você não tem forças pra emendar, não é mais a mesma coisa, você não é mais a mesma pessoa (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Para este descaimento, as mães recorrem ao transcendental, a Deus. A fé funciona como apoio, suporte, como amparo para os momentos difíceis. Nesses momentos, a racionalidade exigida pela realidade busca explicações na vontade divina, que é aceita mediante a fé.

A fé me ajudou muito. A fé foi tudo para a gente. Quando nós entramos no Grupo Mães na Dor... Nós somos os únicos que não tomam remédios controlados, nós não precisamos. Também não fomos para psicólogos. Nós nunca precisamos. Para não te dizer que eu não tomei nenhum remédio controlado, eu tomei porque eu estava sem conseguir dormir devido a eu ter visto o carro capotando e eu ficar vendo aqui e eu via a casa rodar, então a médica veio aqui e disse: “Evanice, você tem que tomar para relaxar o organismo”, aí eu respondi: “Doutora, eu tenho medo de ficar dependente desse remédio”, “Não, você não vai ficar. Você vai tomar só esse período”. Então, eu tomei aquele período e quando eu vi que eu já estava boa, não dormindo porque até hoje eu não consigo dormir direito, mas ainda dou aquele cochilo de tarde, vou dormir tarde, vou dormir meia-noite, uma hora da madrugada para ver se quando amanhecer o dia, eu tenha dormido pelo menos um pouco. A fé nos ajudou muito e trouxe muitas pessoas para a igreja, pessoas que estavam com um problema deste tamaninho achando que era um problemão e quando nos escutam dizem: “Meu problema não é nada”. Para mim foi bom, ela era uma menina da igreja, todos os domingos, poderia vir à visita que viesse se chovesse ou se fizesse Sol, estava indo para a igreja dela e ela dizia: “Mãinha, vamos!” e eu dizia: “Vou hoje não” e eu nunca ia. Só ia uma vez perdida quando me dava vontade. Hoje não. Hoje nós estamos bem firmes na igreja. Eu acho que nos ajudou muito. Até para ele, porque nós mulheres, conversamos mais, a gente ri, a gente chora... Eles são mais calados e dessa forma, eu acho que ajudou muito para ele também. Aí vem aquele sentimento dentro de casa, à falta na mesa, à falta no quarto, que a irmã que dormia com ela não é fácil para ela está toda noite ali sem a presença da irmã e tudo elas conversavam, tanto que elas fizeram a prova de vestibular juntas, elas

passaram no ENEM, passaram para a Federal, ela fez para Letras e Ciências Contábeis e passou (EVANICE BARBOSA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Todas as mães, de uma forma ou de outra, disseram-se religiosas. Algumas católicas, a maioria evangélica e uma espírita. Todas remetem-se à fé quando interpeladas sobre a resistência à dor da perda. A fé é tratada como um conceito unívoco, claro para todos. Nas entrevistas nada há que defina a fé. Ela é um sentimento. Somente. É o que se expressa nos depoimentos. Apenas Ana Ramalho refere-se à fé como doutrina.

Muito! Se não fosse a doutrina, se eu não acreditasse em Deus, na força de Deus, na força dos espíritos iluminados e na ajuda deles, ficaria difícil, muito difícil! É preciso acreditar em alguma coisa! Até para sorrir, até para acordar, até para agradecer tudo isso que a gente tem; agradecer ainda meus filhos, sabe, meu filho mais velho, um dia eu conversando com ele disse: “Meu filho, você precisa de ajuda!”, ele estava no acidente, ele ficou com a perna do Mateus no ombro, puxava e falava: “Irmão! Mateus, Mateus!” e fala: “Mainha, Mateus não me respondia!”, ele nunca fez tratamento, nunca fez acompanhamento! Eu faço acompanhamento ainda, eu tomo remédios, ainda faço acompanhamento psiquiátrico, ele nunca fez, e já me disse: “Mainha, a vida para mim é preto e branco!”, eu digo: “Meu filho, você acabou de casar (ele casou em setembro), daqui a pouco vem seus filhos, você precisa ver a vida colorida, você precisa de ajuda, porque a vida aqui na terra ainda continua, e lembre que lá, seu pai e Mateus continuam vivendo! Você não acredita, você é católico, você acredita em...”, e ele: “Mainha, acabou e acabou, e minha vida é preto e branco e pronto!”, eu digo: “Você tem que ver a vida colorida! Neto, a vida é colorida! E você vai ter filhos, você acabou de casar, como é que você vai viver?”, e ele continua: “Não, eu vivo bem com Fernanda, e tudo mais.”. Eu fico triste por conta disso, eu falo a ele que precisamos continuar aqui, da melhor forma possível (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

No que respeita à fé, algumas opiniões são dignas de nota. É o caso de Hiper que, embora reconhecendo a sua importância, confessa seu afastamento da prática religiosa.

Porque estou distante de Deus, eu creio que meu luto hoje chama-se revolta e isso abala muito e que isso me afasta um pouquinho a gente de Deus. Mas por incrível que pareça, ontem enquanto eu estava acordada procurando uma pessoa para falar eu fui falar diretamente com ele, e ele me ouviu, me acalmou e eu me deitei e fui dormir, eu adormeci. Teve um período que eu estava muito, mais muito próxima mesmo a ele, que era só alegria; muita coisa boa que estava acontecendo em minha vida, e eu só agradecendo; mas ai hoje eu estou afastada e quando alivia um pouquinho a dor, quando chega o momento que não adianta eu ir para lugar algum do jeito que eu estou,

não adianta dizer assim: “Ah vá ouvir a pregação, ah vá não sei o que...” É porque vai entrar num ouvido e sair no outro. Eu vou no momento em que ele me mandar ir. Eu vou no momento em que ele me mandar ir, não precisa de um homem dizer: “Olhe eu vou tal dia aqui, para levar você para a igreja!” eu digo que não, porque não é assim, não é bem assim (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

Em outro momento, ela de forma amarga manifesta que poderia encontrar consolo se estivesse mais próxima de Deus. Porém, esse não é o caso. Deus é interpelado. A revolta contra os homens volta-se, também para Deus. Mas, afinal, é necessário apegar-se a algo.

Ajuda. Só que eu estou vivendo um momento difícil. Estou muito distante de Deus e eu já fui muito apegada a Deus. Já briguei com Deus. Eu já passei por um momento de brigar com Deus. De dizer que ele não existia porque se ele existisse, não teria feito isso comigo (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Embora todas as mães ouvidas se declarem cristãs, algumas delas, quando confrontadas com um dos pilares do cristianismo, o perdão, declararam que têm dificuldade em perdoar. É o caso, mais uma vez, de Hiper.

Uma pessoa que te fez tanto mal e você simplesmente dizer: “Eu te perdoo”. É você esquecer aquela pessoa e esquecer que ela te fez mal. É deixar aquela pessoa viver em paz. É deixar aquela pessoa viver. É esquecer. É entregar a vida daquela pessoa a Deus, é deixar aquela pessoa caminhar livre. É deixar aquela pessoa viver em paz. É diferente. Quem perdoa faz assim, faz dessa forma. Mas aonde é que existe isso? Tirar o melhor bem da sua vida e você dizer: “Eu perdoei”, se perdoa, faça com eu falei, vá para casa e aja como se nada tivesse acontecido (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Ela vai mais adiante. Utilizando um raciocínio cartesiano, acha que as mães que dizem perdoar não estão sendo sinceras. Ora, perdoar é esquecer. Significa apagar. Como apagar a vida vivida com o filho amado? O que se quer é lembrar. Não deixar morrer a lembrança, preservar a memória. Quando indagada sobre o perdão, ela foi enfática:

Não e nem acredito em nenhuma mãe que diz que perdoa o assassino de seu filho. Eu não acredito, sabe por quê? Porque aquela mãe que diz: “perdoo”, se perdoa, vá para a sua cama a noite espere pelo o seu dia, vá para a igreja, não venha gritar na rua por impunidade, não. Não venha gritar na rua por justiça, não. Você já perdoou? Então deixa aquela criatura viver a vida dele (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Outras mães, porém, como Liana e Francisca não somente consideraram possível o perdão como, segundo dizem, perdoaram os assassinos de seus filhos. Liana disse:

Já perdoei. A certeza eu tive lá no Tribunal quando eu fiquei diante dele. Eu tinha dúvida e ficava me perguntando: “Será que eu perdoei mesmo?” As pessoas não acreditavam que eu tinha perdoado, mas eu tinha certeza. E ficava me perguntando: “Meu Deus, será que eu o perdoei mesmo, será que quando eu vê-lo (eu não conhecia ele) será que eu perdoei mesmo, o que é que eu vou sentir?” E eu passei 15 minutos olhando para ele, buscando o olhar dele e eu não tive raiva dele. Eu só senti foi muita pena dele (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril 2013).

O olhar, para Liana, é essencial. Por ele, pode-se perceber o interior das pessoas. Neste sentido, a máxima de que os olhos são o espelho da alma aplica-se à perfeição. É o que ela afirma, quando define o perdão.

Perdoar é conseguir olhar. Porque basta eu estar chateada com alguém, que eu não consigo nem olhar para a cara da pessoa. Eu passei 15 minutos olhando para ele. Eu sou capaz de dar um abraço nele. Eu sou capaz de ajudá-lo se ele precisar de mim (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Por seu turno, Francisca, no dia do julgamento dos assassinos de seu filho, dentro do Fórum Criminal, disse a eles que os perdoava.

Não fiquem com raiva de mim, não. Eu estou fazendo o que qualquer mãe faria no meu lugar. A única coisa que vocês têm que fazer agora é se arrepender diante de Deus do que vocês fizeram, porque não há um só pecado que Deus não perdoe através do arrependimento sincero. Vocês podem se arrepender do que vocês fizeram. Porque as algemas que prendem você aí, não apagam um milímetro da dor que vocês causam dentro do meu coração todos os dias, quando eu sinto falta do abraço do meu filho, do cheiro dele, da voz dele chegando à casa cheio de entusiasmo, do feliz dia das mães. Essas algemas que vocês estão não apagam isso e não vão apagar nunca. Mas, Deus pode perdoar vocês se verdadeiramente se arrependerem porque o que vocês fizeram comigo, não vai ser uma ponte que vai me conduzir ao inferno, à falta do meu perdão, não vai. Porque diante do meu Deus vivo que eu sirvo, eu digo que eu perdoo vocês de todo o meu coração (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Para ela, o perdão consiste em uma atitude que reconcilia quem perdoa com Deus e não com quem se perdoa. O perdão, embora direcionado a quem causou o dano, na verdade é algo cujo fim é a reconciliação com a divindade.

Eu sinto muitas vezes, diante da fisionomia deles, eu sinto dó. Sabe por quê? Quando eles mataram o meu filho e quando eles praticaram outras atrocidades com outros que eu nem sei quantos, ele estavam

fazendo aquilo, não só porque eles queriam, mas porque eles não conhecem o amor de Deus. Se eles conhecessem, eles não teriam coragem de matar um animal, porque todo aquele que conhece a intensidade do amor de Deus e do que o amor de Deus é capaz de transformar na vida de um ser humano, eles não teriam coragem de praticar nenhum mal com ninguém. O meu maior desejo era que eles viessem conhecer a Deus. Porque eu disse a eles lá: “Se arrependam do que vocês fizeram, diante de Deus porque quando vocês sentirem o amor de Deus, nunca mais vão fazer isso, o que vocês fizeram com o meu filho, vocês não vão mais fazer com ninguém”. Mas eu não terminei com eles, eu não terminei. Falta eu ir até eles para falar da intensidade desse amor e o que esse amor faz na vida do ser humano. Quando eu falei com eles, eles estavam algemados no tribunal, estavam sendo julgados, eles podem não ter armazenado bem as minhas palavras, mas eu preciso dizer para eles. Eu já perdoei e já disse isso a eles. Eu já perdoei, com o meu coração. Sem Deus, sem essa fé que me move, sem a fé que colocou dois assassinos em minhas mãos, que abriu porta de secretaria, porta de juiz, que abriu porta de tudo... Sem essa fé eu não teria conseguido. Eu não estaria de pé. Sem esse Deus, eu não teria aceitado perder o meu filho da forma brutal que eu perdi. Eu não conseguiria de jeito nenhum (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Nesses dois depoimentos, há algo que chama a atenção. Eles foram prestados pelas duas mães que demonstram haver melhor trabalhado seu próprio luto. Suas respostas no que tange à luta deixa claro que a própria contradição apontada por Hiper de que é impossível perdoar e continuar lutando por justiça é respondida.

Eu sei, porque é espiritual. Porque esse caso é todo espiritual desde o início. Desde o início que eu sinto. Então eu sei que ele vai ser condenado. Eu já sei de tudo. Eu só queria que passasse logo essa parte. Porque eu vou sofrer muito ainda. Vou ter que lembrar. Então quero que termine logo isso para ele viver a vida dele lá, que ele vai colher o que ele plantou, e eu seguir com a minha dor. Pague. Porque é a lei. Ele não pode ficar impune. Tudo que eu faço tem um retorno. Se fosse meu filho eu o entregaria para justiça. Então, eu não posso deixar que ele fique impune não. Ele tem que pagar até para ele crescer e aprender a ser gente (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Já para Francisca, apesar de que, em seu caso, a justiça foi feita. Os assassinos foram encontrados, julgados e condenados. Sua contribuição à luta deve acontecer porque é um dever de cidadania. Há uma experiência que angariou ao longo de sua luta solitária que deve ser socializada.

Eu acho que foi preciso eu sentir esse impacto para que não só eu me salvasse, mas que através desse testemunho de fé, eu possa trazer outras pessoas que estejam enveredando por um caminho sem volta. Porque eu digo que foi uma preparação de Deus, porque eu tive primeiro esse sonho, que em uma festa eu o perdia, ele se perdia, e eu

perguntava para todo mundo desesperada, quando passava assim, em um banheiro público e tinha um senhor sentado na porta, aí eu perguntava: “moço, o senhor não viu um rapaz assim e assim?”, e ele respondia: “Sim. É aquele que está ali?”, e apontava James assim, quase de bruços, todo cheio de sangue, todo espancado, perto da bacia sanitária. E eu disse a ele: “Filho, eu tive um sonho terrível com você, cuidado por onde você anda meu filho.” Eu tinha dito a ele e contei para ele o sonho (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Neste sentido, aquilo que falta a Francisca realizar, falta a Liana, também, falar da fé ao assassino de seu filho.

Eu tive vontade de procurá-lo. Para perguntar por que ele fez isso. Por que você fez isso? Mas, ele estava bêbado e drogado. Então, não adianta eu perguntar a ele. Aí passou a vontade. Hoje eu não tenho mais vontade. E penso... No dia que ele for condenado eu vou fazer uma visita para ele. Para falar de Deus para ele. Vou dizer pra ele que meu filho está em um lugar maravilhoso, e que ele também pode ir para esse lugar. Vou dizer isso para ele porque outra pessoa não vai dizer. A mãe dele não vai dizer porque ela não sabe o que é isso. Porque se ela soubesse, ele não seria a pessoa que ele é. Na realidade ele foi vítima da família. Então eu não disse nunca isso para ninguém, porque se eu disser o povo não vai deixar. Quando eu for ninguém vai saber. Mas, eu só vou fazer isso depois da condenação dele. Antes, de jeito nenhum. Então, terminou assim para mim essa parte da luta. Bom, eu já falei. Eu já sei que vai ser assim. Então, não tenho dúvida sobre isso. Aí, então, vou fazer essa visita. Não sou Madre Tereza de Calcutá, nem sou nada de santa, estou longe disso, mas eu devo isso e vou fazer isso. Eu vou dizer para ele a verdade que eu conheço, e depois que eu disser pra ele eu estou livre dele (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Para Ana Ramalho, o perdão, apesar de necessário, aconselhável e pregado pela doutrina espírita, que segue, é um objetivo distante e, por enquanto, inalcançável.

Eu acho que é possível perdoar! Eu não cheguei nesse estágio de sublimação, eu ainda não atingi esse estágio, meu crescimento espiritual ainda está muito baixo, eu ainda estou muito humana, como dizem as histórias, ainda estou muito humana para perdoar João Paulo, eu não sei se eu conseguiria ainda. Perguntam-me se tenho ódio dele, mas não, eu não consigo ter ódio dele, não é ódio que tenho dele, eu só me questiono que ele podia ter tido uma escolha diferente, até porque as meninas de dentro do carro pediram para ele mudar o comportamento dele, e ele não escutou. Mas eu ainda não tenho como perdoá-lo, ainda não, ainda preciso de muita caminhada, ainda sou muito humana para perdoar João Paulo, pelo o que ele fez. Eu acho que perdão é você aceitar o erro do outro, aceitar que ele errou e conviver com esse erro. Então assim, numa briga onde palavras são ditas, palavras que são ditas; quando eu perdoar, quando acontece isso que eu perdoar, é porque eu começo a entender o porquê aquela pessoa fez aquilo, então eu entendo, eu entendendo eu chego a perdoar. Eu não entendo ainda a atitude do João Paulo, eu não consigo perdoá-lo;

enquanto eu não entendo, eu não aceito aquela atitude, para mim o perdão é você aceitar o que a pessoa fez e ter uma resposta para aquela atitude dele; e se eu me colocar: “será que eu não faria isso também?!”, então se eu sou capaz de fazer eu sou capaz de perdoar, eu sou capaz de entender a atitude daquela pessoa, mas quando eu não consigo entender e aceitar, eu não perdoou (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

A fé, especialmente a cristã, implica alguns elementos fundamentais que os seus adeptos seguem. Entre esses valores está o da vida eterna e da salvação. Para onde foram os filhos mortos? Foram salvos? Essa parece ser, uma das questões que incomodam as mães. Há desde dúvidas a respostas surpreendentes em torno do tema. Hiper tem dúvidas.

Domingo aconteceu algo muito estranho nesse quarto, eu cheguei perto de mamãe e estava alisando ela, e Fátima do lado e fiz “ai”, eu fiquei pensando será que minha filha está aqui? Será que existe espírito? Hoje me pergunto de que religião eu sou? Hoje eu digo a você que eu sou Batista. Eu quando estou lá eu amo, eu louvo, eu agradeço tudo, eu saio diferente. Tem dias que eu não quero ir e não vou. Eu fui para o espiritismo, eu fui para Igreja Católica e fui muito bem recebida pelo padre José Carlos, ele é maravilhoso, faz cada oração, cada missa linda para minha filha. Ele é fantástico. (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 12 de junho de 2012).

Já Francisca, de modo inusitado, considera que a morte de seu filho foi permitida por Deus para salvá-la. No que respeita à salvação do filho, ela não tem mais porque se preocupar. Já entendeu o propósito de Deus. Perguntada se James está salvo, a sua resposta surpreende:

Eu não sei. Hoje, não muito. Mas já me angustiou muito. Eu não sei qual a direção que Deus tem. Eu não sei se meu filho foi salvo. Eu queria tanto que ele tivesse sido. Eu queria não, eu quero (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Mas, essa angústia é passageira. Deus pretendia, de fato, salvá-la:

Uma vez no meu trabalho, uma pessoa sempre me convidava para ir à Igreja, para ouvir a palavra e eu sempre dizia que eu ia depois. Aí ele disse: “Irmã, eu digo a senhora uma coisa: Não há empecilho para aquele escolhido de Deus chegar a Deus, porque se tiver algum empecilho, Deus tira. Pode ser o pai, o marido, a mãe. Deus é a essência de tudo, sem Ele nós não somos nada. Pode parecer até cruel, mas se for assim para a gente ter que chegar junto de Deus, Ele tira até o filho”. Eu não me esqueço disso e pouco tempo depois, James foi. Mas só que teve toda uma preparação. Deus, através de um sonho, muito antes, eu vi James morto. Só que era dentro do banheiro de uma festa pública, eu encontrava James todo machucado (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

A aceitação, porém, desses ensinamentos da fé não se dá de modo manso e pacífico. Embora sejam consoladores, não deixam de portar contradições. Por que Deus permite a violência? Por que Deus permitiu que uma pessoa boa fosse vítima do mal? Essa é uma questão que povoa o espírito da humanidade. Qual a raiz do mal, em um mundo criado por um Deus bom. O clamor de Francisca ao descobrir seu filho morto no IML é tocante:

Eu fui lá para fora e eu não sei se eu estava com raiva de Deus. Eu não sei. Eu acho que eu estava naquela hora. Eu olhei para o céu com uma raiva muito grande. Eu não sei, eu acho que eu queria colocar a culpa em Deus. Eu olhei para o céu com uma raiva muito grande e disse: “Está vendo? Por que o Senhor não cuidou dele? Deus, eu disse ao Senhor para que toda vez quando o meu filho saísse de casa que o Senhor não deixasse ninguém judiar com ele? Eu não dizia ao Senhor para que cuidasse do meu filho? Me diga por que foi que o Senhor não cuidou dele! Me diga por que foi que o Senhor deixou acontecer isso com o meu filho? Eu não dizia ao Senhor toda vez que ele saía de casa para não deixar que ninguém tocasse no meu filho? Me diga por que foi que o Senhor deixou acontecer uma coisa dessas com o meu filho?”. Joguei o capacete fora. Não. De jeito nenhum. Só causou naquela hora porque eu ainda não entendia as coisas de Deus. Eu não entendia que Deus tem para todo ser humano, um plano e tudo que Deus quer é salvar a sua criação. Aqueles que ele formou com as suas próprias mãos, diferença das outras ordenações dele. “Faça-se a luz” e se fez a luz. Ele poderia muito bem e dizer: “Faça-se Aninha” e Aninha ser prontamente feita, mas ele não disse. “Faça Francisca, faça James...” Ele poderia. Ele é dono de todo o poder. Mas, Ele fez com as suas próprias mãos e ainda disse mais: “Façamos o homem a nossa imagem e semelhança” (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Hiper também está perplexa. Porém, a aceitação de sua dor como inevitável se dá à medida que percebe a dor das outras mães. A consciência de que não está sozinha, de que outras mães passaram pelo mesmo transe e entendem a sua dor, traz-lhe o mínimo de equilíbrio de que precisa para não curvar-se à dor e lutar. Um elemento está presente na luta dessas mães: o compromisso com a memória dos filhos. A luta reflete uma promessa feita em algum momento de que o responsável pela morte temporã será punido. Portanto, não lutar é trair o filho.

Nota Final

Neste capítulo, busquei abordar as mutações da dor na vida das mães em sofrimento. Mudanças que vão desde a vida pessoal, ao cotidiano doméstico, à vida familiar e social. Por outro lado, há uma mudança pessoal, uma transmutação alquímica. A pacata dona-de-casa torna-se uma lutadora. Qual o segredo? Qual a pedra filosofal

que propicia essa transformação? Qual o caminho percorrido do luto à luta? Procurei traçar a trilha.

O que o campo permitiu perceber é que a impunidade, objetivamente constatada na sociedade brasileira, onde os ricos e poderosos não costumam ser condenados e presos, desempenha um papel importante na construção da sociabilidade que faz surgir o grupo e fundamenta sua luta. O sentimento de repulsa à impunidade, que Barrington Moore Jr (1987) chama de indignação moral, é em grande medida responsável por alimentar a combatividade do grupo.

Afinal, a fé. Esse sentimento difícil de abordar, que em sua objetividade social exerce influência sobre o comportamento de multidões, parece funcionar como justificativa moral para a luta e para o sofrimento a que estão expostas as mães entrevistadas. As formas de expressão dessa luta, dessa indignação moral, devem ser estudadas para que se tenha clareza sobre o perfil mais fiel do grupo analisado.

CAPÍTULO IV

AS EXPRESSÕES DA DOR

A dor da perda deixa marcas. São marcas indeléveis, tatuagens. A dor, assim, muda, transforma-se, porém, está sempre presente nas pessoas que marca. Não dá pra calar. É necessário exprimi-la para não sufocar. Como canal para exprimir a dor da perda de seus filhos, o grupo “Mães na Dor” encontra estratégias para fazê-lo.

Constituído à margem dos grandes centros, mas refletindo a mesma problemática enfrentada por toda sociedade brasileira, o grupo representa uma estratégia de enfrentamento de uma situação que se torna crônica na realidade nacional: a leniência dos poderes públicos no cumprimento de suas obrigações de prover a sociedade de segurança e justiça. Reflete também o duro caminho de constituição e afirmação das individualidades.

Conforme observa Koury (2003, p. 56-57), a sociedade brasileira, embora tributária do legado europeu graças à colonização portuguesa, em virtude da formação da nacionalidade conserva traços que marcam sua singularidade. Assim, o processo de urbanização que, na Europa resultou em sociedades afluentes, no Brasil, o avanço material, que amplia a capacidade de consumo da população, traz em seu bojo quase que somente o aumento da violência.

Por estas plagas tropicais, os processos de individualização nunca conseguiram ser implantados. O Estado sempre foi a referência da sociabilidade brasileira. Em suma, não há sociedade. Nossas elites não são modernas. Esse é o problema brasileiro.

O período marcado pelos governos militares e o exercício predatório do poder pelas elites aprofundaram na população o descrédito pelas instituições, especialmente em relação ao Poder Judiciário.

Com efeito, ao longo de décadas, o que se tem observado é a impunidade alastrar-se. Esse descrédito pelas instituições parece aprofundar a certo viés autoritário no seio da sociedade. Em outros termos, como as instituições não funcionam, ou não funcionam a contento, a população é levada a buscar exercitar as suas próprias razões, ou fazer delas o parâmetro para estabelecer a verdade da Justiça.

Por outro lado, o estilo de vida vertiginoso da modernidade, a urbanização, que leva ao crescimento desordenado das cidades, aliado a políticas de segurança pública equivocadas criaram zonas conflagradas e bairros inteiros sob o domínio da criminalidade.

A face da violência urbana mudou nos últimos decênios. As grandes cidades conheceram, então, as chacinas, os assassinatos misteriosos, as execuções sumárias, crimes de vários tipos. A tudo isso, alia-se o crescimento da violência contra mulheres, homossexuais, negros e pobres, principalmente. O resultado consiste no aumento do número de famílias enlutadas.

Como visto anteriormente, as noções de violência e impunidade contribuem de forma especial para a compreensão da sociabilidade que leva à constituição do grupo “Mães na Dor”. Anote-se, por oportuno, que em todo ato de violência há como que a falência da palavra, do campo simbólico.

Assim, a violência pode ser identificada quando ocorrem situações de coerção, de exclusão do espaço social, o abuso da força e o impedimento da palavra (COSTA, 2003, p. 35). Quando isso ocorre, o que fazer para expressar os sentimentos? Como, pois, comunicar a dor? Como expor, publicamente, a indignação pela injustiça? Como clamar contra a impunidade? Como denunciar o descaso das autoridades? Três elementos conjugam-se para atingir esses objetivos: as mobilizações, a que chamam caminhadas, a ocupação de espaços na mídia e as fotografias.

O pranto

Expressar a dor é uma necessidade quase orgânica. Uma das formas mais eloquentes de expressá-la é o choro. Todavia, o choro é negado às mães que perderam seus filhos para a violência. Esse ato simples é-lhes negado no espaço onde maior liberdade para fazê-lo elas teriam: a família. Por quê? A resposta leva, no meu entender, à explicação do porque da existência do grupo.

De forma generalizada, ao serem indagadas sobre o choro, as mães responderam que não o fazem diante de seus familiares. As razões variam, porém, há um sentimento de pudor, vergonha mesmo, de expor suas emoções diante dos familiares. A incompreensão, a recusa de partilhar da dor é evidente. Hiper, em sua entrevista de maio de 2013, afirma que não tem paz.

Não tenho paz! Porque é aquela coisa. Existe o lado de sempre você achar que está bem e de repente vem as notícias de que fulano está vivendo bem, fulano estava em um motel e isso incomoda. Ou então, dizerem que sente muito, sua filha tão nova. Eu gosto de falar da minha filha como eu tinha dito a você, de cantar, de brincar, de sair, de ir pra festa comigo, é assim que gosto de falar de Thaís (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Essa, entre outras, é a razão por não chorar na frente da família. Eles, simplesmente, não entendem seu sofrimento. O universo da dor, para os familiares, é passageiro. Para as mães, não. Embora o luto seja uma fase, a dor permanece. É como se para os familiares existisse um tempo delimitado para a dor ser sentida e e exposta. Passado esse momento, a exibição da dor é impertinente. Afinal, existem as obrigações do cotidiano. A família deve ser cuidada. Pra as mães é diferente. O tempo da dor é infinito. No caso das mortes violentas, como é o caso de todas elas, à dor da perda liga-se a dor da revolta pela injustiça. É como diz Ana Ramalho:

Porque você acordar todo dia, revoltada, é uma dor que se soma à sua dor de perda. A raiva, a revolta de ver que aquela pessoa está solta, eu acho que é o que Hiper sente, o que Gláucia sente. O de Gláucia acabou. Mas, acontece que ela tem a revolta de o cara estar solto. Então a dor dela é muito grande. É potencializada. Porque tem as duas dores: a da injustiça, a revolta, e a da tristeza, a dor da perda! (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Entretanto, passado o choque inicial da perda, os familiares, tendem a retomar suas próprias vidas, seus afazeres. Passam a cuidar de seu cotidiano, sentindo, é certo, a ausência do ente querido, em maior ou menor grau. Mas, estão longe de compartilhar os sentimentos da mãe que sofre.

Não. Não choro na frente da minha família porque pra minha família, Thaís hoje é só saudade, e eles acham que me poupam. Não falar de Thaís é me poupar, não sabendo eles que falar de Thaís pra mim é a melhor coisa do mundo. Thaís pra mim é, apesar da saudade, é um passado que eu faço questão de falar. Para mim, lembrar o que a gente viveu trás uma alegria. Então, de repente, vem o acontecimento. Vem a verdade. Aí isso destrói. É quando você não consegue andar. Acaba com você. Você diz: cadê minhas forças e de repente tudo desaparece (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A solução é chorar sozinha. Ou, aqui chega-se ao cerne da questão da sociabilidade que dá origem ao grupo “Mães na Dor”, junto a alguém que entende essa dor. Os familiares, que deveriam compartilhar, estão preocupados em seguir adiante, jogar a morte para debaixo do tapete do dia-a-dia. Portanto, buscam esquecer. Não é esse, porém, o caso. O que fica evidente é que, mesmo nessa hipótese, há uma relação

do morto com os vivos. Ela se dá através da dor da mãe. Ela insiste em lembrar, lembrar, lembrar... Lembrar ao infinito.

Mudam assunto, não querem falar, ficam em silêncio, respeitam de uma forma. Acham que o dia das mães agora, me oferecer um banquete é o necessário, acham que encher minha casa de netos é o necessário, acham que me dá uma lembrança ou um presente bom é o necessário, mas não é. Nem preciso responder. Seria necessária uma simples festa que foi a última festa que nos fizemos na casa da minha irmã, com uma pequena mesa com um peru, um champanhe e muitos salgados, mas estávamos todos ali. Eu, minha mãe na cadeira de rodas e meus filhos. Pra que melhor que isso? Pra que dia das mães irem para um restaurante ou pra casa de alguém comemorar com aquele vazio. Tem como deixar esse vazio em algum lugar? Não tem. Pra onde eu for ele vai comigo (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A própria relação com os filhos mudou. Thaís torna-se um assunto tabu. Constitui algo a ser esquecido. Por essa razão, a luta de Hiper incomoda. Lembra a cada momento uma realidade a ser olvidada.

É por que você perguntou se eu choro. Eu não choro, se eu tento conversar sobre Thaís eles mudam a conversa. Como eles reagem? Em silêncio, ou então, se chegam com outro assunto. (...) Mudam assunto, não querem falar, ficam em silêncio, respeitam de uma forma (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Do mesmo modo, no que tange à luta pela realização da justiça. Descreem da luta, do esforço do grupo. Atribuem os resultados ao próprio desenrolar dos acontecimentos. Não valorizam a persistência, o denodo e a valentia demonstrada ao longo da luta.

Alguns dizem o seguinte, alguns dizem que para chegar até onde chegou, não precisava de advogado. Alguns. O mínimo possível. “Porque você mostrou que é guerreira, que é lutadora e o quanto você amava a sua filha e o quanto você ama a sua filha. Isso chegou até onde chegou, porque você fez por onde”. Outros dizem assim, como eu ouvi essa semana. “Está acontecendo da forma que era para acontecer. A senhora não tem nenhum pouquinho, não tem nenhum pouquinho do seu dedinho em tudo isso”. Isso dói. “Influência? A senhora acha que isso influenciou? Ir para a rua gritar. Não. Isso passa e vão dizer que você é baderneira, fica fazendo baderna no meio da rua. Seria bem melhor se a senhora voltasse para a sua igreja”. Quer dizer, são coisas que eu escuto que me ajudam também em dizer em não saber como eu vou acordar amanhã. O problema é esse. Alguns me parabenizam pela minha luta. De centenas, hoje me acompanham dois ou três. Meus filhos não me acompanham porque acham que não devem. Mas também não me pedem: “Mainha não vá”, Mainha não vai o quê? Quando eles menos esperam, eu já estou na televisão.

“Mainha, onde você está?” “Estou no tribunal de justiça” “Mainha, onde você está?” “Estou em Brasília”. A última vez que eu fui para Brasília, ninguém tomou conhecimento. Fui para casa da minha irmã e da casa da minha irmã, através de Celinha, nós fomos embora. Mas ninguém tomou conhecimento. Meus filhos vieram saber quando eu fui para Guarulhos (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Há situações em que a mãe chega a fazer uma leitura favorável onde a censura é evidente. A conduta dos familiares, mesmo os mais próximos, é, quase sempre, de passividade diante dos acontecimentos. A atitude é de deixar como está. Há certo comodismo. Espera-se que as instituições funcionem. Caso isso não ocorra, passa-se à crítica. Somente isto.

Eles apoiam. Eles não aceitaram a situação como Daniel morreu. Porém, eles dizem: a senhora não pode ficar vinte e quatro horas pensando em justiça, a senhora tem que viver também. Mas, no resto eles dão apoio. (LENYSE GUIMARÃES, entrevista em 08 de abril de 2013).

Ou, então, o não chorar diante da família obedece a razões altruístas. Todavia, nas entrelinhas, pode-se perceber que a razão é outra: há receio de censura dos familiares.

Não, eu não me sinto a vontade não. Eu evito ficar falando, evito comentar. Aqui em casa, por exemplo, por causa de César e Calebe. As mães sempre evitam. Às vezes eu quero chorar, mas eu engulo o choro e me fecho que é pra eles não me verem triste, nem chorando, por que pra eles sempre fui aquela mãe, aquela esposa, que enfrentou problemas então... Eu tinha uma amiga que sempre de dizia assim: “Edineusa tu parece ser de concreto, te jogam pra lá, te jogam pra cá tu nem quebra, nem lasca.” Mas, não é não. A gente quebra, a gente lasca. Eu tive que manter aquela postura. Não choro na frente de ninguém. Só sendo em alguns casos. Às vezes, duas vezes em frente à TV Tambaú e TV Cabo Branco, que já vieram aqui fazer entrevistas, já duas vezes. E só assim nesses momentos que eu choro um pouco. Mas pra eu chorar mesmo tem que ser escondido de todos. Pra... Eu nem sei, eu acho que deva ser coisa... Não, não é coisa da minha mente. Não. É que pra eles eu sempre fui a durona. É pra que eles não sofram. Só pra que eles não sofram. A minha mãe, por exemplo, se ela me vê chorando, ai pronto me isolo e engulo o sofrimento pra que eles não sofram pra que eles não vejam. Por que assim eles não têm a estrutura emocional que eu tenho. Eu finjo que tenho, mas não tenho (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

Em geral, as mães evitam demonstrar tristeza na frente de seus familiares, filhos ou não. O motivo é sempre evitar a dor deles. Entretanto, o que está por traz é, de fato, o medo de ser repelida. Isso fica evidente do depoimento de Hiper. Mas, fica,

igualmente, claro que, embora haja a necessidade de dividir o que se sente, há um limite social para esse compartilhamento. Há um lugar onde isso é possível, porque é pago: o divã do psiquiatra.

Porque eu acho que a dor deles já é tão grande, que me ver sofrendo aumenta muito mais! Que quando eles falam da dor deles eu acho muito grande! É como o Vitor disse: “*Eu perdi o meu melhor amigo! Meu referencial de homem, que era meu pai!*”, então assim, eu acho que a dor deles é tão grande, por isso que às vezes eu também, eu não sei se sou muito egoísta, porque eu não ligo para ninguém, adoro quando me ligam e falam: “*Ana, eu estou péssima!*” e digo: “*Vou aí!*” e vou e converso e fico com a pessoa! Mas eu não chamo ninguém! (...) Porque eu acho assim, se eu ligar e disser que eu não estou bem, elas chegam; mas e se essa pessoa tiver alguma coisa para fazer, está numa coisa boa e vai sair para me acudir! Não, eu tenho que me resolver, então eu sou muito egoísta, é um egoísmo meu, quando eu estou assim, chorando, eu me tranco, choro sozinha. Fico sozinha, e não divido. Só divido com minha psiquiatra. Aí ela escuta, ela escuta tudo. Aí eu passo a manhã todinha. E choro e falo tudo, e pronto! Toda terça-feira eu estou lá. É a pessoa que eu divido. E os outros não merecem, não merecem hoje (ANA ARAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

No que respeita à luta por justiça, a atitude dos familiares é a mesma: omissão. Entender essa passividade talvez seja um bom campo de estudo. Todavia, para o objetivo da presente análise é suficiente a constatação de que as mães são deixadas, pelos familiares, solitárias em sua dor e em sua luta.

Todos davam o maior apoio. Mas nunca se envolveram. Até aqui, com os meninos, eu disse: “*Olhe, eu vejo os filhos de Fátima Lopes na maior luta, as meninas sempre na televisão!*”, e eles nunca se envolveram. Então eu era muito sozinha. Eu e a filha de Antônio, Nina; eu e Nina que estava sempre nessa luta, só que Nina, eu dizia: “*Nina, tu precisa... sabe?!*” Então assim, eu e Nina muito, mas eles... Nas primeiras idas lá no canteiro, lá no local do acidente eles iam, tem fotos, assim: missa de um mês, dois meses, pronto, só; aí um ano! Por exemplo, Vitor, começou a participar mais, quando tinha um evento, para falar ele ia, mas Neto nunca se envolveu! (ANA ARAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Por outra banda, existem situações como a de Célia em que os familiares, embora solidários, são passivos diante da luta.

A minha filha ela fica calada, ela sai. Elson fica dando palavras de conforto, dizendo que a gente ainda vai se encontrar, que todos ainda vamos viver juntos novamente. Ele fica dando força, mas na realidade ele está chorando por dentro também (CÉLIA NASCIMENTO, entrevista em 09 de maio de 2013).

Por seu turno, situação mais aflitiva é a vivida por Theresa Christina. Ela enfrenta a oposição, a insensibilidade, do próprio marido. O fato, no entanto, evidencia a solidão vivida pela mãe. Onde buscar conforto?

O meu marido é uma pessoa fria. Ele não me deu apoio, não me dá apoio que eu realmente necessito. O apoio que eu tenho na minha família é da minha mãe, pai, irmãos, sobrinhos e sobrinhas, cunhado. Mas meu marido, não. Meu marido só sabe por a comida na mesa e pagar as contas. Às vezes ajuda nos afazeres de casa, em uma louça, dar banho no filho, dar o mingau, fazer o mingau. Mas, o apoio, aquele apoio, aquele ombro, aquele colo que eu preciso, não tenho (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Mas, o problema maior é quando se trata do enfrentamento da questão relativa à injustiça. No caso de Theresa Christina, trata-se de investigar e descobrir os assassinos e estupradores de sua filha. Aí reside a principal resistência dos familiares.

Uns concordam, outros tem medo, outros dizem que eu estou me arriscando muito. Mas, é como eu digo sempre para eles, é um risco que eu vou correr para descobrir. Se for preciso eu perder a minha própria vida para descobrir quem matou a minha filha, eu vou correr e eu não vou parar (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Um dos depoimentos mais tocantes sobre a expressão da dor pelo choro veio de Liana Paiva. Ela diz que evita chorar diante de seus familiares, principalmente de seu outro filho. Afirma que é para poupá-los. As razões reais, todavia, parecem ser as mesmas que as das outras mães. Mas, o que chama a atenção em seu discurso é o local onde ela chora: em baixo do chuveiro! Por que? Porque as lágrimas se confundem com a água e ninguém vê.

Contudo, a indiferença é mais agressiva. É com indiferença que os familiares encaram a luta das mães por justiça. Principalmente, como na hipótese de Francisca Santos, que se revestia de uma dificuldade adicional: descobrir os responsáveis pela morte de seu filho.

Com indiferença. Não sei se é porque eles sofrem também... Não sei. Eles falam a mesma coisa que as outras famílias fazem: “Você chorando vai trazer ele de volta?” Isso magoa muito, porque eles não sabem a intensidade dessa dor. Diziam que eu estava ficando louca. Diziam que eu realmente tinha perdido o senso. A minha família. Meu filho nunca se manifestou, não. Ninguém acreditava que essa justiça ia ser feita e que eu iria encontra-los. Ninguém acreditava. Eles sempre diziam assim que depois da morte de James... O que movia todos eles era o pânico, o medo. Até hoje eles dizem: “Você foi uma louca.”

Apesar de eles verem o que eu fiz, o risco que eu corri, mas que em nenhum momento na minha vida que eu ia deixar a morte do meu filho, com uma interrogação: “Porque mataram aquele menino daquele jeito? O que ele teria feito?” Eu tinha a convicção de que era um menino de bem, que era uma pessoa trabalhadora, ali era, como eu já te falei, a essência do amor com todas as pessoas. Eu não ia deixar que ficasse do jeito que estava (FRANCISCA SANTOS, entrevista em 02 de abril de 2013).

Afinal, às mães resta procurar quem as entenda, quem compartilhe sua dor. Em outras palavras, buscam outras mães que perderam seus filhos. Estas são capazes de compreender o que sentem porque sofrem a mesma dor. Não por acaso, somente elas!

A mobilização

Ao longo de mais de um ano, acompanhei o grupo “Mães na Dor”. Era necessário, por um lado, para ganhar a confiança das mães e, por outro, a fim de conhecer melhor sua atividade. A convivência fez-me perceber que, após perder a base física que funcionava no CEAVV, o grupo passou a depender das redes sociais para fazer circular as notícias, convocar eventos ou, simplesmente, expor suas emoções. Registrei em meu diário de campo algumas dessas andanças.

No dia de finados de 2012, algumas mães do grupo se reuniram no cemitério Parque das Acácias para visitar o túmulo de seus filhos e conceder entrevista para algumas emissoras de TV, que queriam produzir reportagens com aquelas mães e queriam que elas falassem das suas dores, saudade, etc.

Em 15 de dezembro de 2012, um sábado, houve uma missa para marcar o aniversário de um ano das mortes de Daniel e Rafael. Após a missa, foi realizado mais um “evento” do grupo. Todos se dirigiram para o busto de Tamandaré em Tambaú, com o auxílio de um carro de som. Fez-se, ali, uma manifestação onde o pai de Rafael, José Patriota, e Lenyse, mãe de Daniel, fizeram “discursos” denunciando o crime e clamando por Justiça. Liana, mãe de Rafael, não quis falar. Porém, durante a missa, foi lida por um amigo da família uma mensagem escrita por ela. Hiper, como sempre, estava presente e discursou. Na ocasião, foram colhidas assinaturas em um abaixo-assinado para a mudança do Código Penal.

Nessa ocasião, tive oportunidade de conversar mais uma vez com Hiper. Ela me falou do processo de Aryane Thais e de como estava a sua vida. Convidou-me, ainda, para uma feijoada que o grupo realizaria no dia seguinte (16/12) em um abrigo para idosos. Seria a comemoração do Natal do grupo.

No dia 25 de fevereiro de 2013, iniciamos os preparativos para a comemoração do Dia Internacional da Mulher (08/03). No dia 03 de março, encontrei-me com Hiper no chá de bebê de seu neto nascituro (Henrique). Ali pudemos conversar um pouco sobre sua família e sobre Aryane Thaís.

No dia seguinte, 04 de março, nos encontramos e fomos em busca de “ajuda” para o evento (camisas, carro de som, faixas, banners, balões). Durante o dia, Hiper recebeu a notícia que a Deputada Federal Keiko Ota havia conseguido uma audiência com o Ministro do Superior Tribunal de Justiça relator de um Agravo interposto pelo acusado de assassinar Aryane Thaís.

Ela tentou, por todos os meios, ir a Brasília. Tentou comprar a passagem, mas estava muito cara. Buscou junto a vereadores, deputados, ao Centro de Referência da Mulher e nada. Conseguimos alguma ajuda para o evento, mas a passagem estava muito em cima já que a audiência era para a quarta-feira (06/03). Hiper ficou arrasada.

Na quinta-feira, 07.03, houve uma sessão na Assembleia Legislativa da Paraíba em homenagem às mulheres e ao Grupo Mães na Dor. Liana Paiva estava na sessão representando o grupo. No término, Hiper chegou. Na verdade, ela queria falar com a Dr^a Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, Presidente do Tribunal de Justiça. Afinal, foi a cantora Elba Ramalho, também presente na sessão, que lhe deu mais atenção. Ela saiu de lá muito feliz por causa disso.

Chegou o dia 08 de março. As mães vestiam uma camisa onde estava escrito **MULHERES/MÃES. VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA**. Na altura do peito esquerdo, o desenho de um tiro. A concentração ocorreu na lagoa do Parque Solón de Lucena, centro de João Pessoa. Houve intensa cobertura de imprensa. Após vários discursos das mães, iniciou-se uma caminhada com destino ao Ponto de Cem Réis. Na altura do Tribunal de Justiça, houve o encontro, já programado, com uma manifestação de mulheres promovida pela EMLUR, da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Mais alguns discursos e todas as mulheres seguiram para o local previamente estabelecido, onde houve um show, com teatro e música. O grupo “Mães na Dor”, em uma barraca, passou a colher assinaturas no abaixo-assinado para alterar a maioria penal.

Após a manifestação, Hiper e algumas outras mães acompanharam os familiares de Fernanda Ellen³⁵ até à Secretaria de Segurança Pública onde participaram de uma audiência com o Secretário.

Esse é, um pouco, o dia-a-dia do grupo. Por outro lado, além das audiências na justiça, para onde o grupo comparece em peso, todas as datas marcantes que se referem aos seus filhos são lembradas em eventos com a participação de todas. Essas, especificamente, eram manifestações individuais que, só depois, tornaram-se atos públicos.

Até porque, até as caminhadas que eu fazia todo dia seis, até o local do acidente colocando flores, no local do acidente, que as pessoas passavam e se lembravam, passava no local, via e lembrava muita gente; e a gente escutava o pessoal: “*Olhe, quando a gente passa se lembra, mas quando a gente passa e vê aquelas flores...*” É! “*A gente encontra aquelas flores, e a gente se lembra imediatamente de tudo, vem uma coisa!*” E então foi assim. Foi uma maneira que eu achei de ficar pressionando, porque aí é a opinião pública que é a fundamental para que você consiga. Infelizmente você tem que realmente... O povo precisa clamar, porque se não as autoridades não fazem nada. Então assim, quando aconteceu, eu passei três anos, até acontecer o de Fátima Lopes, foram três anos, tinha dia seis que eu ia sozinha, eu e uma das tias, íamos sozinhas para o local deixar às flores, depois, a filha de Antônio ia deixar flores também lá, mas eu ia todo dia seis, e isso foi uma maneira de ficar pressionado, e ir à imprensa e falar, e você... Então assim, o sistema funciona se realmente você pressionar, se não o sistema não funciona (ANA ARAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Porém, em que momento aconteceu o *insight* para transformar esses atos solitários de dor, de quase contrição, de homenagens silenciosas a seus mortos, em ocasião de luta e denúncia. Parece, que o acaso, o mesmo acaso inexplicável que foge às tentativas de compreensão da ciência, proporcionou às mães frágeis transformar-se em lutadoras.

As mães foram para a rua. E nas ruas tornaram pública sua dor, seu luto. O que ensejou essa tomada de posição? Acredito, que o perceber que não estavam sozinhas. A existência de outras mães e o liame de sociabilidade entre elas possibilitou o trânsito do luto à luta.

³⁵ Fernanda Ellen, de apenas 11 anos de idade, desapareceu no dia 7 de janeiro de 2013, depois de ter ido à escola no bairro do Alto do Matheus, em João Pessoa. O corpo da menina foi encontrado, no final da tarde do dia 8 de abril, em um buraco no quintal do vizinho, Jefferson Luís de Oliveira Soares, 25 anos. Segundo relato do criminoso, o crime foi cometido para roubar o aparelho celular da vítima a fim de adquirir droga. O corpo, após ser esquartejado, foi sepultado no quintal da casa do homicida.

Então é essa a nossa intenção. O grupo hoje vale a pena por isso, porque se disserem assim: “Vamos para a rua?” – “Vamos!” “Vamos para o fórum?” – “Vamos!” “Vamos para a missa?” – “Vamos!” “Vamos chorar juntas?” – “Vamos!” “Vamos tomar um café juntas?” – “Vamos!” São mães que falam a mesma língua, umas que entendem a luta da outra. Mães que lutam pelo mesmo ideal. É aí que eu vejo. E eu amo muito, muito mesmo, todas elas (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

As mães perceberam que sua dor somente seria aplacada quando alcançassem a re4alização da justiça, com a condenação dos culpados. Porém, para alcançar esse objetivo seria necessário levar a máquina do Estado a funcionar.

Foi o momento que eu vi que ia morrer, eu ia morrer, três quatro meses depois, eu ia morrer, foi quando eu me isolei do mundo, eu me isolei de tudo e vi que eu ia morrer, e eu pensei: “Eu não prometi isso a minha filha não! Foi outra coisa diferente que eu prometi a minha filha, eu prometi lutar por justiça!” e quando veio depois do caso da minha filha, porque assim, enquanto não acontece com você, à estatística de violência você só faz dizer: “Meu Deus, isso é uma violência!”, mas quando acontece com você, você senta e fica olhando isso ali: “*Mais uma, mais uma!...*” aí foi quando eu pensei: “Não vou morrer não! Não chegou a hora não!” Não tinha chegado a hora e então foi quando eu me levantei e disse eu vou correr atrás! (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Apesar de afirmarem crer na justiça, elas têm uma visão muito crítica do poder judiciário e mantêm com ele uma relação de muita desconfiança, porém de respeito. Elas sabem que não é conveniente provocá-lo em sua vaidade.

Eu não sei. Você está perguntando em relação da minha luta na rua? Se for, é aí que vai dobrar. Aí que vai dobrar. Eu não entendo porque dona Glaúcia parou. Eu não entendo. Porque o assassino de Everton só tem um rótulo: assassino! Mas, lugar de assassino não é solto, não. Lugar de assassino é atrás das grades. Eu vejo por aí. Desacreditar? Isso é uma justiça merda. Uma justiça falha. Enquanto eu puder ir elogiando, apesar de ver as coisas que acontecem lá dentro (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Por outro lado, o grupo traz às mães e sua luta notoriedade. Essa amplificação do problema de cada uma é essencial para que os mecanismos da justiça funcionem. Para tanto, qualquer sacrifício é essencial.

Foi, eu achei e sinceramente se eu não tivesse encontrado [o grupo] eu ainda estaria anônima até hoje como muitas mães que não procuram, acho que eu ainda estaria anônima e graças a Deus e depois de muito tempo ela me mandou uma mensagem marcando um movimento na Lagoa, aí eu disse Ai Jesus! E fiquei feliz e fui para o movimento e até então todo movimento que acontecia eu estava poderia ser a hora que

fosse eu estava. Depois disso eu resolvi trabalhar que a parte financeira estava difícil e fui trabalhar e me fechei mais um pouco. Mesmo assim quando tinha movimento eu dizia ao patrão: olhe hoje tem movimento. Mas aí eu estava em todos os movimentos, nesses meses em que abri a sorveteria foi pior, por que o horário que elas marcam era sempre o mesmo em que eu estava lá, eu dizia sempre marca pela manhã que eu topo tudo em qualquer lugar eu vou até 1 hora ou 2 horas, agora à tarde não dá por que como eu tinha acabado de abrir a sorveteria não dava pra ficar fechando, eu precisava ganhar a clientela e foi assim. É muito importante esse grupo, muito importante mesmo. Pra mim foi muito importante mesmo. (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

O clamor público, que advém do medo da violência, gera a força para que as instituições funcionem. As mães têm consciência da força de sua luta e da necessidade de esclarecer as pessoas para o risco da insegurança e da impunidade.

Toda vez que a gente sai é mudar a consciência das pessoas, que quando eu vou, uma coisa que eu peço muito, quando tem uns eventos que eu vou falar essas coisas, é o seguinte: para as pessoas não esperarem que aconteça na vida delas para mudar, para mudar a maneira de ver a vida, para mudar a maneira de agir, para tentar mudar o sistema, mudar as leis, para mudar, para que haja realmente justiça, o fim da impunidade. Porque as pessoas infelizmente, eu, aconteceu comigo, eu só me envolvi com isso depois que eu fui pega com a dor. Então eu tento conscientizar as pessoas, que não esperem sentir a mesma dor que eu sinto, para poder agir; então quando eu peço, eu digo: “Olhe gente, quando tiver assim um grupo, a gente não está pedindo só para o caso da gente não, a gente está pedindo para que mude!”, tanto que, o que aconteceu com Fátima Lopes, mudou a consciência, hoje tem o dia municipal de combate à violência no trânsito, com passeata, com exposição de carros lá em cima, com missa, com tudo, porque começou a mudar (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

A publicização do luto, mesmo com os entraves colocados pela sociedade, emerge como realização, afirmação, da individualidade. Em que pese, a censura dos familiares, a existência de outras mães, que sentem a mesma dor e estão dispostas a lutar a mesma batalha, encoraja as mães.

Eu me sinto fortalecida. É uma força que vem. Acho que é uma força superior que brota dentro da gente, que faz com que a gente chegue ali, grite por Justiça. Não estou na rua mais só por Rebeca. Isso é importante dizer, não é mais só por Rebeca. Não é mais só pelas que já se foram, por Aryane, por Vanessa, por Brígida, por Fernanda, que a gente não sabe o que aconteceu, nem por Rafael, nem por Daniel, mas sim, Justiça para não se fazer mais algo dessa natureza com aqueles que estão vivos. Porque hoje eu também posso sofrer uma violência dessas. Eu sofri com a minha filha. Mas, eu posso sofrer outra violência dessas. Como qualquer outro pode sofrer uma

violência dessas. Outra mãe, outra Maria, outra Joana, outra Rebeca (THERESA CHRISTINA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Essa consciência faz a força do grupo e multiplica sua voz. Os eventos que promove conseguem sensibilizar as autoridades e a população. Esse fato repercute na forma como essas mães se veem.

Eu sinto como se aquele clamor, eu sinto que eu não estou calada, que eu não vou ficar calada, e que alguém sempre vai saber o caso do meu filho vai ver uma foto, vai estar sempre lembrando (CÉLIA NASCIMENTO, entrevista em 09 de maio de 2013).

Mesmo quem é frágil se transforma em uma pessoa lutadora. A participação no grupo, a partilha dos sentimentos, o clamor da luta, contribuem para a construção de uma identidade nova: a de uma mãe que luta! Transforma a fraqueza em força, em uma estranha alquimia.

A mídia

As mídias em geral são essenciais, hoje, para o grupo. Seja em virtude de amplificar sua atuação, dando-a ao conhecimento da sociedade, seja porque, em alguns casos, é a porta de entrada para que mais mães venham engrossar as fileiras.

Eu acho que fazia um mês do acontecido foi quando eu vi. Como eu fiquei isolada dentro de casa e não via televisão, nesse dia eu liguei a TV e foi quando eu vi o grupo, O “Grupo Mães na Dor” na televisão se apresentando e iria ter um evento no Hotel Tambaú em que elas iriam lançar o DVD e quando eu vi aquilo eu disse: César eu vou. Eu vou entrar nesse grupo ai (D. EDNEUSA, entrevista em 02 de abril de 2013).

Entretanto, não é essa a importância principal das mídias, principalmente a televisiva. As mães têm consciência que a luta é árdua, enfrenta dificuldades, e que não serão sempre muitos a participar dos eventos. Para que a luta tenha repercussão é necessário canais de comunicação com a sociedade. É preciso atingir e formar uma opinião pública favorável à causa.

Olhe, é uma das principais forças que você pode ter, é a mídia do seu lado! Muito importante, se eles, se o trabalho deles, se eles não tivessem, porque é justamente isso, eles conseguem atingir as pessoas, para que as pessoas comecem a conscientizar e pedir realmente que as coisas aconteçam, que haja justiça, que a lei seja cumprida. Então a mídia atinge, a gente atinge quando faz uma passeata uma coisa aquele grupo; a mídia atinge um grupo muito maior, que leva realmente ao clamor da mudança! É uma das forças maiores hoje, a mídia tanto destrói as pessoas como bota no ápice, eles são fortes, eles

são capazes de mudar totalmente uma realidade! (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Ademais, a mídia exerce um outro papel importante: serve, quando bem utilizada, para não deixar que os casos não sejam esquecidos. Essa é a lição da luta persistente de uma mãe decidida a encontrar os assassinos de seu filho. A mídia desempenhou uma importante função para seu sucesso.

Era repercussão direto no rádio. Todo dia quinze, eu passava aproximadamente meia hora ao vivo nos programas de rádio. Washington Luiz e naquele programa, de Lauro Lima, na rádio também. Eles se emocionavam e diziam: “Meu Deus, essa mulher continua com essa luta?” Mas, eu não deixava cair no esquecimento. Não deixava ninguém esquecer. Eu dizia: “Sou a mãe daquele jovem que foi morto a pedradas por trás da Igreja Católica.” Todo mundo já sabia quem era eu (FRANCISCA SANTOS, 03 de abril de 2013).

Mas, não é fácil para mães, donas de casa em sua maioria, afeitas ao trabalho doméstico, transformarem-se, de repente, em celebridades a serem ouvidas pela imprensa. Jornais, rádios e TVs disputam entrevistas, repercutem os eventos. Como lidar com isso?

Eu estava com Thereza Christina, ai Christina fez: “Ana, eu não aguento mais falar com jornalista!” e eu disse: “Você tem que falar Cristina! Porque se não, não vão se interessar pelo caso de Rebeca, você precisa estar mostrando sua dor, infelizmente!” Agora me falam: “Ana, como é que você se sente agora?” (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

As vitórias alcançadas no âmbito do judiciário repercutem nas mídias e fortalecem a luta. Um recurso do acusado que é negado por um juiz ou tribunal, um júri que é marcado, um julgamento realizado, que resulta na condenação do acusado, são eventos noticiados e que trazem novo alento às mães. Servem para consolidar o movimento e levá-lo a outras vitórias. A situação das mães muda depois do julgamento. A imprensa atribui, não sem razão, à luta o sucesso daquele caso.

Por exemplo, mudou agora, depois do julgamento que ele está, mudou, completamente; antes a televisão, os meios de comunicação me chamavam, toda vez que havia, tal, “Ana Paula, você dá uma entrevista?” “Dou!” Porque a coisa mais importante do mundo é você estar na mídia, enquanto você está lutando por uma coisa dessas. Ai: “Ana, como foi aquele dia?” Ai você vai se reportar ao dia, então se tiver dez entrevistas, você vai se reportar dez vezes aquele dia, aos mesmos fatos, aquilo dói, machuca, mas é necessário! (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Mas, a luta não é de uma. É de muitas! Não pode parar! Mesmo que, pessoalmente, tenha-se alcançado êxito. Existem outros casos. Outros assassinos precisam ser punidos. A sociedade precisa ser convencida da justiça do empreendimento do grupo. A mídia continua necessária.

Muda o foco, como se você botasse uma pedra em cima e agora você vai ter outras lutas, que não é a sua. Por exemplo, a gente está lutando pelo caso Ariane, a dor de Hiper também. Mas agora, por exemplo, Fátima Lopes, quando foram me entrevistar: “E aí? A sua vitória como foi?”, é como se fosse um dos pré-requisitos para o caso de Fátima Lopes, você vai falar das vitórias, você não vai mais falar da perda. Então assim, quando encerra, parece que passa a página e você começa a viver outra realidade (ANA RAMALHO, entrevista em 06 de abril de 2013).

Já chamei a atenção para o papel desempenhado pelas redes sociais, em especial o facebook, na existência do grupo. Hoje, a internet, ao lado da imprensa, é uma ferramenta essencial para a comunicação do grupo e para a manutenção dos laços de sociabilidade que unem as mães. Esse fato está bem presente no imaginário das integrantes do grupo.

Acho que a mídia é um suporte muito bom que a gente tem. É uma forma que a gente tem de divulgar. Até as redes sociais também. Divulgamos muita coisa pela internet e tudo isso a gente soma. Quando a gente clama, quando a gente vai pra rua, a gente clama por nossos filhos, estamos clamando contra a impunidade, pela mudança nas leis e para que o que aconteceu conosco não se repita em outros lares (LIANA PAIVA, entrevista em 03 de abril de 2013).

Na dialética entre o individual e o coletivo, o privado e o público, o medo e a coragem, a mídia joga um papel, senão decisivo, muito importante. O conflito que essas antinomias suscitam é resolvido em favor das mães se a opinião pública lhes é favorável. A mídia é, em grande medida, a responsável por moldar o imaginário coletivo. Esse papel é compreendido com perfeição pelas mães, que agem segundo essa compreensão.

A fotografia³⁶

Em 29 de abril de 2013, foi o sepultamento do corpo de Fernanda Ellen. O dia estava chuvoso e escuro. Era muita chuva. Por volta, de uma e meia da tarde eu me

³⁶ Por razões de solicitação de algumas das mães que fazem parte do grupo *Mães na Dor*, aqui analisado, não se coloca fotografias das vítimas nem do movimento. Mantém-se, porém, este subitem na pesquisa pela importância que a fotografia tem para o trabalho de luto (KOURY, 2001, 2005 e 2010) qualquer, e, principalmente, para o luto público, aqui trabalhado, em particular.

dirigi para o cemitério Parque das Acácias. Lá encontrei Hiper, Célia, Theresa Cristina, Rosângela, irmã de Ronaldo³⁷ e Ícaro, irmão de Brígida³⁸.

Quando eu cheguei ao cemitério, o corpo ainda não estava lá. Ficamos esperando. Quando o corpo chegou, aconteceu uma comoção. Foi como se aquelas mães estivessem revivendo o dia da morte dos seus filhos.

Hiper, Theresa e Celinha o tempo inteiro acariciavam a foto contida no pingente do colar de cada uma. Elas alisavam enquanto, era evidente, a saudade e a dor tomavam conta delas. Foi um momento de dor, de reviver, de saudade, de revolta. Isso me foi dito por todas elas o tempo inteiro. Faziam questão de dizer pela forma como Fernanda foi morta, de graça, por um vizinho por conta de um celular. Os pais de Fernanda, naturalmente, também estavam arrasados.

O grupo mandou fazer uma coroa de flores, para o que foi realizada uma cota para pagar. Essa foi a única coroa que esteve em cima do caixão. A coroa do grupo “Mães na Dor”. Elas, de fato, estavam destroçadas. Durante a missa de corpo presente celebrada, no final da homilia, Hiper foi chamada para dizer algumas palavras e durante a sua fala ela ofereceu o ombro do grupo “Mães na Dor”, e deixou muito claro que essa era uma das razões da existência do grupo. Porque elas sabiam o que sentiam e, portanto, tinham consciência dos sentimentos dos pais de Fernanda, por que elas sentiam e sentem a mesma dor. Na sequência, vieram as falas de alguns familiares.

Após a celebração, toda a imprensa queria entrevistar Hiper. Cansada e muito abalada, ela tomou uma medicação e me pediu para que eu evitasse os repórteres e não permitisse que ela concedesse mais nenhuma entrevista. Ela já não suportava mais. A partir daí pedi desculpas aos repórteres e ela não concedeu mais nenhuma entrevista. Fomos ao túmulo de Aryane, que fica bem próximo ao local em que Fernanda foi

³⁷ Rosângela Soares da Silva, irmã de Ronaldo Soares da Silva, morto em 16 de julho de 2011 quando o carro em que viajava foi violentamente abalroado em João Pessoa, no cruzamento das avenidas Amazonas e Eptácio Pessoa, por um veículo conduzido pelo empresário Rodrigo Artur da Fonseca Dourado Azevedo, que estava completamente embriagado. No mesmo acidente, faleceu Raiza de Lourdes da Silva Guedes.

³⁸ Ícaro Azevedo, irmão da Professora do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB Brígida Rosely de Azevedo Lourenço, 27 ano, encontrada morta em seu apartamento no bairro dos Bancários, em João Pessoa, no dia 19 de junho de 2012. Gilberto Lyra Stuckert Neto, esposo da vítima, é acusado de cometer o assassinato. O casal estava separado há pouco mais de um mês. A suspeita é que inconformado com o fim do relacionamento de nove anos, Gilberto Stuckert que estava morando em Brasília, retornou para João Pessoa para tentar uma reconciliação.

sepultada, fomos ao de Everton, ao túmulo de “Shuka”, de Matheus, e aos túmulos de Brígida e de Rafael Patriota.

Hiper estava muito ruim, Célia, também. Choravam muito, assim como Theresa Christina, que repetia o seguinte comentário: “O pior é isso, o pior é agora. É ir embora e deixá-la aí. É impossível não pensar se ela vai estar com frio, se ficará sufocada, se está muito úmido, se ela não vai acordar e se ver ali presa. Isso é um pensamento constante.” Hiper e Célia compartilhavam. No caso de Hiper era mais doloroso, porque Aryane Thaís ficou no sereno e passou a noite no frio até ser encontrada morta. Era impossível para ela não pensar nisso.

O momento foi muito dolorido, muito sofrido. Elas saíram do cemitério, extremamente, abaladas, destroçadas mesmo. Ficamos ali durante todo o sepultamento. Chovia muito. Hiper me abraçou como que pedindo sustentação. Ela não estava conseguindo ficar de pé. Ela me disse “Tanta gente aqui e no final ela vai ficar só. Porque desse povo todinho se ficar cinco por cento é muito. A solidariedade do povo acaba aqui.”

Depois do sepultamento, nós fomos embora. Eu deixei Hiper em casa e Célia, também. As duas estavam muito abaladas e tristes. Porém, ainda postaram no facebook as fotografias de Fernanda Ellen, a fotografia do ataúde, do pai e da mãe abraçados chorando. Nas publicações, relataram a dor, o luto, o sofrimento e a revolta, sobretudo pelo modo como Fernanda Ellen foi morta.

No ritual da dor, a fotografia desempenha um papel essencial. É a presença congelada do filho e da filha que não envelhecem mais. Não mudam mais. A foto é a lembrança sempre presente, embora dolorida, daquele que se foi. Uma saudade que não morre. Mas, é, também, incentivo para a luta. Na fotografia, o real, o imaginário e o simbólico se entrecruzam e se permutam de tal sorte que não se sabe ao certo onde começa um e acaba o outro.

A fotografia, assim, ao revelar o real usurpa o referente, afirmando-se como tal. Traço do real impresso, ela age sobre os indivíduos como fenômeno natural, exorcizando o tempo pela fixação do referente. O ato fotográfico, assim, ao incorporar o referente em um lugar e em um tempo imobilizados, parece agir no sentido da imortalidade. (KOURY, 2010, p. 17).

A foto em sua dimensão social emerge das narrativas com a natureza dos ícones. São sagradas, como se pode perceber desse depoimento de Hiper.

É como se seu filho dissesse... Quando eu estou olhando a foto da minha filha, é como se ela dissesse: “Vai mainha, é assim mesmo. Eu não quero que se esqueçam de mim. Mainha, eu queria viver. Vai mainha, você é uma guerreira”... (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Nas manifestações ritualísticas do luto em que se misturam, como matéria de memória, a vida e a morte, esses eventos encontram na foto o modo de eternizar-se. A fotografia, pois, como elemento estático produz a transmutação alquímica em que o vivo e o morto mesclam-se.

Esse exercício de retenção e apropriação permite à pessoa enlutada fixar-se em um momento significativo no qual possa elaborar estratégias para a compreensão do fato da perda. Possibilita, também, um reencontro consigo mesma como intérprete do acontecimento doloroso do qual foi vítima, ao mesmo tempo em que recupera o significado restrito da morte ao ressignificar o filho perdido através de uma solicitação satisfeita. (KOURY, 2005, p. 97).

Afinal, o que é uma foto? A eternidade de um instante. O ser fotografado está vivo ou morto? Não se sabe. A narrativa, como mito, encarrega-se de transubstanciar o ente querido que se foi. Não! Ele não está morto! Vive! Nesse jogo de espelhos, o real é apropriado, como objeto de estudo, e é reconstruído na narrativa. Esta encontra-se construída em três níveis: o do autor, o da personagem-mãe e o da foto.

A construção ritualística do objeto fotográfico pelos entrevistados remete, enfim, às formas ambíguas e ambivalentes com que buscam solucionar o seu sofrimento e se apegar às novas configurações abertas a partir da morte de um ente amado, quer para si próprio, quer para a sua reconfiguração como indivíduo ligado à sociedade. (KOURY, 2005, p. 10).

Desde os primeiros contatos com o grupo, a presença das fotografias chamou a minha atenção. A quantidade de fotos mantidas em arquivo por Célia é impressionante. Todas as manifestações, todos os eventos, são registradas por ela. Mas, é, acima de tudo, a fotografia dos filhos que se sobressaem.

É o seguinte: eu vivia exclusivamente 24 horas com a blusa que tem a foto da minha filha, pra onde eu fosse eu só fazia mudar a blusa ou branca ou preta. Tá ali uma gaveta cheia de blusas dela, com fotos diferentes (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A fotografia, a imagem, é mais que lembrança, portanto. É presença. Impossibilitada de continuar com o objeto amado, sua imagem, por substituição, o faz permanentemente presente. É difícil a separação.

Até pra dormir eu dormia com a blusa dela, até hoje eu durmo com uma. Então, foi quando eu voltei a trabalhar. Eu não ia voltar; Eu disse que não quero mais ser enfermeira. Não quero e pronto. Parei a minha vida, podei a minha vida de uma forma, tanto que eu não dava nenhum passo que não fosse pra clamar por justiça, e pra viajar era me perguntando como viajei para Espírito Santo, como viajei para Brasília, e eu pedia, e tinha um dinheirinho guardado desses anos que eu tinha trabalhado e gastei tudo com camisa, com foto. Quando eu vi a necessidade de ter que voltar a trabalhar, e trabalhava só que não podia ir com a blusa da minha filha, aí foi quando eu fiz isso aqui, e a cor é assim, cinza ou preto, e falavam “mainha” bote uma blusinha amarela e eu não mudava a cor. Só que só aqui não foi necessário, o suficiente, aí eu corri para aqui e fiz uma tatuagem, uma coisa que meus outros filhos foram contra demais. Quando eu cheguei aqui nessa cama, no dia do aniversário que era o meu e o dela, Thalita chega dizendo que tinha trazido um presente, e ela não acreditou no que estava vendo. Mas eu só vim aliviar mais com o uso da tatuagem (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

A foto, igualmente, é instrumento de luta. O ente querido, que se foi, é trazido para o embate. Sua efígie é distribuída como forma de fazê-lo conhecido e lembrado por outros a fim de que se integrem à luta.

Quando eu colo uma foto é como se minha filha estivesse ao meu lado, e dizendo vai “mainha”, eu queria viver e clamar por justiça por mim. Eu colo. Por mim eu não parava. Saio colando sozinha. Os ônibus da Transnacional têm várias fotos atrás do motorista, e eu peço: moço posso colar a foto da minha filha aqui? E ele diz que pode. Como as minhas sobrinhas também fazem, e tem pessoas que às vezes dizem que não podem agora, como se estivesse pedindo algum dinheiro, não é assim. Moça por favor, pra você não se esquecer da minha filha, qualquer ônibus que eu entrar hoje é colocando a foto da minha filha, eu não paro, eu não paro, a minha luta permanece até o meu último dia de vida (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Mas, a foto é fonte, por outro lado, de sofrimento suplementar. Registra episódios da luta em que a parte contrária é responsável por atitudes compreendidas como ofensivas.

Não, tem uma foto eu e minha família, se abraçando e chorando dizendo que conseguimos uma vitória, do outro lado, por ironia do destino, está ele e “Lula” (o advogado dele) sorrindo, foi capa de jornal, enquanto a família de Ariane agradecia a Deus em choros por

uma vitória, do outro lado a defesa sorria (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Entretanto, além de lembrança, a fotografia é, essencialmente, instrumento de luta privilegiado. Por essa razão está presente em todos os eventos e marca os momentos importantes da caminhada do grupo.

Aqui, eu vou fazer esse mês daqui pra o dia 11 de julho o dia de quem matou Rebeca, e vai fazer um movimento grande já mandei até fazer fotos, eu pedi pra menina imprimir. Quem matou Rebeca?! A justiça tem o dever, a polícia tem por obrigação descobrir quem matou aquela garota (HIPERNESTRE CARNEIRO, entrevista em 10 de maio de 2013).

Há, porém uma circunstância, que chamou minha atenção durante a pesquisa. Trata-se da situação familiar de uma das mães, Evanice Barbosa. Parte de sua família foi vítima de acidente automobilístico na BR 104, nas proximidades do município de Areia. Faleceram seu neto Luis Gustavo de Melo Barbosa e Jéssica Laís da Silva Barbosa. De início, a família esteve solidária. Seu genro, o pai de Gustavo, demonstrava revolta com o ocorrido, mas dirigia suas emoções contra o motorista causador do acidente. Uma foto, todavia, exibida em um programa de TV fê-lo mudar, totalmente, de comportamento. Era a foto de seu filho no local do acidente. Estava todo ensanguentado. Era chocante.

Priscila e ele, no começo apoiavam, achavam bonito o que a gente estava fazendo, até que teve um dia que eu fui para Samuca e mostrei uma foto a Samuca, uma foto justamente do menino ensanguentado e de Jéssica assim, no cinto. Geralmente quando Samuca vai mostrar, ele inibe a imagem e nesse dia ele não inibiu e era meio dia, meio dia e meio que tinha até um pessoal do SAMU que foi lá falar um pouco e depois deles foi eu, aí eu mostrei e quando eu mostrei e Samuca mostrou assim. Foi o barraco, foi o pivô. Ele foi e viu, ele estava almoçando, ele ficou revoltado. Ele foi abrir um processo e doutora Joana D'arc ligou para mim, ele foi abrir um processo contra Samuca (EVANICE BARBOSA, entrevista em 04 de abril de 2013).

Nesse caso, a fotografia trouxe, não somente, lembrança. Trouxe a pessoa mesmo, no momento da morte. Daí a revolta. Isso fica claro, até da reflexão que a mãe faz sobre a reação do genro após ver a fotografia ser exibida no programa de televisão.

Veio dizer umas coisas comigo, eu disse: “Vem cá, quer dizer que o teu sentimento de pai, foi só naquele momento? Naquela foto que você viu? E quando o menino morreu você não sentiu nada? Quer dizer que você veio despertar no momento que você viu aquela foto? Você viu uma foto rapidamente. Eu assisti a tudo: a ele e a minha filha. Eu vi como ficaram”. “Não quero saber da sua filha, não”. Ele

disse desse jeito. “Não quero saber dela, não.” (EVANICE BARBOSA, entrevista em 04 de abril de 2013).

De fato, foi somente naquele momento que a realidade mostrou-se em sua inteireza. O grande responsável pela revelação foi a fotografia.

Nesse processo, a fotografia parece encontrar um encaixe perfeito. Duplo do real, ela aparece apresentada como o real reproduzido. Como uma cópia que tem o poder de apropriar o real referenciado pela fixidez intemporal de sua ação. Como passado em revelação para o olhar que observa, a fotografia parece realizar sua utopia de produtora da memória (KOURY, 2010, p. 21).

Vejam bem aquele retrato. Visto e assim revisto, não é dele de fato. Mesmo nas fotografias, o real do outro é como uma piscadela onde a luz é filtrada pelas teias do símbolo e das imagens fragmentadas da inconsciência daquilo que acreditamos como realidade.

Nesse sentido, a fotografia tende a ser “lida” no seio das relações sociais que expressa. Nela, o nó de Borromeu³⁹, encontra uma expressão singular, porquanto, de forma iconográfica, ela reproduz o real instaurando significações e ensejando imagens específicas.

Processo e sentidos desmistificadores da fotografia como duplo do real e que permitem compreendê-la e verificá-la como uma forma de construção e constituição de um real específico e simbólico de um tempo e de um espaço determinado. Ao mesmo tempo em que permitem situar o ato fotográfico e a fotografia a uma rede de interesses sociais, políticos, econômicos e estéticos em jogo em uma forma de sociabilidade específica (KOURY, 2010, p. 53).

No outro, se entrelaça o real, o simbólico e o imaginário. Isso demonstra que para a sua percepção são necessários esses três olhares. A realidade, ou a idade do real, é aquela que está impregnada com as significâncias do símbolo e do imaginário do vivente. Foi assim que aconteceu na história de Evanice Barbosa.

³⁹ O nó de Borromeu é um conceito introduzido na psicanálise por Jacques Lacan (1901-1981), psicanalista francês, para representar a unidade oriunda da tríade. Assim, o real, o simbólico e o imaginário unem-se no psiquismo para lhe dar substância. O conceito origina-se da heráldica e encontra-se representado no brasão da família italiana Borromeu. Consiste em três círculos que se entrecruzam de tal sorte que um não existe sem o outro e todos formam uma unidade. Os três círculos do nó representa, cada um de *per si*, as instâncias do aparelho psíquico: o simbólico, onde se organizam os significados; o imaginário, espaço onde se vê, ou julga-se ver, o real; e o real, que consiste na fonte dos significantes e sempre escapa à representação plena.

Tudo, pessoas, objetos, emoções, animais, minerais, plantas, palavras ou letras, tudo, necessita viver entrelaçado em uma aliança tripla formada pelo imaginário, pelo simbólico e pelo real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação com o objeto de estudo deixa transparecer a riqueza de significações que pode ser encontrada na existência e funcionamento do grupo “Mães na Dor”. A elaboração do luto parece estar diretamente vinculada à sua busca por Justiça. A prática do grupo aponta para uma noção de justiça que vai além da justiça legal.

Todavia, o grupo “Mães na Dor” revela uma faceta peculiar, que o diferencia de outros movimentos semelhantes. No caso das “Mães da Praça de Maio” ou das “Mães de Acari”, o elemento aglutinador é um evento único, que organiza categorialmente as componentes do grupo. No primeiro caso, o desaparecimento de opositores políticos do regime militar argentino levado a cabo pelas forças de repressão, o que implica a responsabilidade do Estado. No segundo, um grupo de pessoas igualmente desapareceu. O desaparecimento seria da responsabilidade de policiais agindo à margem da lei.

O que unifica as “Mães na Dor” é o sentimento de revolta provocado pela violência, que recaiu sobre elas, revelada nas mais diversas formas. O elemento homogeneizador é a emoção, representada pela dor, pelo luto, pela vergonha, pela humilhação, pela revolta, pelo sentido de injustiça. É a transformação dessa dor em força para lutar pela realização da justiça, pelo fim da impunidade e pela paz. Essa singularidade implica a necessidade de um tratamento específico para sua apreensão e descrição.

O grupo “Mães na Dor” parece tornar-se um elemento importante, fundamental até, na reorganização da vida das mães que o integram. Seja porque, nele, elas se sentem seguras para extravasarem as suas dores, para falarem e serem ouvidas; seja porque o grupo lhes dê a certeza de que juntas elas podem muito mais. Isso flui dos depoimentos prestados para a feitura desta qualificação, como também estão presentes nas narrativas oferecidas aos realizadores do documentário “Por nossos filhos”.

As mudanças ocorridas na vida dessas mulheres e a elaboração de seu luto passam por duas esferas: a do luto privado e a do luto público. Na dimensão do luto privado, a dor, o pesar, a vergonha, a humilhação, são vividas de forma individual, singular. É a dimensão em que a sociedade quer limitar sua manifestação. A dimensão

pública do luto requer luta, por isso ocupa uma latitude política, representada pela denúncia, pelo clamor por justiça e paz. Essa luta pela realização da justiça e contra a impunidade passa a ser o centro de suas vidas.

O trabalho foi elaborado em torno de uma emoção: a dor da perda. Essa dor é, então, dissecada em seus diversos aspectos. No primeiro capítulo, o interesse voltou-se para a violência, como causa da dor, e, portanto, para as marcas que ela deixa no corpo social. As histórias da violência que se abateu sobre as mães e possibilitou o surgimento do grupo, constituem componentes essenciais.

Por outro lado, o segundo capítulo, aborda a discussão pela via da abordagem da anatomia da dor a partir do papel que os sentimentos e as emoções têm como elementos que explicam a etiologia do grupo “Mães na Dor”. Compreendidas as marcas e a anatomia da dor, é possível abordar as transformações no nível pessoal e no nível social que a dor da perda, o luto, enseja. Essa metamorfose é encarada a partir do papel que os sentimentos e as emoções têm como elementos que explicam a etiologia do grupo “Mães na Dor”. O terceiro capítulo estruturou-se em torno dessas mutações e dos seus fundamentos.

Por último, o quarto capítulo enfrenta as expressões da dor. De que forma o pranto, por exemplo, expressão individual da dor, é percebido socialmente, ou, no mesmo diapasão, o papel que a mídia e as mobilizações, exercem no drama ritual vivido pelas mães em dor. Mas, a forma maior de expressão das mães, como instrumento, de comunicação de sua dor, como meio de luta e como modo de elaboração do luto, a fotografia ocupa o lugar central.

Algumas trilhas foram abertas, e as estacas fincadas, mas, restam territórios empíricos e teóricos a serem ainda conquistados. É o caso, por exemplo, da leitura que os operadores do direito – delegados, juízes, promotores e advogados – fazem do papel desempenhado pelo grupo para a realização da justiça. No mesmo sentido, a imagem que a mídia faz do grupo requer uma abordagem mais vertical. Do mesmo modo resta, ainda, encarar a questão sobre qual a contribuição do grupo para que a impunidade seja vencida. O que a sociedade tem a dizer sobre essas mães que lutam? Todavia, esses são territórios a serem desbravados de futuro.

A existência de um grupo estruturado para a luta, cuja sociabilidade encontra fundamento em uma emoção específica, a dor da perda, no seio de uma sociedade quase

tradicional como a paraibana a par de ser instigante do ponto de vista da antropologia social é, sobretudo, importante da mirada de uma antropologia das emoções.

O estudo do grupo “Mães na Dor” permitiu, assim, abordar noções teóricas como o drama ritual, liderança carismática, o papel do guru, a vergonha, a humilhação, o luto, a culpa e a fé, em sua dimensão empírica. Por outro lado, pontuou as possibilidades e oportunidade de exercitar a etnografia em espaços urbanos, a partir de uma microanálise sobre a formação da dor e suas transformações em luta.

Gostaria de lembrar, ainda, que nesse texto foi tratado o importante papel do uso de fotografias como objeto de memória e como objeto de denúncia pública dos filhos mortos. Infelizmente como comentado em nota que dá início a este capítulo, sem as imagens fotográficas incluídas, a pedido de algumas mães e, prontamente atendidas. Uma teorização mais aprofundada sobre a prática da fotografia no grupo; as formas de uso da fotografia, os relatos sobre a necessidade da fotografia através das narrativas das mães como rememoração e como denúncia, porém, com a aprovação mais adiante do uso dos registros fotográficos do movimento e das mães em dor, deverão ser objeto de uma futura abordagem do tema em outro nível de estudo, no doutorado, quem sabe?

Referências

- ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva, 2007.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAUER, Martin W., GASKEL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BUSSINGER, Rebeca e NOVO, Helenira. **Trajetória de vítimas da violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo**. In PSICOLOGIA POLÍTICA, vol. 8, nº 15, 2008.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARUSO, Igor A. **A separação dos amantes**. 4. Ed.. São Paulo: Diadorim-Cortez, 1986.
- CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2001.
- CARVALHO, Flaviano e NÓBREGA, Helton. **Por nossos filhos**. Filme documentário. João Pessoa: UFPB, 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. São Paulo: Ed. Graal, 2003.
- DaMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. **A Casa & a Rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. **O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological Blues”**. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. 1978. Rio de Janeiro: 1978, p. 24-35.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 8.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado**. São Paulo: EDUSP, 1983.
- _____. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **Da divisão do trabalho social**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2v, 1993.
- _____. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

- FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Famílias e violência: reflexões sobre as mães de Acari**. In Psicologia USP, vol. 13, nº 2, São Paulo, 2002.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Edição Standard brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1974.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erving. **Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. A memória nos idosos e a nostalgia do passado (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, Dez de 2008.
- HALBWACHS, Maurice. A expressão das emoções e a sociedade (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.8, n. 22, pp. 220 a 230, Abril de 2009.
- HIDALGO, Cecília. **Etnografias de lamuerte: rituales, desapariciones, VIH-SIDA y resignificación de la vida**. 1. ed. Buenos Aires: Fundação Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2010.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Imagem e Memória: ensaios em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Amor e dor: ensaios de antropologia simbólica**. Recife: Bagaço, 2005.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Emoções, sociedade e Cultura. A categoria de análise das emoções como objeto de investigação sociológica**. Curitiba: Editora CRV, 2009.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Relações delicadas ensaios sobre fotografia e realidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MOORE JR. Barrington. **Injustiça - as Bases Sociais da Obediência e da Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PINCUS, Lily. **A família e a morte: como enfrentar o luto**. Tradução de Fátima Murad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SCHEFF, Thomas J. Três pioneiros na sociologia das emoções. **Política & Trabalho**, n. 17, pp. 115-127, 2001.

_____. Politics of Hidden Emotions: Responses to a War Memorial. **Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology**, vol. 2, 237-246, 2007.

_____. [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. Vergonha no *Self* e na sociedade. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 35, pp. 656-686, <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>, Agosto de 2013.

SIMMEL, Georg. **The Metropolis and social life**, in **The Sociology of Georg Simmel**. WOLFF, K. H.. org., New York, Free Press, 1964.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro de. **Violência. Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2005.

TURNER, Victor. **Dramas sociais e metáforas rituais**. In TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas na sociedade humana**. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF/São Paulo: Editora da UNB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

WERNECK, Alexandre. **A desculpa as circunstâncias e a moral das relações sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Links

<http://www.gabrielasoudapaz.org/sobre-o-movimento/quem-somos.php>,

http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1895:criminalidade-violenta-na-paraiba&catid=92:artigos&Itemid=460.

Anexo 1

Relação das Entrevistas

Entrevistadas	Características	Data
Ana Gláucia Barbosa Belmont	65 anos, casada, professora aposentada, mãe de Everton Barbosa Belmont, morto em 14/03/2010	03/abril/2013
Ana Paula Cavalcanti Ramalho	52 anos, viúva, contadora, mãe de Matheus Ramalho, morto em 06/05/2007	06/abril/2013
Evanice da Silva Barbosa	46 anos, casada, autônoma, mãe de Jéssica Laís da Silva Barbosa e avó de Luís Gustavo de Melo Barbosa, mortos em 06/05/2010	04/abril/2013
Francisca Luzia Pereira dos Santos	48 anos, divorciada, agente de serviços gerais, mãe de James Pereira dos Santos, assassinado em 15/06/2008	02/abril/2013
Hipernestre Ramos Carneiro	49 anos, viúva, enfermeira, mãe de Aryane Thais Azevedo, encontrada morta às margens da BR 230, em 15/04/2010	12/junho/2012 10/maio/2013
Lenyse de Pinho Guimarães	53 anos, divorciada, farmacêutica, mãe de Daniel Guimarães Ramos, morto em 15/12/2011	08/abril/2013
Liana da Costa Paiva	49 anos, divorciada, funcionária pública, mãe de Rafael Paiva Freitas Patriota, morto em 15/12/2011	12/junho/2012 03/abril/2013
Maria Célia de Oliveira Nascimento	53 anos, casada, funcionária pública, mãe de Elton de Oliveira Nascimento, morto em 02/10/2010	09/maio/2013
Maria Souza Silva (D. Edneusa)	46 anos, casada, autônoma, mãe de Tibério Souza de Oliveira, morto em 19 de junho de 2011	02/abril/2013
Thereza Christina Gomes Alves	43 anos, casada, educadora social, mãe de Rebeca Cristina Alves Simões, morta em 11/07/2011	04/abril/2013